



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - PPGCOM**

TONY WILLIAN BOITA

Comunicação Comunitária e Sociomuseologia:
mídias colaborativas produzidas para a preservação e difusão das culturas e
memórias das comunidades LGBT

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Tony Wiilian Boita

3. Título do trabalho

Comunicação Comunitária e Sociomuseologia: mídias colaborativas produzidas para a preservação e difusão das culturas e memórias das comunidades LGBT

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **Rosana Maria Ribeiro Borges, Professora do Magistério Superior**, em 30/11/2022, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **TONY WILLIAN BOITA, Discente**, em 30/11/2022, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3364369** e o código CRC **AC8CDA18**.

Referência: Processo nº 23070.060656/2022-77

SEI nº 3364369

TONY WILLIAN BOITA

Comunicação Comunitária e Sociomuseologia:
mídias colaborativas produzidas para a preservação e difusão das culturas e
memórias das comunidades LGBT

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Informação e Comunicação, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania

Linha de Pesquisa: Mídia e Cultura

Orientadora: Dr.^a Rosana Maria Ribeiro Borges.

Goiânia, novembro de 2022.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Boita, Tony Willian

Comunicação Comunitária e Sociomuseologia: mídias colaborativas produzidas para a preservação e difusão das culturas e memórias das comunidades LGBT [manuscrito] / Tony Willian Boita. - 2022.
161 f.

Orientador: Profa. Dra. Rosana Maria Ribeiro Borges.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Goiânia, 2022.

1. Comunicação Comunitária. 2. Mídias Colaborativas. 3. Sociomuseologia. 4. Revista Memórias LGBT. 5. Comunicação e Cultura. I. Borges, Rosana Maria Ribeiro, orient. II. Título.

CDU 007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº **37/2022** da sessão de Defesa de Tese de **Tony Willian Boita** que confere o título de Doutor em **Comunicação**, na área de concentração em **Comunicação, Cultura e Cidadania**.

Aos **vinte e cinco dias de novembro de dois mil e vinte e dois**, a partir das **catorze horas**, , realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “**Comunicação Comunitária e Sociomuseologia: mídias colaborativas produzidas para a preservação e difusão das culturas e memórias das comunidades LGBT**”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Rosana Maria Ribeiro Borges (PPGCOM/FIC/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Douglas Farias Cordeiro (PPGCOM/FIC/UFG)**, avaliador titular interno; Professora Doutora **Camila Azevedo de Moraes Wichers (PPGAS/UFG)**, avaliadora titular externa; **Cicilia Maria Krohling Peruzzo (PPGCOM/UERJ)**, avaliadora titular externa; e **Judite Santos Primo (Universidade Lusófona)**, avaliadora titular externa; com a participação de todos por videoconferência. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do **trabalho**. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Rosana Maria Ribeiro Borges**, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **vinte e cinco dias de novembro de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Não houve sugestão de alteração de título da tese



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Maria Ribeiro Borges, Professora do Magistério Superior**, em 25/11/2022, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Farias Cordeiro, Professor do Magistério Superior**, em 25/11/2022, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Azevedo De Moraes Wichers, Professora do Magistério Superior**, em 25/11/2022, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cicilia Maria Krohling Peruzzo, Usuário Externo**, em 25/11/2022, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judite Santos Primo, Usuário Externo**, em 25/11/2022, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3320506** e o código CRC **76709843**.

Referência: Processo nº 23070.060656/2022-77

SEI nº 3320506

RESUMO

As mídias colaborativas produzidas pela comunidade LGBT são fundamentais para a preservação e difusão de suas próprias memórias e culturas. Em conjunto, contribuirão para a superação de fobias à diversidade sexual. Esta tese objetiva refletir sobre estratégias colaborativas produzidas por essas mídias, em especial a *Revista Memórias LGBT (RMLGBT)*, veículo que nasceu a partir da necessidade de se pensar a relação da Museologia em diálogo com a Comunicação no que diz respeito às populações sexualmente dissidentes. Assim, a tese propõe um diálogo entre mídias colaborativas e Sociomuseologia, sendo que o principal questionamento está focado nas potencialidades dos usos das mídias colaborativas enquanto suportes de preservação e difusão das memórias comunitárias em comunidades, bem como nos pontos de convergência para a construção de mídias onde a Museologia feita por sujeitos minoritários possa encontrar espaço. A hipótese compreende que as mídias colaborativas produzidas por comunidades sexualmente dissidentes e interseccionadas contribuem na preservação e difusão da cultura e memória de grupos em situação de vulnerabilidade e/ou que são historicamente excluídos, sendo que tais mídias, quando aliadas à Sociomuseologia, desfrutam de uma potência transformadora. A justificativa reside na garantia dos direitos básicos a essas comunidades, ainda perseguidas e brutalmente mortas. De forma interdisciplinar, o estudo aponta centralidade nas categorias de Comunicação, Mídias Colaborativas, Memória, Sociomuseologia e Cultura e, por isso, o principal corpo teórico engloba autores que dialogam nesses campos. A partir de uma abordagem qualitativa descritiva e exploratória, a pesquisa emprega o estudo de caso etnográfico como método, e triangula os instrumentos de coleta, sistematização e análise dos dados a partir do levantamento bibliográfico, da pesquisa documental e da etnografia das narrativas. Por fim, esta pesquisa verificou a importância das mídias colaborativas produzidas por comunidades historicamente excluídas, quando aliadas ao direito da memória e comunicação em prol de sua dignidade humana.

Palavras-Chave: Comunicação Comunitária; Mídias Colaborativas; Sociomuseologia; Revista Memórias LGBT; Comunicação e Cultura.

ABSTRACT

Collaborative media produced by the LGBT community are fundamental for the preservation and dissemination of their own memories and cultures. Together, contribute to overcoming phobias to sexual diversity. This thesis aims to reflect on collaborative strategies produced by these media, especially the LGBT Memories Magazine (RMLGBT), a vehicle that was born from the need to think about the relationship of Museology in dialogue with Communication with regard to sexually dissident populations. Thus, the thesis proposes a dialogue between collaborative media and Sociomuseology, and the main question is focused on the potential of the uses of collaborative media as supports for the preservation and diffusion of community memories in communities, as well as the points of convergence for the construction of media. where Museology made by minority subjects can find space. The hypothesis understands that collaborative media produced by sexually dissident and intersecting communities contribute to the preservation and diffusion of the culture and memory of groups in situations of vulnerability and/or that are historically excluded, and such media, when allied to Sociomuseology, enjoy a transforming power. The justification lies in guaranteeing basic rights to these communities, still persecuted and brutally killed. In an interdisciplinary way, the study points to centrality in the categories of Communication, Collaborative Media, Memory, Sociomuseology and Culture and, therefore, the main theoretical body encompasses authors who dialogue in these fields. From a descriptive and exploratory qualitative approach, the research uses the ethnographic case study as a method, and triangulates the instruments of collection, systematization and analysis of data from the bibliographic survey, documental research and the ethnography of narratives. Finally, this research verified the importance of collaborative media produced by historically excluded communities, when combined with the right to memory and communication in favor of their human dignity.

Keywords: Community Communication; Collaborative Media; Sociomuseology; LGBT Memories Magazine; Communication and Culture.

RESUMEN

Los medios colaborativos producidos por la comunidad LGBT son fundamentales para la preservación y difusión de sus propias memorias y culturas. Juntos, contribuyen a la superación de las fobias a la diversidad sexual. Esta tesis tiene como objetivo reflexionar sobre las estrategias colaborativas que producen estos medios, en especial la Revista Memorias LGBT (RMLGBT), vehículo que nació de la necesidad de pensar la relación de la Museología en diálogo con la Comunicación frente a poblaciones sexualmente disidentes. Así, la tesis propone un diálogo entre los medios colaborativos y la Sociomuseología, y la pregunta principal se centra en el potencial de los usos de los medios colaborativos como soportes para la preservación y difusión de las memorias comunitarias en las comunidades, así como los puntos de convergencia para la construcción de medios donde la museología hecha por sujetos minoritarios pueda encontrar espacio. La hipótesis entiende que los medios colaborativos producidos por comunidades sexualmente disidentes y entrecruzadas contribuyen a la preservación y difusión de la cultura y la memoria de grupos en situación de vulnerabilidad y/o históricamente excluidos, y tales medios, aliados a la Sociomuseología, gozan de una función transformadora. La justificación está en garantizar derechos básicos a estas comunidades, aún perseguidas y brutalmente asesinadas. De forma interdisciplinar, el estudio apunta a la centralidad en las categorías de Comunicación, Medios Colaborativos, Memoria, Sociomuseología y Cultura y, por tanto, el cuerpo teórico principal engloba a autores que dialogan en esos campos. Desde un enfoque cualitativo descriptivo y exploratorio, la investigación utiliza como método el estudio de caso etnográfico, y triangula los instrumentos de recolección, sistematización y análisis de datos provenientes del levantamiento bibliográfico, la investigación documental y la etnografía de las narrativas. Finalmente, esta investigación verificó la importancia de los medios colaborativos producidos por comunidades históricamente excluidas, cuando se combinan con el derecho a la memoria y la comunicación en favor de su dignidad humana.

Palabras clave: Comunicación Comunitaria; Medios Colaborativos; Sociomuseología; Revista Memorias LGBT; Comunicación y Cultura.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1:** Capa Jornal Tiraninho 1977
FIGURA 2: Capa Jornal Little Darling 1970
FIGURA 3: Conteúdo Little Darling
FIGURA 4: Capa do Jornal Elo
FIGURA 5: Capa Boletim Informativo Atobá
FIGURA 6: Capa Boletim Folha de Parreira 1992
FIGURA 7: Carta de Fundação da Rede LGBT de Memória e Museologia Social
FIGURA 8: Carta da Rede LGBT ao Ibram
FIGURA 9: Carta da Rede LGBT ao Ibram
FIGURA 10: Matéria da *Revista Memórias LGBT*
FIGURA 11: Capa da 1ª Edição do Boletim da Rede LGBT de Memória e Museologia Social
FIGURA 12: Capa da 2ª Edição do Boletim da Rede LGBT de Memória e Museologia Social
FIGURA 13: Capa da 1ª Edição da Revista Memórias LGBT
FIGURA 14: Capa da 2ª Edição da Revista Memórias LGBT
FIGURA 15: Capa da 3ª Edição da Revista Memórias LGBT
FIGURA 16: Capa da 4ª Edição da Revista Memórias LGBT
FIGURA 17: Capa da 4ª Edição da Revista Memórias LGBT
FIGURA 18: Capa da 6ª Edição da Revista Memórias LGBT
FIGURA 19: Capa da 7ª Edição da Revista Memórias LGBT
FIGURA 20: Capa da 8ª Edição da Revista Memórias LGBT
FIGURA 21: Capa da 9ª Edição da Revista Memórias LGBT
FIGURA 22: Capa da 10ª Edição da Revista Memórias LGBT
FIGURA 23: Capa da 11ª Edição da Revista Memórias LGBT
FIGURA 24: Capa 12ª Edição da Revista Memórias LGBT
FIGURA 25: Capa 13ª Edição da Revista Memórias LGBT
FIGURA 26: Sidney Silva apresentando o Museu de Favela
FIGURA 27: Nuvem de Palavras Edição Ser Lésbica na Favela
FIGURA 28: Matéria publicada destacando o PPG Informativo e o trabalho de Ana Muza
FIGURA 29: Nuvem de Palavras Edição Ser Gay na Favela
FIGURA 30: Foto do João para o Projeto Memórias LGBT no MUF
FIGURA 31: Registros Fotográficos de Yonne Kar
FIGURA 32: Registros Fotográficos de Yonne Kar
FIGURA 33: Nuvem de Palavras Edição Ser Trans na Favela
FIGURA 34: Nuvem de palavras - Análise do Editorial

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Síntese da Pesquisa

QUADRO 2: Síntese da identificação do estudo de caso etnográfico

QUADRO 3: Análise do Editorial

QUADRO 4: Análise dos conteúdos publicados com os temas Lesbianidades e Bissexualidade

QUADRO 5: Análise dos conteúdos publicados sobre a homossexualidade masculina

QUADRO 6: Análise dos conteúdos publicados sobre pessoas trans e travestis

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABLGBT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

GALF - Grupo de Ação Lésbica-Feminista

GGB - Grupo Gay da Bahia

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

MUF - Museu de Favela Pavão, Pavãozinho e Cantagalo

ONG – Organização não Governamental

PPGCOM - Programa de Pós-graduação em Comunicação

RMLGBT - Revista Memória LGBTQ+

UFG - Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 TEMA, OBJETO, PROBLEMATIZAÇÃO, OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.2 JUSTIFICATIVA.....	16
1.3 PRINCIPAL CORPO TEÓRICO	20
1.4 ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
1.4.1 Metodologia.....	22
2 APONTAMENTOS TEÓRICOS DA RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E SOCIOMUSEOLOGIA.....	34
2.1 EXISTE COMUNICAÇÃO SEM CULTURA?	35
2.2 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E ALTERNATIVA.....	40
2.3 MUSEUS E MUSEOLOGIA.....	45
2.4 SOCIOMUSEOLOGIA.....	49
3 REGISTROS DE MEMÓRIAS DAS MÍDIAS DISSIDENTES	56
3.1 ANOS 60.....	58
3.2 ANOS 70.....	61
3.3 ANOS 80.....	69
3.4 INÍCIO DOS ANOS 90.....	74
3.5 FIM DOS ANOS 90.....	77
3.6 ANOS 2000.....	79
4 NARRATIVAS HISTÓRICAS E COLABORATIVAS DOS ANTECEDENTES DA REVISTA MEMÓRIAS LGBT	83
4.1 REDE LGBT DE MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL.....	83
4.2 AS QUATRO METAS DA CARTA DE FUNDAÇÃO DA REDE LGBT PARA O SETOR MUSEAL BRASILEIRO.....	86
4.3. NASCE A REVISTA MEMÓRIAS LGBT+	94
5 ETNOGRAFANDO AS NARRATIVAS DA REVISTA MEMÓRIAS LGBT	116
5.1 REVISTA MEMÓRIAS LGBT NO MUSEU DE FAVELA	116
5.2 EDITORAIS	129
5.3 EDIÇÕES LÉSBICAS E BISEXUAIS.....	133
5.4 EDIÇÕES GAYS.....	134
5.5 EDIÇÕES TRANS E TRAVESTI.....	136
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS	143

1 INTRODUÇÃO

Entre grupos identitários ou comunidades territoriais, as mídias comunitárias são instrumentos de preservação e difusão das culturas e memórias das comunidades. De fato, as mídias em revista e jornais em formato impresso ou digital muitas vezes são produzidas de forma comunitária, sem custos e com o objetivo de disseminar e democratizar a informação, com o potencial de configurar importantes mecanismos garantidores da dignidade humana e da superação de preconceitos.

Somado ao desejo das comunidades por direitos básicos, surge a necessidade de preservação de sua história e memória. Não raro, esses grupos organizados criam iniciativas comunitárias em memória que buscam na Sociomuseologia estratégias para salvaguarda e difusão das histórias, bem como fortalecimento de lutas sociais, tal qual a conquista de moradia, saneamento, educação, cultura e demais direitos próprios da cidadania. Esses espaços democráticos sociomuseológicos costumam se opor aos museus convencionais e tornam-se espaços importantes para o convívio social.

A tal conjuntura, soma-se o fato relevante de que todo museu em comunidade acaba por produzir mídias que difundem suas memórias, seja por meio de exposições, varais de memórias, jornais, revistas, boletins, rádios, entre outras estratégias. Com isso, percebemos a força e a potencialidade da junção dos estudos entre as categorias de Comunicação Comunitária e Sociomuseologia. Ao que aqui se aposta, unidas, essas duas formas de promover a união em prol de demandas comunitárias servem, sobretudo, à dignidade humana dessas comunidades, ao fortalecimento de seus laços afetivos e à superação da dura realidade que muitas vezes enfrentam.

De antemão, é importante sinalizar que aqui entendemos a Comunicação como um lugar de representação e uma categoria interdisciplinar. Desse modo, a pensamos como “[...] representação do mundo em que os sujeitos e as coisas se inter-relacionam num estado constante de movimento [...]” (MULLER; RADDATZ; BOMFIM, 2013, p. 65). Isso porque compreendemos que a Comunicação ocupa um lugar estratégico na sociedade ao mediar a produção social de sentidos – grande balizadora das ações dos sujeitos no mundo e perante o mundo (BORGES, 2013). Nesses pressupostos, podemos encontrar os indícios para a compreensão de uma Comunicação Comunitária preocupada com a garantia da dignidade humana e focada no respeito à diversidade de gênero, étnica, racial, social, sexual, classe, entre outros marcadores de vulnerabilidade social. Soma-se a este conjunto

o advento e popularização da internet que, a partir do século XX, tornou-se uma potência de conexão para os grupos e coletivos.

Percebemos, por exemplo, que o uso de mídias colaborativas produzidas e distribuídas pela comunidade LGBT¹ são essenciais para o fortalecimento da identidade, para conquista e garantia de direitos básicos. Mesmo assim, esses instrumentos para a formação de mídias colaborativas LGBT ainda não estão distribuídos de forma igualitária e, quando existentes, demandam de ferramentas para o seu desenvolvimento, o que dificulta sua perpetuação (PERUZZO, 2016a).

Por sua vez, aqui entendemos a Sociomuseologia como uma abordagem interdisciplinar e decolonial no campo da Museologia e dos museus (PRIMO; MOUTINHO, 2021). Esta categoria está próxima de outras que possuem interesses semelhantes, integrantes de um escopo teórico comumente chamado de *Nova Museologia*. Junto à Museologia Social, Ecomuseologia e Museologia Comunitária, a Sociomuseologia é herdeira de rupturas nascidas nos intensos anos de 1970 que marcaram o pensamento museológico (CHAGAS; PRIMO; STORINO; ASSUNÇÃO, 2018). Segundo Moutinho (2007), são preocupações da Sociomuseologia a valorização e a preservação do patrimônio cultural, a participação e o estímulo ao desenvolvimento das comunidades locais e o entendimento das constantes mudanças da sociedade que precisam ser parte dos espaços museológicos compostos por equipes multidisciplinares.

De modo a ilustrar como compreendemos a relação entre Comunicação Comunitária e Sociomuseologia, aprofunda-se nesta tese algo que se percebeu mediante a proposição da categoria *musealização em revista* (BOITA, 2014; BOITA; CÂNDIDO, 2018). Tal categoria, proposta pelo coletivo produtor da Revista Memória LGBT² (RMLGBT), nasceu do desejo frustrado de promover exposições sobre a memória LGBT em instituições museológicas, então rejeitadas em diversos museus mediante argumentos fóbicos diversos. Desde 2013, os integrantes desta mídia colaborativa passaram a produzir uma série de musealizações que ocuparam a revista como se fosse um museu, em um exercício crítico à Comunicação teoricamente viável somente pela interlocução entre Sociomuseologia e Comunicação Comunitária. Neste sentido, passamos a perceber que a potencialidade desta

¹ Utilizamos esta sigla para referenciar-se as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais respeitando as deliberações da A Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em 2007. Ressalta-se que não estamos invisibilizando ou ignorando as outras identidades e orientações sexuais, mas compreendemos a importância de afirmarmos das políticas públicas voltadas para estas pessoas.

² A Revista será contextualizada e debatida logo a seguir.

relação não residia somente na RMLGBT, pois coexistia em outras mídias colaborativas que, a seu modo, também propunham exercícios expositivos e museais aliados à Comunicação Comunitária.

Nessa aproximação entre Comunicação Comunitária e Museologia há, contudo, alguns gargalos. A ausência de espaço e/ou estímulo das mídias para as histórias de homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais e outras sexualidades não normativas são a que mais chamou atenção neste processo de pesquisa. Mesmo em comunidade, esses grupos ainda são excluídos. Quando interseccionados, seu isolamento parece ser ainda maior. Minorias entre as minorias, nem sempre aceitam este lugar e produzem suas próprias mídias e estratégias de preservação de suas memórias. E é exatamente acerca deste fenômeno que se encontra a principal motivação da presente pesquisa.

Aqui investigamos, portanto, o potencial de mídias comunitárias produzidas por comunidades historicamente excluídas, em especial a população sexualmente dissidente da matriz cis e heterossexual vigente na sociedade como um todo. Nestas mídias são difundidos assuntos de interesse entre pessoas onde os laços solidários e a criação de redes são fortalecidos a partir dos esforços interessados na superação da fobia à diversidade sexual. Isso potencializa o compartilhamento de informações, bem como a mediação entre públicos, ou seja, entre quem produz o conteúdo e quem o significa, que, no caso das revistas colaborativas, pertencem ao mesmo agrupamento social.

De modo a recortar este tema, elegemos a categoria de sexualidade interseccionada entre classe, cor/raça e gênero, sendo este elemento a ser investigado nas mídias colaborativas selecionadas. A delimitação de uma sexualidade interseccionada se justifica por este ter-se demonstrado como um caminho onde é possível promover um diálogo entre as mídias colaborativas e a Sociomuseologia. Como dito, entendemos que mídias colaborativas e os museus comunitários são equipamentos fundamentais para a defesa da dignidade humana, mas não ignoramos que cada um possui suas estratégias próprias, muito embora se tenha por hipótese que quando somados, tornam-se uma potência que afeta a área da Comunicação como um todo. Por isso, elegemos a RMLGBT como um caso a ser estudado, uma vez, que ela representa e demonstra os elementos que desejamos analisar nessa encruzilhada entre mídias colaborativas e Sociomuseologia.

A RMLGBT é uma mídia digital colaborativa criada em 2013. Surgiu com o objetivo de suprir as ausências nos museus das memórias e histórias da comunidade LGBT brasileira.

Desde então, tornou-se um repositório que passou a preservar e difundir estas memórias ainda invisibilizadas pelas instituições de memória, entre elas, os museus. Para tal, este periódico busca o direito à memória e à cultura como elementos estratégicos à superação da homotransfobia em museus e espaços de memória.

Desde sua criação, a RMLGBT foi objeto de duas pesquisas que se conectam a esta. A primeira, realizada em 2014, quando a Revista serviu de objeto para monografia de conclusão com o título *Musealização em Revista* (BOITA, 2014). Nela realizamos um estudo propositivo onde a RMLGBT fosse entendida como um museu em revista, uma vez, que em suas páginas eram realizados os processos de salvaguarda e comunicação museológica, ou seja, na ausência de ações nos museus brasileiros em virtude de fobias à diversidade sexual, foi proposta uma iniciativa que pudesse conservar, documentar, realizar ações educativas, exposições e pesquisas em formato virtual e em revista. Naquele momento não percebemos o potencial de discussão que a ideia de musealizar em revista despertava no campo da Comunicação, muito embora essa perspectiva já nos chamasse a atenção.

Com o resultado da monografia supracitada, a RMLGBT tornou-se uma importante fonte primária para a dissertação *Cartografia das Memórias Desobedientes* (BOITA, 2017). Neste estudo se realizou um mapeamento das memórias, acervos, museus, patrimônios e indicadores de memórias no mundo das pessoas LGBT, sendo que, ao todo, se identificou 122 iniciativas distribuídas em todos os continentes. Em 2020 a cartografia subsidiou o livro *Museologia LGBT: Cartografia de arquivos, monumentos, patrimônios e museus transgressores* (BOITA, 2020). Em ambos os casos, a memória LGBT foi um tema discutido, bem como a potencialidades de se pensar a Museologia além das paredes dos museus.

Inicialmente esta pesquisa de doutorado seria realizada no Museu de Favela (MUF), no Rio de Janeiro. Tal delimitação se dava pelo fato de que em 2015 a RMLGBT havia desenvolvido três edições com a comunidade LGBT do morro em um projeto que levou seis meses para ser concluído, sendo que no nosso ingresso no presente Doutorado, planejávamos retornar à comunidade e com ela discutir seus impactos em relação à LGTBfobia — a ação teria representado ou não uma alternativa para a superação das fobias à diversidade sexual naquela comunidade, ainda que de modo tênue e colaborativo. Por meio de uma observação participante, queríamos investigar essa problemática, os limites e potencialidades de estratégias da comunicação, dos museus comunitários e do debate sobre patrimônio aliados ao direito à memória e cultura. No entanto, com a chegada da pandemia provocada pelo

coronavírus, fomos obrigados a suspender o campo presencial e optou-se em realizar um estudo de caso das ações realizadas pela RMLGBT.

Em meio a esta reformulação, fomos percebendo que a RMLGBT surgira a partir das diversas formas de violência, tais como a física, a verbal e a de invisibilização que a população LGBT brasileira sofre diariamente, ainda mais quando levamos em conta que o Brasil é um dos países que mais mata pessoas deste perfil, conforme será posteriormente melhor explanado. Particularmente, em especial durante a reconstrução do projeto, fomos percebendo que as dissidências sexuais são estigmatizadas pelos veículos de comunicação ao mesmo tempo que invisibilizadas em grande parte dos museus. Todavia, quando em mãos comunitárias, encontram caminhos inesperados à leitura convencional na comunicação e museologia, ao mesmo tempo em que impactam de modo técnico, teórico e metodológico a área da Comunicação e Informação, sobretudo no que concerne à produção social de sentidos que balizam as ações humanas na esfera individual e coletiva.

1.1 TEMA, OBJETO, PROBLEMATIZAÇÃO, OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Tal como foi mencionado, concentramos o tema desta pesquisa nas mídias colaborativas produzidas por comunidades territoriais e identitárias sexualmente dissidentes. Compreendemos que tais mídias quando aliadas ao coletivo onde existe o desejo da preservação de sua cultura, história e memória se tornam uma ferramenta estratégica para a conquista de direitos. Nestas redes e espaços de solidariedade, as revistas são um dos exemplos produzidos por estas pessoas. De dinâmica produção, circulação, agregadora e com linguagem simples, os periódicos físicos e virtuais circulam facilmente nas comunidades. Cada revista reunida neste estudo possui uma linguagem própria para atingir o maior número de pessoas. Algumas com muito texto, outras bilíngue, além daquelas com excesso de imagens, são, em conjunto, exemplos de estratégias pertinentes que merecem ser estudadas.

O recorte temático possui foco relacionados a questões de gênero, raça e classe dos conteúdos presentes nestas revistas. Somado a isso, vemos nestas mídias a preocupação de preservar memórias e o passado, de forma sutil ou explícita. Assim como as exposições realizadas em museus comunitários, as revistas podem também ser mecanismos de

preservação e difusão destas memórias, mas como uma diferença: enquanto uma exposição possui fim, uma revista parece ter chances de atravessar um período ainda maior, conforme será mais bem debatido posteriormente. Vale ressaltar que as revistas que pretendemos analisar utilizaram os mecanismos de preservação e difusão de suas culturas e memórias que muitas vezes transbordam de seus próprios objetivos primeiros de serem lidas no ato de suas publicações, ganhando o tempo em virtude da importância que passam a ter para a população LGBT como um todo.

Chegamos, assim, à temática geral da nossa pesquisa: a relação entre a Comunicação Comunitária e a Sociomuseologia enquanto categorias que podem estar em diálogo na análise das mídias colaborativas produzidas por comunidades sexualmente interseccionados. Entendemos que as práticas colaborativas das categorias estudadas possibilitam um maior diálogo com os Direitos Humanos quando produzidas por comunidades, garantindo a elas o direito à cultura, à informação e à memória.

Tendo como referência as experiências da Revista Memórias, apresentamos a seguinte pergunta nesta pesquisa: quais as potencialidades dos usos das mídias colaborativas enquanto suportes de preservação e difusão das memórias comunitárias de populações sexualmente dissidentes e interseccionados³, em especial a partir do diálogo entre Comunicação Comunitária e Sociomuseologia? A partir desta pergunta, queremos aferir estratégias e meios de expressão onde seja possível identificar o papel da Comunicação Comunitária e da Sociomuseologia em mídias que discutam as intersecções, construindo, assim, uma narrativa sobre a preservação e difusão de culturas e memórias periféricas.

Entendemos, portanto, o tema, o objeto e a problemática desta pesquisa como meio para se analisar as estratégias utilizadas pelas comunidades sexualmente dissidentes e interseccionados para defender a construção de um futuro mais justo. Buscamos, assim, analisar os limites e potencialidades da Comunicação Colaborativa quando aliada à Sociomuseologia.

Por hipótese central, entendemos que as potencialidades da Revista Memórias LGBT, uma mídia colaborativa produzida por comunidades sexualmente dissidentes e interseccionados contribuem na preservação⁴ e difusão da cultura e memória de grupos em situação de vulnerabilidade e/ou historicamente excluídos, tal qual os espaços de vocação

³ Referimos às múltiplas intersecções possíveis aplicadas a pessoas que vivem em comunidades historicamente excluídas.

⁴ Preservação no campo dos Museus, Museologia e Patrimônio, refere-se ao cuidado, a conservação. Para tal, expandimos o conceito para a preservação da vida e da dignidade humana.

museológica comunitária, em especial por aproximar a Comunicação Colaborativa e a Sociomuseologia. Para tal, apresentamos abaixo alguns elementos importantes que irão conduzir a hipótese deste estudo.

QUADRO 1: Síntese da Pesquisa

A pesquisa se propõe a	Estudar a contribuição das mídias comunitárias produzidas por comunidades transpassadas por identidades sexualmente dissidentes da matriz heterossexual vigente, em especial quando tais comunidades são interseccionados por classe, cor/raça e gênero.
Para	Descobrir como podem ser percebidos os limites e potencialidades das mídias comunitárias em revistas produzidas por comunidades identitárias interseccionados, em especial quando conectadas a museus e/ou a debates museológicos.
Com a finalidade de	Melhor entender as relações possíveis entre Comunicação Comunitária e Sociomuseologia.
O que permitirá	Pensar uma zona de diálogo interdisciplinar onde Comunicação e Museologia se revelam como potentes meios de produção de mídias colaborativas.

Fonte: Adaptado de Booth; Colomb; Williams (2000, p. 56-58).

Pelo exposto, é possível inferir que nossa pesquisa tem como objetivo geral problematizar as estratégias colaborativas registradas em revistas como ferramentas capazes de preservar e difundir a cultura e as memórias de comunidades, propondo, assim, um diálogo entre mídias colaborativas e Sociomuseologia. Assim, desenhamos os seguintes objetivos específicos: promover o diálogo entre Comunicação, Sociomuseologia, cultura, identidade e interseccionalidade; analisar as principais narrativas e conteúdos interseccionais produzidos pela *Revista Memórias LGBT* e discutir as estratégias utilizadas pelas revistas colaborativas para promover, preservar e difundir culturas e memórias das comunidades.

1.2 JUSTIFICATIVA

Justificamos esta proposta pela necessidade da elaboração de reflexões sobre a importância das mídias colaborativas em revistas e jornais para comunidades que sofrem exclusão por pertencer a grupos sexualmente dissidentes da matriz heterossexual vigente e interseccionados a partir de critérios como classe, cor/raça e gênero. Entendemos que tais características tornam essas populações distantes das demais mídias. Neste sentido, selecionamos as produções colaborativas realizadas pelos distintos perfis: lésbicas,

homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais interseccionados por sua raça/etnia, gênero e classe social, não por acaso grupos presentes na produção da RMLGBT, periódico onde concentraremos a análise sobre a relação da Sociomuseologia e Comunicação Comunitária. Em seguida, justificamos este estudo por promover uma aproximação teórica metodológica entre Comunicação Comunitária e Sociomuseologia, exercício analítico ainda não realizado, mas que ao longo desta pesquisa tem-se revelado profícuo para ambos os campos.

Além disso, este estudo se justifica pela necessidade de desenvolvimento de estudos sobre a população LGBT. No cenário em que vivemos, é fundamental que a ciência se engaje na produção de conhecimento científico capaz de propor soluções à realidade perversa, opressiva e não raro homicida a que estamos submetidos. Ao lado da população negra, mulheres, cigana, indígena, favelada, pobres, periféricas, pessoas com deficiência, entre outras minorias político-econômicas, a população LGBT precisa de estudos que possuam o caráter propositivo sobre estratégias de superação à violência a que está submetida.

Para se ter ideia, em 2021 o Brasil reafirmou-se como um dos países mais violentos em relação às pessoas LGBT — este é o 12º ano consecutivo que o Brasil ocupa tal posto (BORGES; COSTA; MENEZES, 2021). Conforme o relatório produzido pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) e pela Aliança Nacional LGBTI, somente em 2021 “300 LGBT sofreram morte violenta no Brasil em 2021, 8% a mais do que no ano anterior: 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%)” (MOTT; OLIVEIRA; REIS, 2022, p.1). Além disso, há uma característica peculiar na LGBTfobia brasileira: a crueldade — ou seja, 63 pessoas foram espancadas, torturadas e/ou estranguladas (MOTT; OLIVEIRA; REIS, 2022). Ao analisar as profissões e ocupações, o relatório do GGB aponta que o perfil foram os “profissionais liberais a recicladores, predominando travestis profissionais do sexo e homossexuais professores, estudantes e cabeleireiros” (MOTT; OLIVEIRA; REIS, 2022, p.4). O documento sintetiza outros dados,

No que se refere à causa mortis, foram documentados 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). Registramos 34 gays (11%) que sofreram latrocínio, infração penal mais grave que os homicídios, já que nesses casos, os assassinos mataram para roubar os pertencentes da vítima. Quanto ao local dos assassinatos, 36% ocorreram na residência do LGBT, 32% em logradouros públicos, mas também em estabelecimentos comerciais, locais ermos, na orla marítima e matagais. Via de regra gay e lésbica são mortos dentro de casa enquanto travestis e transexuais na rua.” (MOTT; OLIVEIRA; REIS, 2022, p.4).

Segundo Mott, Oliveira e Reis (2022), os dados representam um aumento de 8% comparado ao ano anterior, tornando o Brasil “o país do mundo onde mais LGBT são assassinados: uma morte a cada 29 horas” (MOTT; OLIVEIRA; REIS, 2022, p.1). Vale lembrar que tais estatísticas são produzidas há mais de quatro décadas pelo GGB, grupo pioneiro na defesa dos direitos LGBT, os dados são coletados de forma colaborativa a partir do diálogo em redes de dados hemerográficos. É importante destacar que em 2011 e 2012 foram produzidos pelo Estado brasileiro relatórios de violência homofóbica no Brasil que já indicava dados alarmantes.

Em 2011 a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR publica o primeiro relatório de violência homofóbica no Brasil, e em 2012, o último, utilizando duas metodologias, a primeira, denúncias realizadas no disque 100 e a segunda a partir de dados hemerográficos. Os dados do disque 100, apontam que os perfis das vítimas são de 60,44% gays, 0,49% Transexuais, 1,47% Travestis e 37,59% Lésbicas. Associando a questão de raça, cerca de 40,55% são negras(os) (pretos e pardos), 26,84% brancos(as), 0,23% amarelos(as), 0,44% indígenas. Quanto a faixa etária, 61,47% até 29 anos, 17,45% de 30 a 39 anos e 11,04% a partir de 50 anos. Segundo os dados coletados em jornais e revistas (BOITA, 2014), o perfil das vítimas é o seguinte: Travestis 51,86%, Gays, 36,79%, Lésbicas 9,78%, Bissexuais 0,39%. Quanto a faixa etária, cerca de 54,99% possui de 14 – 29 anos, de 30-39 13,50% e a partir dos 40 anos, 14,68%, nesta segunda análise, não abrangeu a questão de raça. (BOITA, 2018, p.18).

A comunidade trans e travesti também produzem seus relatórios. Produzido desde 2008 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) o Dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras de 2021 apresenta a situação desta comunidade. Segundo os dados, foram 140 assassinatos, “sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e mulheres transexuais, e 05 (cinco) casos de homens trans e pessoas transmasculinas.” (BENEVIDES, 2021, p.30). A pesquisa aponta que os estados de São Paulo, Bahia, Ceará e Rio de Janeiro, são os mais perigosos para a população T, Goiás, aparece em 7ª posição. Ao analisar a idade, fica evidente a violência a juventude travesti e transexual,

O Mapa dos Assassinatos 2021 aponta ainda que, 5 (5%) vítimas tinham entre 13 e 17 anos, 53 (53%) vítimas tinham entre 18 e 29 anos; e 28 (28%) era a idade daquelas entre 30 e 39 anos; 10 (10%) entre 40 e 49 anos; 3 (3%) entre 50 e 59 anos; e 1 (1%) entre 60 e 69 anos. A idade média das vítimas foi de 29,3 anos. A morte prematura de jovens (15 a 29 anos) por homicídio vem crescendo no Brasil desde a década de 1980, como nos alerta o Atlas da Violência. (BENEVIDES, 2022, p.40).

Há também o Dossiê sobre o lesbocídio no Brasil. Foi produzido em 2017 por Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felipe Soares e Maria Clara Dias. Esta foi a única edição publicada e revela dados tão violentos quanto os anteriores. Para além do machismo a lesbofobia é um fato evidente, perigoso, mas ainda invisível pela sociedade (PERES; SOARES; DIAS, 2018).

Segundo o dossiê, de 2014 a 2017 foram assassinadas ou cometeram suicídio 126 mulheres lésbicas sendo 76,75% assassinadas e 23,25% suicidaram-se. Deste total, 75,25% 68 A pesquisa foi desenvolvida pelo Núcleo de Inclusão e do Nós: Dissidências feministas da UFRJ. 95 possuíam de 19 a 29 anos, sendo 43% negras, 56,25% brancas e 0,75 indígenas. As cidades do interior têm maior ocorrência de lesbocídio: foram identificados 63% dos casos nestes locais, enquanto as capitais registraram 36%, além disso, os locais públicos são os espaços onde a violência a mulheres lésbicas são mais frequentes, totalizando 72% e 28% ocorreram em residências. Outro dado alarmante são as tipificações de morte, as principais identificadas foram, espancamento 14,50%, estrangulamento 10,25%, estupro seguido de morte 4,75%, facadas 20,75%, tiros 43,75%, queimadas 1,50% e atropelamentos 1,75%. Seus principais alvos são seus familiares homens ou ainda ex-cônjuges que representam 46%; tal dado reafirma o machismo e a lesbofobia, uma vez, que os homens “considerarem-se com o direito e o dever de decidir o destino das mulheres, agindo contra a vida delas em nome da conservação de uma estrutura heterossexual.”, soma-se a isso os vizinhos ou pessoas conhecidas que desejam manter os ‘bons costumes’ nos locais públicos que representam 19,25% e pessoas desconhecidas 34,75%. (BOITA, 2018, p. 94-95).

Em conjunto esses três relatórios apresentam dados alarmantes e relevantes para os estudos que visam colaborar na superação da LGBTfobia nacional. Em primeiro lugar, apontam que a comunidade LGBT brasileira vive um constante risco de vida, além da ausência da fruição pacífica dos seus direitos. Com isso, demonstram um segundo aspecto revelador: a ausência de políticas públicas e monitoramento pelo Estado do acesso a dignidade humana para pessoas LGBT. De fato, mesmo havendo legislação específica como a criminalização da LGBTfobia e uma série de direitos à comunidade, há, de modo estrutural, a dificuldade do acesso a esses direitos, ou melhor, o “direito de não ter direitos” (BOITA, 2014, p.12). Outro ponto importante é que ambos os relatórios foram produzidos a partir de dados coletados em jornais e revistas, muitos deles, colaborativos e comunitários. Somente através desta articulação em rede tornou-se possível a contabilização e divulgação destes dados.

Como se percebe, nossa justificativa reside na promoção do papel das mídias colaborativas em revista interessadas no uso da memória e da musealização como estratégias de visibilidade para comunidades sexualmente dissidentes da matriz sexual vigente e interseccionados entre classe, cor/raça e gênero, e por isso mesmo historicamente excluídas.

1.3 PRINCIPAL CORPO TEÓRICO

Todos nós nos comunicamos. Com nossa voz, corpo, escrita a comunicação é inerente à humanidade. Por um lado, sabemos que ela pode ser materializada em veículos comunicacionais que homogeneizam as informações com suas mídias massivas. Por outro, notamos a resistência das mídias colaborativas que subvertem a ordem do poder comunicacional. Podemos inferir que mesmo com uma cobertura inferior aos grandes veículos de comunicação, as mídias colaborativas possuem a esperança de uma penetração maior em seu território. É a partir deste entendimento que pretendemos refletir a partir das seguintes autorias: Rosana Borges (2013), Ana Carolina Rocha Pessoa Temer (2009); Vanda Cunha Albieri Nery (2009), José Luiz Braga (2012) e Manuel Castells (2006).

As mídias colaborativas são ferramentas estratégicas à disseminação da informação em comunidades. Elas possibilitam uma maior circulação de notícias que avisam, denunciam e orientam garantindo o seu acesso à informação. Podemos listar alguns exemplos dessas mídias, como as rádios comunitárias, as revistas colaborativas, os *blogs* e folhetins virtuais. Acreditamos que, quando produzidas de pessoas que pertencem a comunidades, as mídias, assim como os processos museológicos, podem fortalecer os laços comunitários e possibilitar um maior vínculo social. As reflexões sobre mídias colaborativas serão pautadas por Cicilia Peruzzo (2006; 2009; 2018; 2019), John D. H. Downing (2004), Francisco Machado Filho, Juarez Xavier, Mayra Fernanda Ferreira (2013), Marialina Cogô Antolini (2016), Vivian de Oliveira Neves Fernandes (2014), Larissa Silva Nascimento (2018), Marcello Henrique Santos Silva (2013), Ana Cristina Suzina (2019).

A memória sempre está em disputa entre o lembrar e esquecer. Neste duelo, muitas vezes se esquece das comunidades marginalizadas, dos grupos historicamente excluídos e lembramos, dedicando-se quase que exclusivamente às vitórias dos algozes. Neste processo, não raro se esquece dos corpos negros, LGBT e de mulheres, com frequência martirizados em praça pública. Notamos, na maioria dos casos, que os museus perpetuam um único discurso onde a figura do homem branco e heterossexual é superior às comunidades e grupos

periféricos. Com isso, queremos refletir sobre memórias, esquecimentos e os museus comunitários, muito bem explorados pela Sociomuseologia, a partir das seguintes autorias: Judite Primo (2014; 2019), Mário Moutinho (1993; 2007), publicações dos cadernos de Sociomuseologia, Mário Chagas (2006; 2009), Maria Cristina Bruno (1999; 2000; 2005; 2010), Waldisa Rússio (2010), Teresa Lersch e Camarena Ocampo (2008), Camila Wichers (2013;2015), Carlos Esquiavel G. Silva; Rita de Cássia Santos Pinto; Kátia Afonso Loureiro (2012), Revista do Museu de Favela (2016), Marília Xavier Cury(2005), Walter Mignolo (2003), Anibal Quijano (2005;2014), Michel Pollack (1989), Jacques Le Goff (2013), Paul Ricoeur (2000), Maurice Halbwachs (2006) e Viviane Trindade Borges (2012).

A cultura é intrínseca à humanidade. Cada pessoa, grupo ou comunidade possuem laços próximos que buscam a afirmação de suas práticas culturais. A cultura está na forma de andar, de comunicar, de dançar e até falar (GEERTEZ, 1989). Ela também está presente nas produções midiáticas, afinal cada cultura e/ou sociedades compreendem, produzem e absorvem essas realizações de formas distintas. Destacamos as autorias que discutem o conceito de cultura neste estudo: Clifford Geertz (1989), Ruth Benedict (1934), Franz Boas (2004), além daqueles que debatem sobre os estudos culturais, como, Raymond Williams (2011), Stuart Hall (2003; 2006), Edward Palmer Thompson (1998), Néstor García Canclini (1997;2000), Tomás Tadeu da Silva (2000), Manuel Castells (1999), Gaiatri Spivak (2010).

Em conjunto esse corpo teórico subsidiará o desenvolvimento desta pesquisa. Para tal, nossa proposta é interdisciplinar e possibilitará apresentar *nuances* nas somas destas categorias que serão exploradas ao longo desta tese.

1.4 ABORDAGEM E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir de uma abordagem qualitativa descritiva e exploratória, a pesquisa empregou o estudo de caso etnográfico como método, e triangulou os instrumentos de coleta, sistematização e análise dos dados a partir do levantamento bibliográfico, da pesquisa documental e da etnografia das narrativas. Compreendemos que esta escolha possibilitou um melhor desenvolvimento da pesquisa e favoreceu uma melhor coleta de dados para aferir ou não a hipótese e o problema elencando nesta pesquisa.

1.4.1 Metodologia

Neste estudo, a abordagem qualitativa prevaleceu. Justificamos esta escolha por entendermos a necessidade de realizar uma “análise dos padrões ou das contradições dos processos sociais” e das “construções a partir de sua dinâmica sócio-histórica” (ULLRICH, 2012, p.20). Acreditamos que essa abordagem sustentou nossa pesquisa ao visibilizar as trajetórias, histórias e memórias de comunidades historicamente excluídas.

Ressaltamos que a abordagem qualitativa ou interpretativa é baseada nas relações humanas. Lembramos que esta pesquisa valorizou as junções simbólicas, culturais e das memórias trazidas pelos indivíduos dissidentes sexuais que as materializaram em páginas de jornais e revistas. Deste modo, pressupõe-se que;

As pessoas são seres simbólicos que criam ativamente seu mundo através da interpretação, que não é um ato autônomo, mas sim, coletivo: os indivíduos interpretam com o auxílio dos outros, os significados são construídos através de interações. (MARTUCCI, 2001, p.1)

Em diálogo com a abordagem proposta, compreendemos que o estudo de caso etnográfico se tornou um valioso método para esta tese⁵. Com isso, aproximamos as duas “[...] modalidades de pesquisa qualitativa que une características do ‘estudo de caso’ com a ‘etnografia’” (VIEGAS, 2007, p. 104) esse diálogo, possibilitou “[...] compreensão mais densa e profunda [...], tornando visíveis processos até então considerados invisíveis.” (VIEGAS, 2007, p.106), ou seja, o estudo de caso etnográfico possibilitou um melhor aprofundamento e compreensão do caso etnografado, a Revista Memórias LGBT e suas ações. Chamamos a atenção que este método estimulou uma investigação dentro das principais categorias e abordagens que analisamos na pesquisa, valorizando uma “perspectiva interpretativa e crítica e que se centra nos fenômenos simbólicos e culturais [...]” (SARMENTO, 2011, p. 17).

No âmbito do método proposto, compreendemos o estudo de caso a partir da “noção de representatividade” (MARTINO, 2007, p.142). Com ele, encontramos os significados representativos do caso que foi analisado, tal como propõem Chadderton e Torrance (2015). Especificamente, recorreremos ao “exame de documentos em busca de conteúdo imediato, mudanças de conteúdo ao longo do tempo e os valores refletidos por tais mudanças.” (CHADDERTON; TORRANCE, 2015, p.92).

⁵ Esse método é muito utilizado no âmbito da educação, mas sua aplicabilidade é interdisciplinar.

Ressaltamos que ao recorrer ao estudo de caso estávamos preocupados em procurar “como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, descobrindo, assim, o que há nela de mais essencial e característico” (FONSECA, 2002, p. 33). Destacamos que os questionamentos como e por que foram essenciais nesta metodologia, por possibilitarem explicar, descrever, ilustrar e explorar o objeto analisado e avaliado na pesquisa (YIN, 2015). Para tal, o estudo de caso é

[...] uma investigação empírica que: investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes. [...] Portanto, outras características metodológicas tornam-se relevantes como as características de um estudo de caso [...] enfrenta a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e como outro resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados. (YIN, 2015, p.17-18).

Por sua vez, a etnografia é compreendida para além das técnicas tradicionais de campo (GEERTZ, 2008). Aqui trabalhamos com a flexibilidade destes conceitos que permitiu, investigar as memórias, histórias, narrativas e seus indicadores, uma vez que ela “Oferece um estilo de investigação alternativa para descrever, explicar e interpretar fenômenos sociais que têm lugar no contexto social.” (LÓPEZ, 1999, p.46). Por exemplo, compreendemos que uma capa de revista ou uma matéria de jornal, há narrativas que possibilitam a interpretação e uma descrição densa, tal qual, proposta por Geertz. Para tal, nesta perspectiva analisamos os signos, significados e sua representação e resistência em uma sociedade fóbica e por isso, compreendemos que ela potencializou os “[...] procedimentos necessários para realizar [...].” (MARTINO, 2018, p.88) esta pesquisa.

Lembramos que etnografia tem como objetivo “[...] documentar, monitorar, encontrar o significado da ação” (MATTOS; CASTRO, 2011, p. 51).”. Para López (1999) a etnografia possui como elementos característicos, a interdisciplinaridade, um caráter holístico, fenomenológico, indutivo, uma condição naturalista, contextualização dos dados coletados e a ausência de juízo de valor. Observa-se que a autora mantém uma proposta etnográfica ainda tradicional, mas apresenta elementos que impulsionam uma virada antropológica. Em outras palavras, aqui, compreendemos que o método etnográfico não está mais em descrever o outro, mas também em nós e nas nossas comunidades. Deste modo, nossos corpos ocupam também as epistemologias e subvertem a lógica intelectual quando

nos tornamos protagonistas de nossas memórias e dores. Prova disso, é a autoetnografia que possibilita falar de si, segundo Marta Quintiliano, “Minha autoetnografia é assim um ato transgressor onde expurgo minha dor, mas acima de tudo, problematizo meu mundo, reflito sobre uma Universidade efetivamente mais democrática e sã”. (QUINTILIANO, 2019, p. 121). Para Tim Ingold,

O objetivo da etnografia, assim como a compreendo, é produzir uma descrição – escrita, fílmica ou que faça uso de outro meio gráfico – da vida como ela é de fato vivida e experienciada pelas pessoas em dado lugar e em dado período. A boa etnografia é sensível, contextualmente matizada, ricamente detalhada e, acima de tudo, fiel àquilo que descreve. Todas essas são qualidades admiráveis. (INGOLD, 1991, p. 223)

Nesse contexto, o caso a ser etnografado será a Revista Memórias LGBT. Deste modo, tornou-se possível “descrever e documentar com riqueza, completude e rigor os eventos e significados das ações [...]” (MASSONI, 2005, p.41) preservadas e difundidas nas páginas do periódico analisado. Com isso aprofundamos reflexões a partir de “como” e “por que” a revista colaborativa pode ser um suporte de preservação e difusão das memórias comunitárias de populações sexualmente dissidentes e interseccionadas em gênero, raça e classe em prol de sua dignidade humana. Destarte, utilizou-se esse método para garantir uma melhor compreensão, encontrar novas hipóteses e avaliar as dinâmicas do objeto analisado (MARTUCCI, 2001),

[...] podemos dizer que o estudo de caso etnográfico deve ser usado: (1) quando se está interessado numa instância particular...; (2) quando se deseja conhecer profundamente essa instância particular em sua complexidade e em sua totalidade; (3) quando se estiver mais interessado naquilo que está ocorrendo e no como está ocorrendo do que nos seus resultados; (4) quando se busca descobrir novas hipóteses teóricas, novas relações, novos conceitos sobre um determinado fenômeno e (5) quando se quer retratar o dinamismo de uma situação numa forma muito próxima do seu acontecer natural. (ANDRÉ, 1995, p. 51-52)

Martucci (2001) aponta que o estudo de caso etnográfico é dividido em três momentos. Para a autora, são eles, planejamento, coleta de dados e sistematização. A autora compreende que o planejamento é a organização e desenvolvimento da pesquisa. A coleta de dados pode ser desenvolvida através da observação participante, entrevista ou textos escritos pelo sujeito. E a sistematização a reflexão crítica do estudo. Tais elementos são fundamentais para o desenvolvimento de uma metodologia que utiliza o estudo de caso.

Após a seleção do caso, que deve obrigatoriamente “ser algum fenômeno da vida real que tenha alguma manifestação concreta” (YIN, 2005, p. 36), poderemos analisar as três

etapas propostas por Yin (2005). De forma breve, inicialmente realizaremos a identificação do “caso” a ser analisado, bem como, seus limites e potencialidades. Em seguida, iniciamos a coleta a partir das fontes selecionadas, o autor, sugere a escolha de mais de uma fonte e pontua seis, sendo; “documentação, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos” (YIN, 2005, p.107). A terceira etapa é a análise, onde organizaremos, interpretaremos os dados coletados na etapa anterior, e que “[...]consiste no exame, na categorização, na tabulação, no teste ou nas evidências recombinaadas de outra forma, para produzir descobertas baseadas em empirismo” (YIN, 2005, p.136). Em conjunto, estas etapas conduzirão o desenvolvimento desta tese.

Portanto, em nossa pesquisa, o estudo de caso foi fundamental para analisar os conteúdos produzidos de forma colaborativa pela *Revista Memórias LGBT*. Com ele, exploramos e interpretamos as matérias, verificando suas estratégias para a preservação e difusão das culturas e memórias comunitárias produzidas por comunidades historicamente excluídas. Com isso, poderemos averiguar se de fato, as hipóteses propostas são contundentes.

Na identificação do estudo de caso, primeira etapa metodológica, é o momento que devemos caracterizar e justificar a escolha do caso que será analisado. Yin (2005) propõe alguns componentes fundamentais para esta etapa, a primeira reside nas formulações de questões que envolvam, “como” e “por que”. Com a pergunta ou perguntas em mãos, passamos para as preposições, ou seja, momento no qual propomos justificativas que ateste a escolha. Em seguida realizamos a delimitação do caso escolhido, definido o que será melhor analisado. Ao final, o autor propõe a necessidade da escolha de uma ou mais unidade(s) de análise, o caso, que

[...] também pode ser algum evento ou entidade, além de um único indivíduo. Os estudos de caso tem sido realizado sobre uma ampla variedade de tópicos, incluindo pequenos grupos, comunidades, decisões, programas, mudança organizacional e eventos específicos. (YIN, 2005, p.33)

É nesta etapa que podemos escolher entre estudos de caso único ou múltiplos. É evidente que para essa pesquisa optamos por realizar um único estudo de caso. O autor aponta possíveis justificativas para a escolha e percebemos que a mais próxima para este estudo se enquadra como um caso crítico, determinaremos se as “preposições são corretas

ou se algum conjunto alternativo de explicações pode ser mais relevante.” (YIN, 2005, p.,54) onde possibilita refletir, ampliar e ressignificar a teoria utilizada.

Diante do proposto, seguimos a proposta de Martucci (2011), mas com as adaptações feitas ao nosso caso, em especial no que tange a coleta de dados, onde nos detivemos, exclusivamente nos textos colaborativos, escritos por muitas mãos. Para a autora,

Textos escritos pelos sujeitos: os textos produzidos pelos sujeitos também constituem fontes naturais de informação para o pesquisador, referindo-se a cartas, redações, depoimentos, diários e outros registros escritos pelos sujeitos: qualquer narrativa feita na primeira pessoa que descreva ações, experiências e crenças dos indivíduos (Bogdan; Biklen, 1994, p.177). A análise documental é apropriada quando existem limitações de tempo ou de deslocamento do pesquisador, quando se pretende ratificar e validar informações obtidas por outras técnicas e também quando o interesse do pesquisador é estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos (Holsti apud Lüdke; André, 1986, p.39). Bogdan; Biklen (1994, p.176) ressaltam que os dados produzidos pelos sujeitos são utilizados como parte dos estudos em que a tônica principal é a observação participante ou a entrevista, embora às vezes possam ser utilizados em exclusivo. Nos estudos de caso etnográficos os textos produzidos pelos sujeitos possuem a função essencial de validar as informações obtidas através da observação participante e da entrevista, para a triangulação dos dados – a checagem de um dado obtido através de diferentes informantes, em situações variadas e em momentos diferentes (Lüdke; André, 1986, p.52). (MARTUCCI, 2011, p.7-8)

Sem dúvidas o percurso metodológico escolhido potencializou a pesquisa. Ao aproximarmos o estudo de caso e a etnografia consolidamos as lacunas existentes, ou seja, analisamos o caso a partir do olhar, ouvir e escrever (CARDOSO, 1996), elementos cruciais para uma etnografia. Com isso compreendemos que o olhar atento possibilitou a melhor compreensão do tema a partir da “escuta”⁶ ativa dos documentos (revistas, boletins, periódicos) analisados e isso proporcionou uma descrição densa, das memórias e narrativas. Conforme veremos no quadro 2 fica visível os ganhos desta aproximação, definida como estudo de caso etnográfico.

⁶ Utilizamos a palavra escrita como metáfora a ação da fala, no qual, alguns autores, como Bittencourt (2003) aponta que os objetos falam a partir dos testemunhos que ele deixa “Cada objeto é um testemunho único, que o investigador busca decifrar – uma forma científica de alcançar um objetivo maior: a verdade histórica. (...) Mas os testemunhos, como veremos, não têm efeito sozinhos: devem se juntar em algum momento. É necessário juntar, somar os indícios, de forma que, ao observador, não possa restar a menor sombra de dúvida.” (BITTENCOURT, 2003, p. 155).

QUADRO 2: Síntese da identificação do estudo de caso etnográfico

Identificação do Caso	<i>Revista Memórias LGBT</i>	Resposta
Questões do Estudo de Caso Ouvir	Como e por que a RMLGBT, uma mídia colaborativa, pode contribuir na superação das fobias à diversidade sexual?	Utilizando estratégias que visem a preservação e difusão das histórias, memórias e cultura da comunidade LGBT brasileira em formato de revista, em especial pela <i>musealização em revista</i> , buscando sensibilizar os profissionais do campo da memória e da sociedade.
Preposições do Estudo de caso: Escrever	Por que a RMLGBT e não outro periódico? Por que analisá-la como uma mídia comunitária e não alternativa, radical ou popular?	A RMLGBT concentra uma abordagem interseccional, fugindo dos padrões normativos das sexualidades dissidentes; Entendemos que a sua missão propicia uma análise a partir dos pilares da Comunicação Comunitária.
Delimitações Ver	Foram analisados: As matérias produzidas de forma colaborativa; Conteúdos produzidos sob a ótica interseccional;	Não se aplica
Unidades de Análise	14 edições da RMLGBT	Não se aplica
Modalidade do Estudo de Caso	Único (x)	Múltiplo ()
		Não se aplica

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da proposta de Yin (2015).

Complementarmente ao estudo de caso etnográfico, utilizamos alguns procedimentos específicos de coleta de dados. Em particular, realizamos uma triangulação metodológica visando um melhor aprofundamento do levantamento de dados. Somado a isso, utilizamos instrumentos que dialogam com as demandas sociais, afinal,

Graças a seus instrumentos, como a história de vida, a observação participante, ou a análise de conteúdo, a pesquisa qualitativa permite mais particularmente estudar esses momentos privilegiados, dos quais emerge o sentido de um fenômeno social. (DESLAURIERS, KÉRISIT, 2008, p.131).

Entendemos que a triangulação foi fundamental para o desenvolvimento da nossa pesquisa, uma vez que a tem como objetivo “enriquecer a nossa compreensão” (AZEVEDO, et al, 2013 p.4), além de contribuir “para estimular a criação de métodos inventivos, novas maneiras de capturar um problema para equilibrar com os métodos convencionais de coleta de dados.” (AZEVEDO, et al, 2013 p.4). Com isso, triangulamos o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental e a etnografia de narrativas que nortearão a coleta dos

dados. Em conjunto estes instrumentos subsidiarão as indagações desta pesquisa, bem como, serviu “à pesquisa, ao problema e aos objetivos que se quer alcançar.” (FIGARO, 2014, p.130).

1.4.2.1 Pesquisa Bibliográfica

Neste estudo foi fundamental um levantamento bibliográfico das categorias que envolveram a pesquisa. Para tal, a pesquisa bibliográfica teve como premissa “encontrar respostas aos problemas formulados” (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p.79). Nesta etapa, analisamos todos os documentos que dialogam diretamente com as categorias propostas nesta tese, a saber, a Comunicação, as mídias colaborativas, a Memória, a Sociomuseologia e Cultura. De fato, a realização de um bom levantamento bibliográfico foi capaz de transformar este estudo,

Pode-se afirmar, então, que realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além. É munir-se com condições cognitivas melhores, a fim de: evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadores de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência. (GALVÃO, 2011, p.1)

Posteriormente, foram levantados dados em plataformas virtuais. Inicialmente no Banco de Teses e Dissertações da Capes e ampliou-se para o Google Acadêmico e o Academia.edu. Em campos os casos, a pesquisa atuaram com os seguintes termos de busca, “Comunicação Comunitária”, “Comunicação Colaborativa”, “Mídia Comunitária”, “Mídia Colaborativa”, “Comunicação Comunitária + Museus Comunitários”, “Comunicação Colaborativa + Museus Comunitários”, “Comunicação e Sociomuseologia”, “Comunicação e Museologia”, “Memória + Comunicação”.

Para tal, esse levantamento bibliográfico, indicou uma lacuna entre as teorias de Comunicação, Memória, Museus e Comunidades. Há um gargalo entre estas produções teóricas e os conceitos, além de, existirem poucas pesquisas produzidas que dialogam com as categorias exploradas neste estudo.

1.4.2.2 Pesquisa Documental

A pesquisa documental objetivou a análise dos documentos que fortalecerão a pesquisa. Nela, foram “investigados documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características” (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p.62). Ressaltamos que ela estará presente em dois eixos distintos, mas que em conjunto irão produzir um aprofundamento profícuo deste estudo.

Para além de uma simples análise, aprofundamos o estudo a partir dos indicadores apontados pelas fontes consultadas. Afinal, ela compreendeu, “a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (MOREIRA, 2011, p.271), ou seja, o bom uso deste instrumento elucidará melhor os caminhos em busca de dados confiáveis.

A análise documental processa-se a partir de semelhanças e diferenças, é uma forma de investigação que consiste em um conjunto de operações intelectuais que têm como objetivo descrever e representar os documentos de maneira unificada e sistemática para facilitar a sua recuperação[...]. (MOREIRA, 2011, p.276)

Nesta pesquisa, as mídias colaborativas analisadas foram entendidas como documentos fundamentais para o desenvolvimento e interpretação do conteúdo, ou seja, passaram a ser entendidas como fonte de pesquisa. Optamos por esta estratégia por entendermos sua importância na produção de conhecimento, mas de forma não convencional.

Por esse motivo, recorreremos as nuvens de palavras. Este é um recurso popular que a partir de aplicativos representa visualmente os dados selecionados. Com este instrumento é possível aferir os principais termos citados no periódico analisado. Para tal, recorreremos a plataforma *WordClouds.com*⁷ que possibilitou a produção das figuras a partir do *upload* das edições analisadas. De forma técnica,

Nuvens de palavras (NP) são recursos gráficos que representam frequências de palavras utilizadas em um texto. Por meio de algoritmos é possível construir imagens formadas por dezenas de palavras cujas dimensões indicam sua frequência ou relevância temática em meio a centenas ou milhares de postagens. Têm sido habitualmente usadas apenas como meras ilustrações, embora aqui nos interesse a percepção das questões mais centrais nas postagens de comunidades virtuais. (SILVA; JORGE, 2019, p.42)

⁷ Disponível em: <https://www.wordclouds.com>

Ao aproximarmos este instrumento da *Revista Memórias LGBT* analisamos seu conteúdo, mas não somente. Também exploramos suas imagens e cores tornando possível compreender os significados visíveis gerados. Contudo, ao aproximarmos os documentos de seu contexto histórico, político e social, aferimos com melhor efetividade a hipótese proposta.

A análise documental, muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos. Consegue dessa maneira introduzir novas *perspectivas em* outros ambientes, *sem* deixar de respeitar a substância original dos documentos. (MOREIRA, 2011, p.276)

Ao realizarmos uma análise crítica do material coletado poderemos encontrar novas *nuances* até então não percebidas. Uma vez que ao realizarmos uma “[...] análise crítica do material encontrado constitui importante fio condutor para a memória de eventos, pessoas e contextos [...]” (MOREIRA, 2011, p.274) e este diálogo potencializará a análise e conseqüentemente a pesquisa.

Devemos levar em conta que esta pesquisa atuou com o direito à memória, à comunicação e aos direitos humanos. Em virtude disso, foram levantados documentos normativos e legislativos. Esta escolha foi fundamental, uma vez que possibilitou o andamento de políticas públicas no país quando confrontadas com as mensagens exploradas no estudo de caso.

Portanto, esta pesquisa documental irá permear os conteúdos produzidos pelas mídias comunitárias em revista e jornais, bem como, a legislação vigente. Em conjunto, poderemos avaliar até que ponto os direitos à dignidade humana, à comunicação, à memória e à cultura existem e/ou são respeitados.

1.4.2.3 Etnografia das Narrativas

As narrativas estão nas imagens, oralidade, palavras, sonhos, memórias, medos e tudo que é humano. Para Baroni (2021) a narrativa é uma disciplina independente e está presente em uma “diversidade de meios de comunicação” (BARONI, 2021, p.268). Richard Prince (2004), aponta que a narrativa na escrita etnográfica é recente. O que o autor chamou de uma “virada literária” nos anos 70. Um bom exemplo desta virada, é a tese de Carmen Lucia da Silva (1998), evoca em sua etnografia imagens fotográficas que potencializam e estimulam a narrativa, que foi compreendida “como elemento evocativo de lembranças e

motivador de narrativas e relatos de experiências como elemento evocativo de lembranças e motivador de narrativas e relatos de experiências” (SILVA, 1998, p.28.).

Neste estudo, para que possamos realizar a coleta de dados é fundamental que realizamos uma etnografia das narrativas, afinal, “Toda narrativa é etnográfica” (ROCHA; ECKERT, 2004, p.6). Com essa proposta, torna-se possível analisar tanto as imagens e os textos presentes nas edições analisadas, uma vez, que “As revistas, portanto, são também portadoras de uma memória. Carregam discursos e narrativas que podem ser entendidos como documentos.” (CERBINO, 2014, p.1). Deste modo, a RMLGBT é entendida aqui não só como um suporte de informação, mas um registro de narrativas simbólicas e culturais de pessoas não normativas, preocupadas em preservar suas memórias para as futuras gerações.

Nesse espírito, a nossa compreensão de narrativa pressupõe uma “[...] relação entre o indivíduo e a cultura, contribuindo para o desenvolvimento ou a manutenção de atitudes e valores em contextos específicos e, por conseguinte, de significados.” (COSTA; GUALDA, 2010, p.933). Em uma narrativa é possível vislumbrar as relações sociais, as redes de afeto e solidariedade, bem como, elementos que garantam a cidadania plena. Contudo, em nossa pesquisa pretendemos “descrever, analisar e interpretar [...]” (COSTA; GUALDA, 2010, p.934) as memórias e histórias narradas e registradas nas edições da Revista Memórias LGBT. Segundo as autoras,

Em uma perspectiva etnográfica, as narrativas, como técnica situada entre as metodologias qualitativas, não são simplesmente respostas. Não são pacotes prontos esperando para serem expressos em respostas incentivadas por perguntas, em uma determinada entrevista. Uma narrativa é frequentemente precedida por uma proposta para se contar uma história e a aceitação em ouvi-la. Narrar eventos é uma atividade relacional empática que envolve, de um lado, alguém que, ao falar, consulta a história inteira da vida, um amálgama de materiais autobiográficos; e, de outro, um ouvinte com escuta atenta. Todavia podem existir lacunas entre a experiência – a narrativa –, a análise e a leitura final, uma vez que a narrativa pode ser afetada pelos processos da memória. (COSTA; GUALDA, 2010, p.935).

Destarte, ao longo desta etapa, serão disponibilizadas narrativas dos cadernos de campo e anotações pessoais que irão subsidiar a análise⁸. Deste modo, reforçamos a importância da etnografia nesta tese, pois possibilita revisar narrativas produzidas no passado e conseqüentemente, sob uma nova ótica, possibilitarão compreender melhor, os

⁸ Trata-se dos meus cadernos de campo, em grande parte utilizados no mestrado, referem-se ao período de 2015 a 2018.

caminhos percorridos e soluções encontradas ao longo da produção dos periódicos, em especial, na coleta das entrevistas e ações presenciais como a ocorrida na comunidade do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo no Rio de Janeiro, uma vez que, “ao narrar estamos tentando reproduzir os acontecimentos vividos” (ROCHA; ECKERT, 2004, p.6) elemento essencial da etnografia.

Nesta etapa, analisaremos as narrativas presentes nas capas e fotografias. Aqui, as imagens serão compreendidas “enquanto linguagem simbólica comum e subjetivamente livre” e possibilitará a compreensão das “histórias ou estórias que outros nos contam” (KOURY, 1999, p.66). Já os textos e suas palavras, serão analisados dentro de sua historicidade, complexidade e criatividade, sem juízo de valores ou preconceitos. Eles, serão tratados como elementos fundantes do discurso das pessoas que construíram e/ou colaboraram com os periódicos.

1.4.3 Exposição Dos Dados

Por fim, esta tese foi dividida em quatro capítulos. No primeiro discutimos aspectos teóricos. Enquanto no segundo abordamos as mídias alternativas e comunitárias LGBT que circularam no Brasil entre 1960 até os dias atuais. O terceiro capítulo foi dedicado a *Revista Memórias LGBT* e sua metodologia de atuação. Ao final, realizamos apontamentos conclusivos sobre a pesquisa.

O primeiro capítulo foi dividido em três seções: a primeira onde se caracteriza a Comunicação Comunitária, a segunda onde se caracteriza a Sociomuseologia e a terceira onde se promove a relação entre as duas, apontado similitudes, distanciamentos e aspectos que impactam as mídias comunitárias.

No segundo capítulo realizamos uma cartografia de mídias alternativas e comunitárias produzidas nos últimos sessenta anos. Dividimos em três seções principais, a imprensa homossexual, a imprensa lésbica e a imprensa LGBT digital. Por fim, apresentamos esses periódicos e suas relações sociais, culturais e de memória.

Já o terceiro capítulo focou nas narrativas que antecederam a criação da Revista Memórias LGBT+. Para tal, analisamos documentos e relatos da Rede LGBT de Memória e Museologia Social e as motivações que implicaram na criação de um periódico independente.

O quarto capítulo apresentou uma etnografia das narrativas da Revista Memórias LGBT. Com isso, objetiva-se analisar seus elementos textuais e imagéticos, bem como, suas ações presenciais ao longo de sua trajetória.

2 APONTAMENTOS TEÓRICOS DA RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E SOCIOMUSEOLOGIA

A Comunicação se constitui em uma área fundamental à justiça social, em especial quando utilizada a serviço da democracia. De fato, como veremos neste Capítulo, compreendemos que o ato de comunicar está além dos veículos comunicacionais e jornalísticos, assim como o ato de lembrar ou esquecer ultrapassa as paredes dos museus convencionais. Comunicar, lembrar e esquecer são características intrínsecas da cultura, elementos fundamentais para a garantia da dignidade humana.

Em busca de direitos, no Brasil, as comunidades historicamente excluídas passaram a criar estratégias para difundir, narrar e perpetuar suas memórias, histórias e lutas sociais. Como estratégias, as pessoas dissidentes sexuais começaram a produzir mídias impressas alternativas, populares e comunitárias (jornais, fanzines, boletins e revistas) questionando a normatividade e o patriarcado, além de exigir o direito e o acesso à comunicação, à cultura e à memória. Guardadas nas páginas de tais mídias, há importantes indicadores da memória gay, lésbica e travesti brasileira. Outro exemplo foram os equipamentos de preservação e difusão de memórias colaborativos e comunitários. Impulsionados por comunidades territoriais abandonadas pelo Estado, estes coletivos e/ou grupos criaram equipamentos colaborativos para preservar e difundir suas memórias, histórias e a sua oralidade. Chamados de ecomuseus, museus comunitários e de território, as iniciativas comunitárias impulsionadas na década de 1970 a partir da Nova Museologia procuraram ressignificar os padrões museológicos. A partir das declarações de Santiago do Chile⁹, Quebec¹⁰ e Caracas¹¹

⁹ A Mesa redonda de Santiago do Chile foi realizada em 1972 na capital chilena organizada pelo Conselho Internacional de Museus - ICOM. Nele é destacado os princípios para um museu integral e a função social dos museus convencionais. Este é o primeiro documento produzido pela comunidade museológica internacional preocupado em analisar, estimular e promover estratégias para aproximar os museus convencionais das comunidades e do seu entorno. Deste encontro/documento surge os princípios da Museologia Social e seus museus voltados para as comunidades territoriais, identitárias e afetivas. Como resultado foi produzido uma série de resoluções para o setor recomendações para a UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/335>

¹⁰ O I Atelier Internacional Ecomuseus/Nova Museologia foi realizado em 1984 pelo ICOM e resultou na declaração de Quebec. Ela reafirma os princípios estabelecidos em Santiago do Chile e enfatiza a importância das experiências museológicas comunitárias e colaborativas existentes. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342>

¹¹ O Seminário A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios realizado em Caracas na Venezuela em 1992 reafirmou os princípios dos documentos anteriores através da declaração de Caracas. Mas diferente dos seus antecessores, apresenta uma série de orientações e recomendações que norteiam essa prática

para citar três dentre tantos documentos importantes que marcaram esta movimentação, a comunidade museológica passou a se interessar em salvaguardar a vida ao invés do objeto, em especial quando adotando estratégias comunicacionais para alcançar o maior número de moradores da comunidade ou do entorno dos museus (PRIMO, 1999).

Entendemos que para este estudo o diálogo entre Comunicação Comunitária e Sociomuseologia é fundamental por diversos aspectos. Um primeiro exemplo entre tantos: a relação entre Comunicação, Museologia e agenciamento promovido pelo Estado que nos leva a perceber que informações e notícias diárias selecionam o que deve ou não ser lembrado ou pautado, como não raro o papel dos museus o faz. Não é à toa que em períodos ditatoriais, tanto os museus, quanto a imprensa, são e seguem sendo elementos fundamentais para a consolidação da repressão e imposição de moral e de noção de costumes e valores que devem ser considerados vigentes. Por outro lado, existe um contrafluxo importante a afetar a normatização: iniciativas de caráter comunitário criticam o agenciamento mediante a proposição de espaços, pautas socialmente construídas e conquistas de direitos através de mídias colaborativas ou em museus com base comunitária.

É partindo deste ponto que no presente Capítulo refletimos sobre os campos conceituais da Comunicação e Sociomuseologia, bem como a proposta de uma interlocução entre essas. Buscaremos verificar os limites e potencialidades neste diálogo, indicando, com isto, a possibilidade de se produzir ou reconhecer um modo singular de produzir Comunicação Comunitária e Sociomuseologia. Para tal, em primeiro lugar discutimos e consideramos como percebemos as categorias de Comunicação e Comunicação Comunitária. Em seguida, apresentamos a nossa perspectiva sobre Museologia e Sociomuseologia. Ao fim do Capítulo, tecemos algumas interlocuções que até o momento emergiram do diálogo acerca da Comunicação Comunitária e da Sociomuseologia.

2.1 EXISTE COMUNICAÇÃO SEM CULTURA?

Em um primeiro momento, este capítulo se dedica a apresentar nosso entendimento sobre a categoria de Comunicação e Comunicação Comunitária. Entendemos a Comunicação como elemento “[...] da própria natureza do ser humano” (BACEGA, 1996,

museológica. Destacamos a preocupação com a participação social e a importância destes espaços para a educação e a cultura. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/345>

p. 9). Borges (2013) pontua que, na perspectiva dos Estudos Culturais, a Comunicação pode ser compreendida como o processo de produção social de sentidos que envolve os meios, as mídias, os veículos e o amplo leque de elementos mediadores que as pessoas e/ou os agrupamentos sociais utilizam para significar os conteúdos comunicacionais:

[...] compreende-se que os *meios de comunicação* são todas as formas (pessoais, impessoais ou mediadas por alguma tecnologia) produzidas e utilizadas com o objetivo de estabelecer interações sociais. Já as *mídias* são meios técnicos que mediam a comunicação por meio de recursos impressos, eletrônicos ou alternativos. O rádio, a televisão, a *internet*, o livro, a revista, a sacolinha do supermercado, o DVD, o *outdoor*, a faixa afixada que divulga um evento, o carro de som que anuncia algo, etc., são *mídias*, sem as quais a Publicidade não conseguiria dar visibilidade aos processos de comunicação dirigida e o Jornalismo não distribuiria seus produtos. Da utilização das *mídias* por instituições ou pessoas com objetivos comunicacionais específicos é que surgem os *veículos de comunicação* ou *veículos jornalísticos*, a exemplo das emissoras de rádio e de televisão, jornais, revistas, *sites*, *blogs*, entre outros. (BORGES, 2013, p. 32. Grifos da autora).

Ainda segundo a autora, ao selecionarem, produzirem, editarem e publicizarem o mundo e os seus eventos com a utilização de tecnologias cada vez mais avançadas, os veículos de jornalismo e de comunicação desencadeiam tramas significadoras que afetam a percepção, a interpretação e a leitura da realidade, de modo que “ [...] imagens, representações, símbolos, signos, lugares, espaços e territórios são alguns dos elementos cujos sentidos, na atualidade, perpassam também pelos conteúdos jornalísticos e da comunicação dirigida (BORGES, 2013, p. 33).

Definir Comunicação é uma tarefa complexa uma vez que este termo é polissêmico e seu conceito irá variar conforme a área/disciplina científica que será aplicado. No entanto, Temer (2009) aponta alguns horizontes: a autora aponta sentidos fundamentais, que são importantes para sua compreensão. Segundo ela, a comunicação é “partilha”, troca, compartilhamento, e potencializou-se com os “veículos midiáticos”, além de compreender, que a comunicação é uma necessidade cultural, afinal, “Comunicar é entrar em contato com o outro, admitir alguém fora de si mesmo.” (TEMER, 2009, p. 38-39). Ainda segundo Temer (2005; 2009), Comunicação também é ação e está além do ato de comunicar.

Manuel Castells (2005) aponta que a comunicação é algo disponível a todas as pessoas, mas nem todas têm o acesso igualitário. Com o advento da *internet*, a comunicação passou a valorizar o território e a cultura local, além de aproximar comunidades identitárias distribuídas em distintos territórios. Porém, isso não implica em perceber a comunicação

apenas como um meio, a exemplo do que Sodré (2007) pontua quando reflete que em determinados campos das Ciências Sociais e Humanas, tais como a Antropologia e a Sociologia, paira um entendimento de que a comunicação seria apenas um instrumento. Segundo o autor, essa visão é reducionista, já que

Comunicar é a ação de sempre, infinitamente, instaurar o comum da comunidade, não como um ente (por exemplo, uma agregação ou um conjunto de sujeitos), mas como uma vinculação, portanto, como um nada constitutivo, pois o vínculo é sem substância física ou institucional, é pura abertura na linguagem. O sujeito que se comunica é o mesmo ser como «entre», logo, uma interioridade destinada a uma exterioridade, o outro. (SODRÉ, 2007, p.21).

Neste estudo, portanto, a Comunicação é entendida como um campo interdisciplinar e um lugar de representação e de significação. Ela é uma categoria que dialoga e está presente nos mais diversos campos de conhecimento, bem como um elemento que fortalece e representa grupos historicamente excluídos:

A comunicação é um lugar de representação do mundo em que os sujeitos e as coisas se inter-relacionam num estado constante de movimento. É um organismo vivo que fala por si mesmo, a partir de uma pluralidade de vozes de outros, narrando problemáticas e experiências, contando histórias, descrevendo fatos e interpretando as práticas do cotidiano e as transformações da sociedade. Os espaços são dinâmicos e todas as relações que ali ocorrem, compreendem formas que podem ser remodeladas, discutidas e processadas. (MULLER; RADDATZ; BOMFIM, 2013, p. 65).

De fato, Borges (2013) pontua que a comunicação jamais ocorre de forma linear, sem fissuras ou contradições. Para a autora, ao se considerar a totalidade do processo comunicacional em suas complexidades e dialeticidades, a centralidade aponta justamente para as conexões e mediações produtoras de ideologias e significações, bem como nas práticas dos sujeitos e das sociedades históricas, de modo que a comunicação é uma categoria possuidora de, no mínimo, cinco pressupostos centrais, quais sejam:

- 1) A comunicação é envolta em ideologias e, por conseguinte, está relacionada à cultura e às expressões culturais, ou seja, a um complexo processo de produção de sentidos;
- 2) A comunicação é permeada por estruturas e aparatos, mas, fundamentalmente, também envolve sujeitos, que pensam, elaboram, significam e ressignificam os conteúdos comunicacionais de acordo com os elementos mediadores que dispõem;
- 3) A comunicação não implica somente em reprodução, mas, sobretudo, em

produção de significados e ações; 4) A ampla maioria dos veículos de comunicação e de jornalismo está vinculada às lógicas hegemônicas, o que repercute na sua estrutura orgânica e na conformação dos seus discursos, mas isso não quer dizer que suas estruturas e discursos sejam sempre homogêneos; 5) O processo de atribuição de significados aos contraditórios conteúdos disseminados pelos veículos de comunicação está em constante disputa. (BORGES, 2013, p. 91).

Nessa mesma perspectiva, ao refletimos sobre a cultura, invocamos o primordial conceito definido por Clinford Geertz (1989). Segundo o autor, o ser humano “[...] é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise” (GEERTZ, 1989, p.4). Deste modo, concordamos com o autor, mas acrescentamos que mesmo preso neste sistema simbólico o indivíduo é capaz de criar “[...] significados e símbolos, de estabelecer valores, e que se comunica por meio de diversas linguagens (oral, escrita, icônica, gestual) e [...] elementos afetivos.” (RÚSSIO, 2010, p.178), afinal a cultural influência, mas não determina.

Corroborando com essa ideia de Geertz (1989), Borges (2013) pontua que desde o nascimento a pessoa é inserida em relações e interações territoriais, cujos desdobramentos culminam em sua construção como um ser cultural:

No decorrer da sua existência a pessoa estabelece relações e interações territoriais, e é por meio delas que se torna cultural [...]. A cultura é mediadora do mundo e da existência, além de também ser reguladora de práticas sociais. Na condição produto histórico, a cultura não é perpétua: ela é construída, reconstruída, elaborada e reelaborada na interação do ser com o outro, com o espaço, com o território, enfim, com o mundo. Seu lugar é, portanto, o território vivido, e sua produção, as ações humanas. Ao territorializar-se, as existências agregam elementos culturais que podem ser reproduzidos e/ou reconstruídos, que acabam compondo as representações e os sentidos atribuídos ao próprio mundo, indicadores do seu *modus operandis*. [...] A cultura é uma prática social com significado, significante e significância, que engloba não somente o que é tradicional ou hegemônico, mas, sobretudo, aquilo que faz parte da vida, das existências individuais e coletivas (BORGES, 2013, p. 73-75. Grifos da autora).

A base teórica da corrente culturalista é fortemente embasada nos estudos de Raymond Williams (2011; 2007) e Stuart Hall (2005). O primeiro preocupou-se em refletir sobre o conceito de cultura a partir do legado deixado por Marx e o segundo, problematiza a cultura e suas identidades. De fato, de forma dinâmica e interdisciplinar, essa escola trouxe diversos autores críticos e fundamentais para o entendimento das relações sociais

contemporâneas das mais diversas ciências, como Antropologia, Filosofia, Sociologia, Artes, Literatura, Linguagem entre outras.

Williams (2007) problematiza o conceito de cultura e seus desdobramentos. Para ele, inicialmente o termo cultura “[...] era um substantivo que se referia a um processo” (WILLIAMS, 2007, p.117), muito ligado ao cuidado da terra e dos animais. Posteriormente, ainda de acordo com o autor, a palavra passou a ser entendida como uma metáfora abstrata ligada ao cuidado da pessoa. Os Estudos Culturais entendem a cultura como “sistemas de significação ou simbólicos” (WILLIAMS, 2007, p.122) baseados em três categorias:

O substantivo independente e abstrato que descreve um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético a partir do século 18; O substantivo independente, quer seja usado de modo geral ou específico, indicando um modo particular de vida, quer seja de um povo, um período, um grupo ou da humanidade em geral, desde Herde e Klemm. Mas também e preciso reconhecer; O substantivo independente e abstrato que descreve as obras e práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística. (WILLIAMS, 2007, p.121).

Para Williams (2007) um elemento importante à identificação de uma cultura da classe trabalhadora é a democracia. Segundo o autor, na cultura produzida pela classe trabalhadora no período industrial predominou a coletividade com reconhecimento da “[...] instituição democrática, coletiva, seja nos sindicatos, nos movimentos cooperativistas ou nos partidos políticos” (WILLIAMS, 2007, p.351).

Pelo exposto até aqui, pontuamos o entendimento de que a comunicação é um conceito polissêmico e, conforme já foi mencionado, indicamos o nosso campo de análise na arena dos Estudos Culturais que compreendem as práticas culturais como elementos constitutivos da humanidade, sem distinção entre erudito e popular. Além disso, há o reconhecimento de que essa corrente teórica reforçou a importância dos diversos grupos na formação social, inclusive no que concerne ao supracitado conceito de comunicação como um processo de produção social de sentidos. De acordo com Temer e Nery (2009, p. 108), os Estudos Culturais são capazes de analisar a “[...] capacidade do receptor como usuário, telespectador, leitor ou consumidor capaz de construir visões e valores sobre a realidade e suas manifestações culturais”.

2.2 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E ALTERNATIVA

No Brasil, os pilares de uma Comunicação Comunitária remontam aos períodos da ditadura militar (1964 – 1985). Desde o regime militar, várias terminologias passam a existir a partir do seu contexto político, econômico, social e cultural. As principais utilizadas eram a alternativa, popular, comunitária, radical, entre outras. Peruzzo (2016b) aponta que a diferença entre as categorias é tênue e sua conceituação é mais bem aplicada a realidade, onde o processo é o mais importante. A autora, chama a atenção ao cuidado da classificação. Por esse motivo, nas análises realizadas, respeitaremos as nomenclaturas utilizadas pelos periódicos. Mas propositalmente, selecionamos neste estudo, exclusivamente mídias produzidas em comunidades e por isso, denominamos comunitárias, termo que, na atualidade, é o mais apropriado pelos movimentos sociais e comunidades historicamente excluídas.

Gohn (2018) pontua a importância dos movimentos sociais para a consolidação de direitos. Essas redes solidárias, de colaboração e articulação política, social e cultural são essencialmente institucionalizadas e pautadas na ausência e/ou na ampliação de políticas públicas. Segundo a autora, essa militância adota estratégias e articulações, “variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até às pressões indiretas” (GOHN, 2018, p. 3). Como exemplo, podemos citar o movimento LGBT composto por diversas comunidades, entre elas, lésbicas, homossexuais negros, bissexuais assexuados, travestis, transexuais, pessoas *queer*, fluídas e tantas outras.

O que vale notar é que enquanto o comunitário é um coletivo em organização, o movimento social é instituído e regulamentado através de associações, como é o caso da ANTRA¹² e da ABLGT¹³, organizações que ingressaram com ação no Supremo Tribunal de Justiça que resultou na criminalização da LGBTfobia no Brasil, além de importantes pautas que subsidiam as políticas públicas para as comunidades envolvidas. Acerca dessa temática, Peruzzo (2016a) pontua:

Los movimientos sociales populares son articulaciones de la sociedad civil constituidas por segmentos de la población que se ven a sí mismos como portadores de derechos y se organizan para reivindicarlos, cuando estos no se efectúan en la práctica. Aquellos de base popular se organizan en la propia dinámica de la acción y tienden a institucionalizarse como forma de

¹² Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

¹³ Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

consolidación y legitimación social. Como fuerzas organizadas, conscientes y dispuestas a luchar, son artífices de primer orden del proceso de transformación social, aunque un conjunto de factores (libertad, conciencia, unión) y de actores (individuos, iglesias, representaciones políticas, organizaciones) se sumen para que los cambios se materialicen.(PERUZZO, 2016a, p. 13)

Por outro lado, a comunidade é composta por um conjunto de pessoas que desejam de forma colaborativa e participativa unir forças em prol de uma mudança. Mas ela possui especificidades como gênero, raça, classe, profissão entre outras categorias (WILLIAMS, 2011), talvez sem perceber o autor aponta as *nuances* dos marcadores sociais da diferença e aplica a interseccionalidade em seu conceito. Para Williams (2007, p. 103), de fato, “a palavra comunidade foi normalmente escolhida para se referir aos experimentos em um tipo alternativo de vida em grupo”. Como se percebe, comunidade é um termo polissêmico, gerando múltiplas definições, mas o autor a considera antes de tudo, um “[...] conjunto alternativo de relações [...]” (WILLIAMS, 2004, p.104).

Já para a Museologia, uma comunidade pode ser entendida como um “grupo ou grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social unidas por vínculos históricos relacionados a aspectos territoriais, étnicos, culturais e/ou de gênero [...]” (REPIM-RS, 2014). Não é para menos que em algumas partes do mundo, como ocorre com determinado setor de ação e pesquisa mexicano, surgiu até mesmo a categoria de Museologia Comunitária (LERSCH; OCAMPO, 2004), uma das tantas expressões da Museologia a considerar a necessidade de um protagonismo das comunidades em sua produção. Deste modo, percebe que a polissemia da palavra comunidade na Museologia também se relaciona à conquista de direitos.

Quando refletimos sobre a historicidade das mídias comunitárias no Brasil encontramos suas motivações históricas e sociais. Primeiro, temos a comunicação alternativa que surge nas décadas de 1960 e 1970 durante os anos de repressão baseada na imprensa alternativa ou nanica (CARVALHO, 2019). Lima (2007) aponta que existiam duas categorias de jornais alternativos: a primeira, dotada de características políticas e marxistas; a segunda, crítica dos costumes da sociedade. Como exemplo, temos, os “nanicos gays” (MÍCOLIS, 1980, p.6) que foram mídias importante para surgimento da imprensa homossexual e lésbica no Brasil, uma vez, que elas eram “insubordinadas à imprensa tradicional” (CARVALHO, 2019, p. 2) e opunham-se aos padrões sociais, políticos e culturais. Suas principais características, segundo Carvalho (2019), eram a produção, cobertura e distribuição territorial, produzida de forma manual, amadora e artesanal e

publicações produzidas em pouca quantidade e distribuída e/ou aos pares e pessoas pertencentes a comunidade. É importante destacar que esses periódicos eram produzidos com afeto, resistência e humor. Foram produzidos por pessoas que “[...] fizeram o máximo, dentro de suas possibilidades, para lutar contra o tratamento diferenciado que sofriam” (MÍCOLIS, 1980, p.6).

Peruzzo (2007) reflete sobre a mídia comunitária, local, alternativa e radical, explorando todas essas categorias contrárias à comunicação tradicional. Nos anos de 1990, a pesquisadora aponta uma comunicação popular com ênfase na mobilização e na expressão dos movimentos sociais, além de deslocar-se para uma mídia comunitária em diálogo com o território, a cultura e as demandas dos movimentos sociais:

A Comunicação Comunitária, popular e alternativa se configura em grande variedade de feições, tais como a verbal e gestual (comunicação interpessoal, grupal), impressa (panfleto, boletim, fanzine, jornalzinho, cartaz, faixas), sonora (carro e bicicleta de som, alto-falante, rádio comunitária), audiovisual (vídeo, TV de Rua, Canal Comunitário na televisão a cabo) e a digital (blogs, websites, comunidades virtuais, redes, e-zines, emissoras comunitárias na internet). Está repleta de distorções e, simultaneamente, de virtudes. Se falarmos de maneira geral, convém dizer que as distorções têm relação com o jogo de interesses distintos que movem a criação de um meio comunitário de comunicação. Há aqueles de caráter mobilizador e educativo que visam prestar serviços comunitários para melhorar a qualidade de vida de segmentos da população. Outros se movem por interesses comerciais, pois há quem se aproprie de meios comunitários, especialmente do rádio, como forma de arrecadar dinheiro. Há também os interesses de caráter religioso. E, ainda, os de cunho personalista e/ou político-eleitoral. (PERUZZO, 2013, p.174)

No levantamento bibliográfico realizado percebemos uma constante confusão de nomenclaturas entre as mídias utilizadas pelos movimentos sociais, o que também é corroborado por Antolini (2016), que assegura a utilização de diversas nomenclaturas como “popular, alternativa, comunitária, participativa, horizontal, dialógica, radical” (ANTOLINI, 2016, p. 103). Vale lembrar que cada uma das mídias apresentadas possui conceitos e metodologias distintas; por exemplo, a mídia alternativa está em diálogo com a “[...] defesa da democracia nos meios de comunicação” (FERNANDES, 2014, p. 11) e estará ligada aos movimentos políticos que defendem a democracia. Outra exemplificação é a mídia comunitária utilizada por rádios comunitárias, como aponta Conrad (2013). Segundo ela, esse tipo de mídia é “[...] um espaço de convívio comunitário, idéias inovadoras e produção de contrainformação” (CONRAD, 2013, p. 131). No entanto, chamamos a atenção que estes conceitos não são estanques e devem ser aplicados a partir do desejo da comunidade. Mas,

é importante pontuar que academicamente, existem diferenças entre essas categorias cujo foco da ação pode estar voltado a comunidades, coletivos, pessoas e movimentos sociais.

Um fato relevante da comunicação alternativa nos anos de chumbo é que ela era produzida para a comunidade, a partir dos movimentos sociais e/ou políticos organizados e por vezes, institucionalizados. Em sua maioria, esse movimento tinha estruturadas redações e editoras financiadas por apoiadores. Inclusive, era comum a comercialização destes periódicos para o público, como o *Pasquim* e o *Lampião da Esquina*. Ao que parece, suas mídias, eram uma alternativa as hegemônicas. Diferente das mídias comunitárias, onde eram e ainda são produzidas e consumidas com e para a comunidade. Mas ambas tinham em comum a luta pela dignidade humana, o direito à liberdade de expressão, a comunicação, e o respeito aos princípios democráticos, segundo Peruzzo,

Comunicação popular-alternativa: processos de comunicação constituídos por iniciativas que contemplam a participação de segmentos populares, mas não respondem ou não são assumidos pela comunidade como um todo. Por regra geral, são motivados ou viabilizados por organizações não governamentais, fundações, projetos de universidades, órgãos públicos, igrejas, etc, mas também podem funcionar a partir de iniciativas locais. Tendem a confundir-se com a Comunicação Comunitária devido às semelhanças. (PERUZZO, 2016, p.160. Grifos da autora).

Como podemos perceber, a Comunicação Comunitária é, antes de tudo, popular. Ela pressupõe uma comunidade organizada de algum modo vinculada aos movimentos sociais e munida dos pilares democráticos. Disposta a conquistar e garantir seus direitos utilizando (também) de estratégias comunicacionais, como mídias impressas, virtuais, em revistas, jornais e museus comunitários em prol de sua emancipação. É, portanto, uma das alternativas utilizadas pelas comunidades territoriais e identitárias em busca de sua dignidade humana.

Comunicação popular e comunitária: processos de comunicação constituídos no âmbito dos movimentos sociais populares e nas comunidades de diferentes tipos, tanto as de base geográfica como as que são marcadas por outros tipos de afinidades. Não tem fins lucrativos e seu caráter é educativo, cultural e mobilizador. Se caracteriza pela participação ativa horizontal do cidadão: na produção, na emissão e na recepção dos conteúdos. Isso a torna um canal de comunicação pertencente à comunidade ou ao movimento social, portanto, deve se submeter à suas demandas. (PERUZZO, 2016, p.160. Grifos da autora).

Como se vê, Cecília Peruzzo nos mostra que a Comunicação Comunitária é um direito humano (PERUZZO, 2007). Com ela é possível combater a desinformação e garantir minimamente a dignidade humana para as classes subalternas, afinal, essa “desempenhaum

papel importante da democratização da informação e da cidadania” (PERUZZO, 2007, p.3). Ressaltamos que com o advento da internet e as políticas sociais e culturais entre 2006 e 2014 os movimentos sociais “descobriram a utilização da comunicação” (PERUZZO, 2007, p. 03). A pesquisadora aponta que os movimentos sociais e populares possuem pautas coletivas que visam

[...] melhorar o nível de vida, através do acesso às condições de produção e de consumo de bens de uso coletivo e individual; promover o desenvolvimento educativo-cultural da pessoa; contribuir para a preservação ou recuperação do meio ambiente; assegurar a garantia de poder exercitar os direitos de participação política na sociedade e assimpor diante (PERUZZO, 2007, p. 05).

A Comunicação Comunitária possui mídias colaborativas. E elas só existem com a participação da comunidade, uma vez que demandam e constroem coletivamente os elementos essenciais para a produção de conteúdo em diversos gêneros e formatos. De acordo com Suzina (2019), o principal objetivo dessa participação está na inclusão e na transformação das sociedades/comunidades. Contudo, isso só é possível quando as lideranças se associam “[...] com a medida da representação de uma comunidade por meio de suas mídias” (SUZINA, 2019, p. 66).

As mídias colaborativas normalmente são produzidas por grupos pequenos, que podem ser identitários, e que giram em torno de uma pauta específica. É difícil identificar ações que envolvam centenas ou milhares de pessoas como as mídias comunitárias ou locais. Ao contrário disso, as mídias colaborativas possuem grupos pequenos onde a equidade de gênero, etnia, cultura, religião e sexualidade geralmente estão presentes. Normalmente, são lideranças comunitárias de diversos segmentos que atuam com esta tipologia visando democratizar a informação ou desenvolver campanhas socioeducativas. Nesse sentido, “[...] a Comunicação Colaborativa tem como cerne a colaboração diferentemente dos outros processos comunicativos que possuem o diálogo como elemento essencial” (BALKO, 2014, p.5).

Na esfera dos direitos, a Comunicação Comunitária é uma possibilidade, em especial em um país como o Brasil onde há de modo estrutural o “[...] desrespeito às minorias e aos direitos humanos pela grande mídia [...]” (PERUZZO, 2013, p.168). Peruzzo (2013) aponta que o reconhecimento da comunicação enquanto um direito fortalece os laços de cidadania “[...] colocando o direito a comunicação no mesmo nível dos demais direitos” (PERUZZO, 2013, p.173) e somente com a Comunicação Comunitária é possível exercer e garantir o

direito à comunicação (PERUZZO, 2013), devido sua maior ramificação entre as pessoas, coletivos, grupos e comunidades.

2.3 MUSEUS E MUSEOLOGIA

Os museus são espaços de lembrança e saudades para além de seu *status* oficial. São espaços convencionais, comunitários, científicos, vivos e dinâmicos. Estes espaços de memória são locais de emanção de saberes interdisciplinares e, entendemos, dotados de potencial de conexão de saberes.

No Brasil, há uma peculiaridade. Em 1818, dez anos após a chegada da Família Real, foi instalado o primeiro museu no país. Em 1808 a corte portuguesa autorizou a instalação oficial da imprensa no país, a Imprensa Régia. Mas, anos antes, ocorreram algumas tentativas, mas proibidas pelo governo português (RODRIGUES, 2010; LOPES, s/d). Assim se deu em 1706, primeiro em Pernambuco, em seguida, em 1747, no Rio de Janeiro, e em 1807, em Vila Rica, Minas Gerais (LOPES, s/d, p.1). Percebemos, portanto, que a imprensa e os museus no Brasil surgiram mediante o controle da monarquia de modo que colaborassem na forja da memória oficial do império (BARBOSA, 1997).

Nesta pesquisa, o museu convencional é entendido como um bem patrimonial distante das pessoas. Estas instituições estão “[...] longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado” (FONSECA, 2003, p.56). No entanto, entendemos que os museus que rompem com a normatividade histórica são instituições “antropofágicas” e que “ressignificam fragmentos do patrimônio para parcelas da sociedade” (WICHERS, 2013, p.17). Quando se rompe a parede normativa, chega-se, enfim, ao diálogo com os museus comunitários.

O museu comunitário nasce da iniciativa de um coletivo não para exibir a realidade do outro, mas para defender a própria. É uma instância onde os membros da comunidade livremente doam objetos patrimoniais e criam um espaço de memória. (LERSCH; OCAMPO, 2008, p.4).

Os museus ocidentais iluministas ainda estão presos ao objeto, e dificilmente conseguem dialogar com as comunidades excluídas socialmente e economicamente. De todo modo, os museus comunitários tentam preencher essa lacuna, aliando elementos como a culturas, histórias e as memórias de uma comunidade. Com isso, fortalecem uma

multiplicidade de identidades em um território, motivando a luta por direitos. Segundo Stuart Hall (2006, p. 46), “o sujeito do iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno”. Contudo, ao aproximarmos a identidade dos museus, Waldisa Russio Guarnieri (2020, p. 177), questiona: “o homem e a cultura são dinâmicos, móveis, cambiantes, por que supor uma identidade estática, inerte, imutável?”.

Ainda é representado nos museus um discurso que visa a perpetuação de um passado com sua tradição e conservadorismo (BOITA, 2018). Como exemplo desta memória coletiva podemos citar a manutenção da heteronormatividade compulsória (RICH, 2010) ao lado do protagonismo hegemônico da branquitude masculina (FLORES, 2017). Estes são alguns exemplos das representações que ocupam a maioria dos espaços de memória. Notamos aí as memórias ausentes, aquelas silenciadas, entre elas “os criminosos, as prostitutas, os ‘associais’, os vagabundos, os ciganos e os homossexuais” (POLLACK, 1989, p.10. Grifos do autor). Destaca-se que a memória é seletiva e essa seleção por vezes é excludente, em especial pela necessidade de assegurar aquilo que os grupos dominantes consideram como bons costumes, afinal, as memórias estão em constante construção e conflito (CHAGAS, 2009; BOITA, 2018). Ressalta-se que a negligência destas memórias colaborou e colabora na perseguição e discriminação destes grupos que “vivem um paradoxo entre o querer lembrar e o querer esquecer” (BORGES; SERRES, 2014, p.124).¹⁴

Os museus não são depósitos de objetos inertes. São espaços de memórias, políticos, resilientes e de resistência. Quando os museus se silenciam frente a LGBTfobia, apoiam tal prática e concordam com a opressão. Ao invisibilizar, negam a comunidade LGBT o direito a suas memórias, o seu futuro e apóiam, mesmo que indiretamente, as fobias a diversidade de gênero e sexual.

É importante destacar que, contrariando a norma museal, no Brasil há algumas dezenas de museus convencionais interessados em refletir e revisar seu discurso. Como bem pontua Wichers (2010, p. 37), os museus vêm sendo transformados “ao longo do tempo, tanto na sua forma como na sua função”. A partir de distintas demandas, não poucos novos discursos, acervos, exposições e até mesmo tipologias de museus estão a surgir, fenômeno onde se percebe o ingresso de grupos até então ignorados pelas instituições de memórias.

¹⁴ Trecho retirado o artigo “Memórias LGBTI em Revista: Estratégias de comunicação para a superação de fobias a diversidade sexual” publicado nos anais da Associação Latino Americana de Investigadores da Comunicação – ALAIC em 2020, como desdobramento das reflexões iniciais da presente pesquisa.

O surgimento de museus que se relacionam diretamente com a questão LGBT é um exemplo da transformação que a noção de museu tem sofrido. Espalhados nos grandes centros urbanos, a partir do final da primeira década do século XX começaram a surgir museus e iniciativas comunitárias em memória e Sociomuseologia pautados pela comunidade LGBT: Museu da Diversidade Sexual (SP), Instituto de Cultura e Arte LGBT (DF), Ponto de Memória Aquenda as Indacas (ES), Ponto de Memória LGBT (AL), Acervo Bajubá (SP), Rede LGBT de Memória e Museologia Social, *Revista Memórias LGBT*, entre outras, são exemplos desta movimentação. Essas iniciativas surgem visando identificar, preservar os registros e difundi-las para a sociedade brasileira através de pesquisas, debates, exposições, atividades culturais e educativas.

Em um cenário tão violento contra a população LGBT como o que se vê no Brasil contemporâneo, surgem iniciativas interessadas no seu enfrentamento usando como escudo a memória. Deste modo, estas iniciativas empoderam-se do conceito de museu e alargam sua noção de democracia. Por meio dessas estratégias, os museus no Brasil passaram a ter um papel no enfrentamento à superação da LGBTfobia, fenômeno que hoje em dia também ocorre em escala global (BOITA, 2020).

A Museologia é um campo de conhecimento interdisciplinar, que atua com museus, memória e patrimônio. De fato, a Museologia estuda a “relação entre o homem e o objeto, ou artefato, tendo o museu como cenário deste relacionamento” (RÚSSIO, 2010, p.78). Em outras palavras, essa relação está baseada em um tripé entre uma pessoa/comunidade, um objeto, coleção ou memória em um cenário, que pode ser um museu ou um território. Deste modo, um museu pressupõe uma coleção, aberta ao público em um espaço. Alguns autores apontam que a função essencial dos museus é a preservação (BRUNO, 1996). Nessa perspectiva, os museus coletam, estudam, salvaguardam e comunicam seus acervos museológicos para a sociedade (BRUNO, 1996). A inclusão da pauta LGBT aponta que a própria ideia de coleção e o modo de a expor ao público vinha impregnada pela LGBTfobia, devendo, portanto, ser superada na contemporaneidade.

Entendemos que a Comunicação e a Museologia estão lotadas na mesma área científica definida pela CAPES, a saber: Área 31, Comunicação e Informação, que congrega as Ciências da Comunicação, as Ciências da Informação e a Museologia. Signates (2019) ao aproximar a Comunicação dos museus é assertivo ao apontar que os espaços de memória são instituições comunicacionais e que devam ser “comunicacionalmente pensando para a sociedade inteira” (SIGNATES, 2019, p.15). Ao refletir sobre a atuação da comunicação nos

museus, o autor propõe o “fato museal comunicacional”, ou seja, o ato da musealização confere “a esse conhecimento um *status* especificamente comunicacional” (SIGNATES, 2019, p. 10-11).

Ao problematizar o cerne da Museologia, o fato museal, Signates (2019) propõe uma importante revisão. Ao tornar o ato de musealizar comunicacional, entende-se que a relação entre o homem¹⁵/comunidade, o objeto/coleção e o edifício/território é um ato comunicacional que ultrapassa o diálogo com o público através da exposição, eventos e ações educativas. A comunicação é tão importante quanto o fato museal e está presente em todo o museu:

É neste contexto teórico, que a comunicação se faz presente na própria definição da musealidade. Ao musealizar algo, o que se está procedendo na verdade é o estabelecimento de um recorte específico, dentro do universo de tudo aquilo que é museável, e isso é feito para deslindar e dar a conhecer um ou mais tipos de relação do ser humano com a realidade que o cerca e da qual faz parte, conferindo a esse conhecimento um status especificamente comunicacional. (SIGNATES, 2019, p.11).

Reforçamos aqui a proposta de Signates (2019) ao compreendermos que museus no Brasil são espaços comunicacionais. Segundo o Estatuto de Museus (2009), estes espaços museológicos percebem a comunicação como uma ferramenta que possibilita a aproximação e o conhecimento do público com seus bens culturais. Segundo a definição, os museus são,

[...] instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (ESTATUTO DE MUSEUS, 2009, p.1).

Marília Xavier Cury (2004) aponta que os museus são por essência, comunicadores culturais. Cury (2004) elenca algumas reflexões a partir dos estudos da recepção aplicada aos espaços museológicos que “[...] formula e comunica sentidos a partir de seu acervo” (CURY, 2004, p. 5). A autora compreende que o Museu é um produtor de exposições (discursos) e são recepcionados, consumidos e apropriados pelo público, ou seja, o museu é

¹⁵ Este termo foi utilizado por Waldisa Rússio (1983/1985) para sua definição do Fato Museal. Posteriormente, diversas autorias subvertem esta terminologia, substituindo o Homem, por outras palavras, como, comunidade, mulheres, gays.

um mediador de conhecimento (CURY, 2004). Para Cury, o estabelecimento de vínculos é o grande propósito que aproxima os museus e a comunicação.

2.4 SOCIOMUSEOLOGIA

Sob o viés da Sociomuseologia, os museus estão preocupados em dialogar com e para o outro. Para Primo (2014, p.8), “a ideia de um novo tipo de museu, mais socializador e dialógico, torna-se incômoda [...]”, uma vez, que interfere diretamente nas estruturas coloniais, onde estão assentados os museus convencionais. A autora propõe museus preocupados com o social, com a memória e com a cultura de comunidades, de modo que estes novos museus superem ações voltadas exclusivamente para a preservação e contemplação. Primo (2014, p. 26) alerta, ainda, para importância destes espaços priorizarem “o social, as pessoas, as ideias, os patrimônios em relação com os diferentes contextos de produção e consumo social [...]”. Para Aida Rechena,

A sociomuseologia caracteriza-se por trabalhar preferencialmente com o ser humano entendendo-o/a na sua relação com o património. Trabalha com os problemas das comunidades e não com os objetos, foca-se no presente e nas dinâmicas atuais utilizando o património como recurso de desenvolvimento. Dá importância ao meio ambiente e à sua sustentabilidade e preservação, condições essenciais para a sobrevivência da espécie humana. Tem como preocupação capacitar as pessoas para o exercício da cidadania, da consciencialização social e política, para o Empowerment, o aumento da autoestima, em suma, para a criação do bem-estar social. (RECHENA, 2011, p.20)

Este museu preocupado com as demandas sociais, com o direito à memória e com a dignidade humana, ultrapassa os espaços de memória que “não servem à causa da vida; mas da morte” (SOLA, 1986. p. 26). Com esta proposta, a Sociomuseologia, questiona o papel dos museus em um mundo cada vez mais pobre, com má distribuição de renda (PRIMO; MOUTINHO, 2021), onde a cultura e memória são elementos secundários perante a fome, cada vez mais crescente.

Teresa Morales Lersch e Cuauhtémoc Camarena Ocampo (2004) consideram que a memória é o objeto mais precioso dos museus comunitários. Tal afirmativa se dá em contraste aos tesouros preservados nos interiores dos museus convencionais, bens de valor inestimável (economicamente e historicamente) e intocáveis. Ao apropriarem-se do “sujeito”, termo utilizado por Paulo Freire, os autores propõem o seguinte conceito:

Para nós, o museu comunitário é uma ferramenta para a construção de sujeitos coletivos, enquanto as comunidades se apropriam dele para enriquecer as relações no seu interior, desenvolver a consciência da própria história, propiciar a reflexão e a crítica e organizar-se para a ação coletiva transformadora. (LERSCH; OCAMPO, 2004. p.02).

De fato, o museu comunitário não é exclusivamente um espaço contemplativo repleto de objetos inanimados. Ele é um local de memórias vivas, dinâmicas, de resistência, onde o colaborativo permeia. Há espaços desta tipologia, onde os objetos estão presentes, mas não narram as histórias do outro, mas de si, do seu vizinho e ainda de sua comunidade, ou seja, o ato de colecionar ultrapassa a mera exibição e acentua o conhecimento de “si mesmo e ao mesmo tempo está conhecendo a comunidade à qual pertence” (LERSCH; OCAMPO, 2004. p.02).

Além dos museus comunitários, existem outras tipologias inspiradas em uma Nova Museologia. Os Ecomuseus, em alguns casos diretamente ligados à preservação do meio ambiente, são exemplos disso, muito embora o surgimento de novas nomenclaturas tenha tornado essa tipologia, ao menos no Brasil, uma categoria um tanto desatualizada (SANTOS, 2017). Os museus de território, que se multiplicam em periferias brasileiras, realizam diálogo com os museus comunitários, mas extrapolam ao musealizar os locais de sociabilidade, resistência e fatos significativos para aquela comunidade.

De uma maneira ou outra, esta pesquisa entende como Sociomuseologia abordagens e novas experiências e iniciativas museológicas que procuram desconstruir a noção de museu que pensam exclusivamente na materialidade e valorizam, quase que exclusivamente os objetos em detrimento de pessoas e suas memórias. Trata-se aqui de pensar museus a partir de uma perspectiva decolonial, identitária e interseccional. Está em diálogo, assim, com as ações e produções latino-americanas e preocupada em atuar no “reconhecimento daqueles que foram subalternizados ao longo da história.” (PRIMO; MOUTINHO, 2021, p. 35). Essa preocupação com as memórias de grupos historicamente excluídos fortalece a prática museológica focada nestes museus comunitários e colaborativos.

Essas novas abordagens e experiências inspiradas sob a ótica da Sociomuseologia, nos permitem a apropriar-se das matrizes teóricas e ressignificá-las propondo novas reflexões que incorporem as identidades e grupos historicamente excluídos. Aida Rechená (2011), por exemplo, inclui a presença das mulheres e o debate de gênero na Sociomuseologia, segundo ela, a participação feminina é fundamental e implica “[...] que a

Sociomuseologia dê o seu contributo e repense os conceitos de preservação do património, as políticas de recolha e incorporação em museus, as técnicas [...] (RECHENA, 2011, p.21). Camila Morais Wichers (2018), inspirada em Rechená (2011) e sob o viés da Sociomuseologia, propõe uma abordagem feminista, interseccional e contra a “[...] opressão das mulheres. [...] (WICHERS, 2018, p.146). Sob esse recorte surgem novos movimentos apropriam-se da Sociomuseologia, somadas ao gênero, sexualidade e outras identidades não normativas, como, a Museologia LGBT (BAPTISTA; BOITA, 2014; BAPTISTA, BOITA, WICHERS, 2020; BOITA, 2021) e Lésbica Negra (VARGAS ESCOBAR, 2021), por exemplo.

Podemos aproximar a Sociomuseologia do discurso identitário de Stuart Hall (2005). Para o autor “[...] no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” (HALL, 2005, p.47). Contudo, o autor assinala que uma cultura nacional estabelece padrões de uma cultura e de uma identidade, além de formar símbolos e representações (HALL, 2005). Mas sabemos que isso não é tão fácil e tão coletivo, uma vez que nas culturas nacionais há divergências e contradições, afinal, podemos nascer no mesmo lugar, mas sermos diferentes em gostos, gestos e culturas. De fato, Hall (2005) assegura que a diferença também existe nas tentativas de padronização:

As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim que vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade. (HALL, 2005, p. 65. Grifos do autor).

Para Stuart Hall (2005) a influência da globalização interfere na formação das novas identidades culturais. Inicialmente ele aponta o impacto do tempo e o espaço como elemento importante para a “representação”, afinal, os “meios de representação” precisam “[...] traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais” (HALL, 2005, p. 70). Como exemplo, podemos citar os museus que atuam na afirmação de uma única identidade, normalmente normativa, em contraponto os museus comunitários que preservam e promovem as memórias de diferentes grupos identitários.

Ao problematizarmos a normatização nos museus, entendemos que a globalização tenta padronizar as culturas em uma só. Hall (2005) aponta a tensão entre o local que “atua na lógica da globalização” e o global que “é desigualmente distribuída ao redor do globo”

(HALL, 2005, p.78). Com isso, percebemos que a globalização pode desembocar em tentativas de promover padronizações culturais, apresentando padrões normativos.

Segundo Stuart Hall (2005), mesmo com os paradigmas da pós-modernidade as identidades nacionais permanecem fortes, uma vez que se deslocam em busca do reconhecimento e do fortalecimento da diferença, ou seja, de outras identidades. Da mesma forma, Hall (2005) aponta os problemas da globalização frente às demandas locais, já que o domínio e a manipulação dos sistemas econômicos na modernidade forçam o surgimento de identidades universalistas. A criação de nações e identidades culturais normatizadas exclui a diferença e as minorias, mas isso “[...] também sugere que, embora alimentada, sobre muitos aspectos, pelo ocidente, a globalização pode acabar sendo parte daquele lento e desigual, mas continuado, descentramento do Ocidente” (HALL, 2005, p.97).

A reflexão sobre a diferença, minorias e o conceito de interseccionalidade é fundamental aos estudos da Sociomuseologia. Sendo, esta última uma categoria que abrange e interliga os marcadores sociais da diferença, raça, gênero, classe, sexualidade e outros. Com isso, se percebe que cada indivíduo é atravessado por diversos marcadores que os colocam em situações vulneráveis na sociedade. A Sociomuseologia possui compromisso com esses sujeitos, na medida em que se compromete em colaborar na superação das desigualdades sociais.

Neste estudo, consideramos que a interseccionalidade reúne “[...] os esforços de reflexão, análise e organização que reconhece as interconexões entre raça, classe, gênero, sexualidade [...]”, como bem aponta Angela Davis (2017, p.33). Segundo Davis, “por trás desse conceito de interseccionalidade há uma valiosa história de luta. Uma história de diálogos entre ativistas no interior de movimentos, entre intelectuais da academia e entre esses dois setores” (DAVIS, 2017, p. 33). É fato que a construção deste conceito surge a partir das vivências e ausências da militância que ainda hoje transformam e refletem sobre a interseccionalidade. A interseccionalidade abre os olhos para a superação dos preconceitos que aumentam quando somamos os diferentes marcadores sociais da diferença. Por exemplo, as travestis e transmulheres negras no Brasil são as mais violentadas e mortas que outras pessoas existentes por de trás da sigla LGBT (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Ou seja, quando somamos os marcadores de gênero, classe, raça e identidade de gênero, a desigualdade se multiplica. Segundo Kimberlé Crenshaw (2002),

[...] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam

desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. [...] (CRENSHAW, 2002, p.177)

A Sociomuseologia propõe uma democratização da memória. Ao estimular a participação da diversidade, entende que os museus são espaços vivos e democráticos, e perturbam a ordem normativa, pois tal percepção “implica abolir ativamente e continuamente os desvios entre a realidade económica e tecnológica e a maneira de pensar e viver essa realidade” (PRIMO; MOUTINHO, 2021, p. 34). É fato que a democratização da memória implica na participação de pessoas capazes de criar estratégias próprias a museus de base comunitária que sejam capazes de resistir à ótica museológica opressora e colonial da normatividade.

Assim, ao menos, se pressupõe desde 1972. Naquele ano a realização da Mesa Redonda de Santiago do Chile, evento promovido pelo Conselho Internacional de Museus, a comunicação é mencionada no documento final e que se tornaria fundante da Nova Museologia, a Carta de Santiago. É a partir deste momento que teoricamente as exposições devem se comunicar em museus convencionais de forma mais acessível,

Que as técnicas museográficas tradicionais devem ser modernizadas para estabelecer uma melhor comunicação entre o objeto e o visitante; que o museu deve conservar seu carácter de instituição permanente, sem que isto implique na utilização de técnicas e de materiais dispendiosos e complicados, que poderiam conduzir o museu a um desperdício incompatível com a situação dos países latinoamericanos; (ICOM, 1972, p.2)

Mas é somente vinte anos após a Carta de Santiago que, em Caracas, a Comunicação se torna um elemento norteador para a Nova Museologia. Neste momento, a comunicação torna-se um importante eixo de atuação denominado “Museus e Comunicação” (DUARTE, 1999, p. 244). Segundo os participantes, a década de noventa era a “[...] época da comunicação” (DUARTE, 1999, p.247). De fato, esses novos museus, segundo o documento, expressam um novo significado:

Isto significa que os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interação da comunidade com o processo e com os produtos culturais. (DUARTE, 1999, p. 251).

A partir dos pressupostos apresentados, a Sociomuseologia aqui se configura como uma categoria criativa, colaborativa e sustentável para a transformação dos museus e suas práticas que indicam claramente o alargamento das funções tradicionais da Museologia e o papel que essa deverá assumir na sociedade contemporânea (MOUTINHO, 2007, p. 1). Segundo Moutinho (2007), as preocupações da Sociomuseologia são a valorização e a preservação do patrimônio cultural, a participação e o estímulo ao desenvolvimento das comunidades locais e o entendimento das constantes mudanças da sociedade e conseqüentemente é necessário refletir sobre estes processos nos espaços museológicos, entendidos aqui, como prestadoras de serviços que devam possuir uma equipe interdisciplinar.

No campo museal, a valorização do social mostra-se como forma de supressão de «traumas/recalques culturais», as memórias do social são utilizadas numa perspectiva de transformação de toda a vida presente. Não se trata mais da sistematização estritamente técnica da cultura. Pesquisas e exposições são realizadas a partir do objetivo de tornar atual a vida social, sem perder as suas referências culturais, que é aquilo que a caracteriza. O social passa então a ser priorizado em relação aos conteúdos museológicos, às formas de acessibilidade/metodologias de trabalho e destinatários e/ou participantes do processo museológico. (PRIMO, 2014, p.9)

Com o deslocamento da centralidade dos objetos para a vida social, essa abordagem museológica valoriza a vida, o diálogo e as lutas sociais. Deste modo, preocupam-se muito mais com a difusão das informações para preservar as vidas e os direitos.

Entendemos que os museus e a comunicação produzida por comunidades de forma colaborativa estão preocupados com a ação comunitária e a dignidade humana. Esse é o elemento que aproxima as duas categorias desta pesquisa. Em ambos os casos, a ação é o elemento gerador da resistência, da cooperação e da solidariedade.

A «ação comunitária» é uma ação e uma atitude política, gerada pelos atores sociais que também são seus beneficiários. A ação pode ser simultaneamente cultural, social, educativa e econômica, ela decorre de uma iniciativa, desenvolve um programa e será analisada a partir dos seus resultados em relação aos objetivos e às missões que defendeu à partida. (PRIMO, 2014, p.24. Grifos do autor).

Percebemos, assim, a relação da Sociomuseologia pautada em uma prática que afeta as dimensões culturais, sociais, educativas e econômicas. Chegamos, assim, no delineamento

das principais características da Sociomuseologia: uma abordagem onde se pensa museus diretamente conectados com as demandas sociais.

Cabe lembrar que as categorias de Comunicação Comunitária e Sociomuseologia podem ser envolvidas em pleno diálogo, uma vez que possuem uma série de aspectos que as aproximam: preocupação em superação das dimensões hegemônicas; promoção das comunidades vulneráveis; protagonismo das comunidades; respeito às epistemologias dos mais variados grupos sociais; espaço pleno para a discussão da interseccionalidade; promoção da interseccionalidade. Essas categorias são percebidas como elementos que podem ser trabalhados de modo conjunto em projetos interdisciplinares, de modo que produzam mídias ou práticas museológicas/museais onde se promovam a memória de comunidades interseccionadas.

Já as categorias de Comunicação Comunitária e Sociomuseologia, quando articuladas, produzem distintos modos estratégicos que podem colaborar no empoderamento das comunidades vulneráveis e na denúncia pública das opressões a que são submetidas;

Por fim, percebemos que tanto as mídias como os museus comunitários, são exemplos, que caracterizam essa aproximação. Como uso de discursos, estratégias e imagens pautados nas categorias interseccionais torna a LGBTfobia, a misoginia, o racismo e o classismo como tema central dessas categorias inspiradoras e capazes de desafiar a normatividade da Comunicação e da Museologia.

3 REGISTROS DE MEMÓRIAS DAS MÍDIAS DISSIDENTES

Mídias em revista, boletins e jornais produzidos por e para homossexuais, lésbicas e travestis e pessoas trans são recentes quando comparados à história da imprensa no Brasil. Em pouco mais de cinquenta anos, mais de cem periódicos foram produzidos. Convencionados como mídias alternativas, comunitárias e pequenas, afrontaram o sistema e serviram de suporte de informação em períodos em que a censura era a lei. Neste capítulo, realizamos uma cartografia, que buscou “[...]de forma tateante, mapear o movimento que envolve a realidade e as coisas do mundo, visualizando as linhas de força e enfrentamento que circundam a realidade investigada.” (CORDEIRO et al, 2022, p.9) e com esta noção, priorizamos, somente os periódicos colaborativos e comunitários, produzidos por pessoas dissidentes sexuais.

Em 1963 temos o que é considerado por muitos pesquisadores o primeiro jornal homossexual produzido no Brasil o *Snob*. Embora pouco conhecido, sobretudo quando comparado com o *Lampião da Esquina*, surgido dezesseis anos depois, ele é um indicativo que esta população está a produzir suas próprias mídias há décadas no país. De fato, antes mesmo de o *Lampião* surgir, dezenas de outras publicações foram produzidas, mas longe do Rio de Janeiro, fato que apagou o ineditismo destas outras iniciativas.

Para a produção deste capítulo, analisamos noventa textos (artigos, teses, dissertações, livros) que subsidiaram a proposta cartográfica. Buscamos nas plataformas *Google Academics*, *Scielo*, Banco de Teses e Dissertações, Periódicos da Capes e Academia.edu os seguintes termos; a) Revista + Imprensa Gay; b) Jornal + imprensa Gay; c) Revista + Imprensa Homossexual; d) Jornal + imprensa Homossexual; e) Revista + Imprensa Lésbica; f) Jornal + imprensa Lésbica; g) Revista + Imprensa Veado; h) Jornal + imprensa Veado; i) Revista + Imprensa Sapatão; j) Jornal + imprensa Sapatão.

Neste estudo, optamos em analisar produções científicas recentes como prioridade e se necessário, recorreremos ao acesso às fontes primárias. No levantamento preliminar, observamos que há uma enxurrada de artigos, teses e dissertações sobre o tema e em muitas delas, entrevistas preciosas com pessoas que fundaram ou participaram ativamente dessas revistas, jornais e boletins que evoluam um dos grupos da comunidade LGBT. Para além da análise das publicações, entendemos que a proposta desta pesquisa é ser comunitária e colaborativa e por isso justificamos essa escolha, ao invés de buscarmos as pessoas que fundaram ou participaram da fundação destes periódicos.

As publicações que circularam no Rio de Janeiro e Niterói são expressivas, além de serem as mais pesquisadas. Ao todo encontramos 35 jornais, revistas e boletins voltados para informar e preservar as memórias da comunidade gay, lésbica e travesti desde 1963. Sem dúvidas, além do *Snob* e do *Lampião da Esquina*, destacam-se *Os Felinos*, produzido em Niterói em 1967, o *Gente Gay* de 1976 e o *Boletim Iamuricumá*, esse voltado ao público lésbico. Percebe-se, ao menos inicialmente, a presença majoritária da homossexualidade masculina nestas produções.

A década de 1960 foi um marco para a imprensa homossexual em Salvador, quando ao todo foram lançados cinco periódicos. Em 1963, a cidade viu nascer a revista *Fatos e Fofocas*. Em 1967, circulava os jornais *Gay Society*, *Gay* e *Zéfiro* e em 1968, o periódico *Baby*. Já em 1971, era a vez do periódico *VerboEncantado*. Nas décadas seguintes não foi diferente: muitas mídias impressas foram produzidas por gays baianos sempre valorizando a sexualidade e a racialidade (RODRIGUES; FILHO, 2008; JÚNIOR, 2019; LIMA, 2007).

Já o estado de São Paulo se destaca pela produção lésbica. É neste estado que surge o boletim/jornal *ChanaComChana* (respectivamente, 1981, 1982) e boletim/revista *Um Outro Olhar* (respectivamente 1987, 2002). Na década de 90 circulam a *Deusa Terra* (1990) e *Lesbertária* (1993) (BARBOSA, 2019; MAIA, 2017a). Mas também há uma extensa produção homossexual masculina como a *Ex* de 1973 e a *Versus* (EDINNE et al.,2021; TAVARES, LIMA, MATTOS, 2020).

Fora do nordeste e sudeste, existe uma intensa produção na região sul. Em especial no Rio Grande do Sul, onde em 1976 foi lançada a *Revista Triz*. Outras produções irão surgir somente no final na década de noventa, como é o caso do *Jornal Nuances* em 1998. No Paraná há a circulação da revista *Rose* em 1979, dedicada ao menos inicialmente ao público feminino, mas consumida, quase que exclusivamente por homens gays (LOPES, 2011).

No Centro-Oeste essas mídias surgem tardiamente e em grande parte em formato virtual. No distrito federal, em 2005 é publicado a *OL*, periódico lésbico e em 2013 em Goiás a *Revista Memórias LGBT* (BARBOSA, 2019; BOITA, 2014). Na região Norte, até o momento não encontramos dados significativos deste tipo de mídia.

Lembramos que nem todas as mídias apresentadas nesta cartografia são comunitárias ou colaborativas e por isso, descreveremos brevemente somente as que atendem o escopo da proposta desta tese. Pretendemos apresentar a maioria das produções encontradas, mas nos detalharemos somente as com viés colaborativo e comunitário.

3.1 ANOS 60

O periódico *Taradinho* era produzido por integrantes da Turma Ok¹⁶ em especial por Antônio Peres e Itamar Dias Soares (CORDÃO, 2017; COSTA, 2010) no ano de 1961, dois anos antes do *Jornal Snob*. Seu editor mais famoso utiliza o nome de Gato Negro que também ajudou na produção do *Snob* e outros periódicos homossexuais cariocas. Este jornal possuía uma abordagem pornográfica (TAVARES; LIMA; MATTOS, 2020). Percebe-se que a vocação dele é experimental e uma tentativa da comunidade OK em criar uma linguagem editorial, que foi sendo amadurecida com o passar dos anos através de disputas internas no grupo. Percebe-se que a pornografia e a nudez eram um tabu no grupo que gerou desconforto.

A Turma OK publicou, ao longo de sua existência, alguns jornais. O primeiro desses jornais foi O Taradinho, fundado por Antônio Peres e Itamar Dias Soares. Tratava-se de uma publicação extremamente irreverente, com um conteúdo um pouco pornográfico. Não concordando com a linguagem adotada por O Taradinho, Léo Acyr Teixeira e Nyhlmar Amazonas Coelho deram início ao jornal O Charme que, segundo os editores, possuía uma linha mais refinada, consoante com o espírito que guiava o grupo. Pouco tempo depois, Lisandro de Matos Peixoto resolveu fundar outro jornal, O Truchê. Este último teve uma vida curta, já que se fundiria um pouco depois ao O Charme, dando origem a uma nova publicação, Glamour – que já incorporava ao seu nome a aura de sofisticação perseguida pelo grupo. (SOLIVA, 2012, p.45).

O *Jornal Snob* passou a circular de 1963 a 1969 no Rio de Janeiro. Foi produzido por Agildo Guimarães¹⁷ e “distribuído entre amigos” (LIMA, 2007, p.1) em locais de sociabilidade gay e lésbico (MÍCCOLIS,1980). É considerado por diversos pesquisadores como o primeiro periódico impresso produzido e voltado para homossexuais¹⁸ (MÍCCOLIS,1980; GREEN, 2000; CARVALHO, 2019; TAVARES; LIMA; MATTOS 2020; BARROSO, 2007). O *Snob* não tinha muita pretensão e sua proposta era divulgar o cotidiano e a noite homossexual carioca com colunas de fofoca e dicas de festas (LIMA, 2007; NONATO, 2013). Utilizava em sua redação sobretudo gírias gays, como o bajubá/pajubá. Segundo Nonato (2013) a publicação surge como uma forma de protesto contra a indignação

¹⁶ A Turma Ok foi o primeiro coletivo homossexual organizado no Brasil, fundado em 1962, mas com origem em 1961 e em funcionamento até os dias atuais. Em 2021 tornou-se patrimônio imaterial do Rio de Janeiro através da LEI Nº 9.430, DE 05 DE OUTUBRO DE 202

¹⁷ Agildo Guimarães editava o jornal com o nome de Gilka Dantas.

¹⁸ Entendemos que a categoria de pioneirismo é perigosa, em especial por tratarmos de uma temática centralizada em pesquisas no Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

de Agildo Guimarães com um concurso de beleza realizado na Turma Ok. Conforme relato em entrevista, Guimarães aponta,

O jornal SNOB, pelo que eu conheço, foi o primeiro do Brasil dentro do ramo jornalístico dele. Começou com uma brincadeira, porque nós fizemos um concurso de Miss Traje Típico de Travesti, participamos, e quem esperávamos que ganhasse não ganhou; achamos uma injustiça e então, para protestar, partimos para um jornal, datilografado, numa folha só. Depois virou uma revista, com muitas páginas. (MÍCCOLIS, 1980, p.6)

Outro periódico, o *Le Femme* foi criado por Anuar Farah após sua saída do *Jornal Snob*. Este utilizava fotografias na capa e apesar de não conseguimos encontrar uma data oficial para ele, compreendemos que surgiu no final da década de 60, provavelmente entre 1967 e 1968. Nesse último ano o periódico já estava em circulação (COSTA, 2010). Segundo Anuar, o periódico surge após ele

[...] não concordar com algumas coisas. As pessoas de fora vinham participar da turma e já queriam dar ordens. Aí fundei o jornal e cheguei a fazer uma espécie de "rivalidade" com o Agildo, tipo Emilinha e Marlene, mas por detrás de tudo isso éramos e somos grandes amigos. (MICCOLIS, 1980, p.6. Grifos do autor).

Provavelmente em 1966 surgiu no Rio de Janeiro o periódico *Subúrbio à Noite* comandado por Frank Gasparelly. Ele era “ [...] um jornal muito bem desenhado.” (MICCOLIS, 1980, p.6) segundo Agildo Guimarães, criador do *Snob*. O periódico permaneceu em atividade até 1968 conforme aponta Costa (2010), mas não sabemos ao certo quando sua circulação foi encerrada. Destacamos que em 1968 foi assumido por um homem cis heterossexual, “ [...] o que, segundo os relatos de O Snob, gerou controvérsias entre algumas ‘bichas’, ainda que tenha mantido a mesma linha editorial: um jornal para e sobre as ‘bichas’” (COSTA, 2010, p.47). É importante notar que este jornal era produzido na zona norte do Rio de Janeiro, afastando-se dos periódicos produzidos na Lapa e em outras regiões centrais.

Em Niterói, Rio de Janeiro circulou a partir de 1967 *Os Felinos*, periódico voltado para o público homossexual (RODRIGUES; FILHO 2008; LIMA 2007; LOPES 2011). Ele seguia os passos do *Jornal Snob* e era focado em matérias sobre a noite gay de Niterói com colunas e charges bem-humoradas, era “ [...] voltado para as “bichas”, veicula fofocas, poemas e artigos culturais, mas é impregnado dos dilemas identitários [...]” (COSTA, 2010, p.107-108).

Lembramos que este periódico foi escrito e produzido por Gato Negro, importante personagem da noite gay,

O empreendedorismo de Gato Preto é estupendo, e sua disposição para a luta, surpreendente: produz grande quantidade de textos para *O Snob* e para *Os Felinos*, vive ativamente os acontecimentos festivos da “comunidade”, inventa projetos de cinema e de ampliação do debate sobre o “homossexualismo” através de séries, colunas e reprodução de textos. (COSTA, 2010)

A *Associação Brasileira de Imprensa Gay* (ABIG) foi fundada por Agildo Guimarães (*Snob*) e Anuar Farah (*Le Femme*) funcionou nos anos sessenta. Há divergências quanto a sua fundação e motivos de encerramento. Segundo Lima (2007), o funcionamento ocorreu entre 1962 a 1964 e fechada pelo regime militar. Já Simões; Facchini (2009) e Pérret (2011) apostam que ela foi fundada em 1968. No entanto, o projeto não deu certo e a associação não evoluiu.

Na Bahia, um dos principais editores da imprensa homossexual soteropolitana foi Waldeilton di Paula, ou Di Paula. Ele foi responsável por colaborar e produzir mais de 5 jornais/revistas/boletins entre 1963 e 1978. Sempre de forma inédita, criativa e irreverente, cada periódico possuía sua própria dinamicidade e linha editorial:

Em Salvador, o jornalista Waldeilton di Paula editou o *Fatos e Fofocas* (1963-1967), quinzenal, de exemplar único que circulava de mão em mão; *Zéfiro* (1967) e *Baby* (1968), datilografados; e o *Little Darling* (1970), que além de colunismo social e fofocas da comunidade gay trazia críticas de cinema e teatro, passando a chamar-se *Ello* em 1978. (QUEIROZ, 2010, p.32)

O *Fatos e Fofocas* circularam entre 1963 a 1967 em Salvador. Como já diz o nome, o periódico estava focado em apresentar as principais notícias e fofocas da noite homossexual de Salvador. No entanto, havia uma peculiaridade, para cada edição era produzido um único exemplar, que circulava entre a comunidade territorial e afetiva da rede do Di Paula, “[...] que circulava de mão em mão até voltar ao ponto de origem [...]” (LIMA, 2007, p.02). Isso exemplifica o potencial colaborativo do periódico, uma vez que além de ser produzido pela comunidade era lido e compartilhado por ela.

Entre 1967 e 1968 Di Paula lançou dois periódicos efêmeros. Respectivamente foram, o *Zéfiro* e o *Baby*. Diferente do *Fatos e Fofocas*, estes tiveram uma vida mais curta.

O pouco que se sabe era que o “Zéfiro (1967), datilografado; Baby (1968), também datilografado, com 50 exemplares reproduzidos por cópias xerox.” (LIMA, 2007, p.2).

3.2 ANOS 70

Também em Salvador, foi criado o *Tiraninho*, periódico produzido por Orlando Andrade¹⁹, (MICCOLIS, 1980). Este periódico passou a circular em 1970 (JUNIOR, 2019), mas devido à ausência de pesquisas e/ou exemplares para consulta, há divergências sobre o fim de sua circulação. Ao analisar o editorial, disponível na figura 1 da sexta edição percebemos que este periódico tinha um viés memorialista, preocupado com o registro de lembranças e a nostalgia, conforme aponta a redação, “O nosso carnaval cresceu demais que nem teve tempo de verificar que amizades de 5, 10, 15 anos atrás deveriam pelo menos, ser lembradas e respeitadas” (REDAÇÃO, 1977, p.1) e ainda ao rememorar o Mis Bahia 1968, concluí “É hora de nostalgia” (REDAÇÃO, 1977, p.1).

¹⁹ Assinava o editorial como Jaqueline de Magalona.

FIGURA 1: Capa Jornal Tiraninho 1977

TIRANINHO

nº 6

Fevereiro 1977

Marco 1977

Redação e Direção - JAQUELINE DE MAGALONA

Colaboradores - MARGARETH SCHIMMIDT - SHIRLEY LANE

MARINA MONTINI - CHICA DA SILVA

GILCA DANTAS - AMÉRICA MONTENEGRO

RUTH AMARAL - ERTHA KITTY

EDITORIAL

O carnaval se foi e não deixou nenhuma saudade em mim, pois eu tenho certeza que daqui a mais 365 dias teremos a repetição de tudo que aconteceu em 77, inclusive com mais violência. Se por acaso eu não mais existir, para participar do carnaval de 78, outras e mais outras pessoas, vivas estarão e farão tudo ou muito mais do que eu neste ano de 1977.

O carnaval sempre foi e sempre será válvula de escape para as nossas desilusões e frustrações. Da alegria quase exagerada da Praça Castro Alves na segunda-feira, até a confraternização na feijoada do 10, ficou um saldo bem negativo, pois enquanto amizades foram reatadas outras foram encerradas. É bem provável que no próximo carnaval ou mesmo antes, elas estejam de mãos dadas e sentadas na mesma mesa do Oásis ou numa barraca na Ribeira a saborearem a mesma cerveja juntas. Mas eu tenho dúvida disso...

Será que é preciso chegar o carnaval para expelirmos toda nossa dor, toda nossa ira, toda nossa agressão sobre os demais?

O nosso carnaval cresceu de mais que nem teve tempo de verificar que amigos de 5, 10, 15 anos atrás deveriam pelo menos, ser lembrados e respeitadas. Foi o que aconteceu. Nas ruas blocos se insurgiram contra blocos, pessoas contra pessoas e nos ambientes fechados, amigos desconheceram amigos. Culpado seria o carnaval ou alguém já vinha guardando magoas sem exteriorizar? Não sabemos...

O que realmente sabemos é que ficamos muito tristes com cenas carnavalescas, pois agora poderíamos estar sentados comentando as nossas façanhas em lugar de estarmos comentando coisas tão desagradáveis.

Acredito que todos sabem que

eu todo sou um carnaval, minha alegria se irradia e tenho imenso prazer quando me encontro na praça que Castro Alves disse que é do povo e que Caetano glorificou no seu frevo. Pulo de galho em galho, de mesa em mesa, porém com o mesmo espírito alegre e tentando não me aborrecer, mesmo com ofensas tantas e tantas vezes a mim dirigidas.

Eu só tenho a dizer o seguinte, se as coisas não mudarem no ano que vem eu pego minha viola e vou cantar em outro lugar...

A redação

NOSTALGIA



A foto acima foi tirada na Boite Tropicália, onde se realizou o concurso Miss Bahia 1968, tendo sido eleita DANIELA D'AVIGNON. Aparecem em momento de confraternização e euforia: AUDREY DE PEDRA AZUL, JAQUELINE DE MAGALONA "Rainha do Frevo e do Maracatu", a candidata CLARA MARTELOTTI, coifeira BORGES, MARGARETH SCHIMMIDT e duas outras estrelas "made" Aracaju City.

É hora de nostalgia.

Fonte: <https://tiraninho.tumblr.com>.

O *Jornal Triz* circulou em Pelotas em 1976 com uma única edição (MONTEIRO, 1998; NEIS; CERQUEIRA 2014). Segundo relata Monteiro (1998), o periódico não teve uma segunda edição devido às nobres famílias pelotenses que escandalizadas “impediram que um segundo exemplar deste jornal ocorresse, destruindo o local, onde este era feito.” (MONTEIRO, 1998, p.8). A cidade de Pelotas também teve um outro periódico, o *Mini Jornal Gay Clube* que, conforme aponta Monteiro (1998), era escrito por homossexuais,

possuía assuntos diversos e era datilografado. Infelizmente há poucas informações sobre ambas as publicações.

Em 1976 surge o jornal *Gente Gay* no Rio de Janeiro. Esse foi o nome escolhido para substituir o jornal *Le Femme* (SOLIVA, 2012). Percebemos que “o *Gente Gay* (1976), considerado o primeiro de uma nova onda de publicações que marcaram o início de um movimento politizado de gays e lésbicas” (TAVARES, LIMA; MATTOS, 2020, p.112). Fato relevante é que este periódico surge no período de redemocratização, o que pode justificar seu teor político, diferente de seus antecessores.

Sem dúvidas, o *Lampião da Esquina*²⁰ é o periódico com o maior número de pesquisas publicadas e consequentemente o mais conhecido no Brasil (JÚNIOR, 2019; NEIS; CERQUEIRA, 2014). Não é para menos: trata-se de um periódico geralmente considerado como um importante indicador de memória da comunidade LGBT, fazendo parte de exposições ou ações relacionadas a ditadura e a repressão a dissidências sexuais²¹. Surgido oficialmente em 1978, sua gênese está a um ano antes no Rio de Janeiro, quando ocorreu uma reunião no apartamento do artista Darcy Penteadado que contou com a presença de jornalistas, artistas e intelectuais do eixo Rio-São Paulo (JÚNIOR, 2019, p.195). O jornal duraria até 1981 e contou com 31 edições.

O jornal *Lampião da Esquina* acompanha uma corrente mundial de iniciativas voltadas para público homossexual. Surgiu inspirado no jornal gay *Sushine*, de São Francisco (Neto & Do Amaral, 2016). Vale lembrar que o jornal surgiu com a revogação do Ato Institucional nº 5 durante a ditadura civil militar no Brasil (EDDINE *et al.*, 2021). Em formato tabloide, com capa colorida, uma diagramação impecável, com imagens, figuras e gravuras eróticas, além de destacar temas que abordam a homossexualidade masculina. Segundo Carvalho (2019), as leitoras consideravam a edição machista, conforme uma carta em que se lia: “[...] Se o jornal continuar só com matérias de interesse masculino [...] nós mulheres vamos continuar boicotando o jornal de vocês, que parece ser só para homens” (CARVALHO, 2019, p.7).

O *Lampião* possuía publicações mensais e suas tiragens variavam, mas em média eram entre 20 a 25 mil cópias (JÚNIOR, 2019). É considerado o “primeiro veículo de comunicação de massa focado para a discussão franca e aberta dos direitos das minorias

²⁰ Fundaram o *Lampião da Esquina* Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteadado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernadet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry.

²¹ Destacamos a exposição de alguns exemplares nas exposições; Histórias da Sexualidade no Museu de Arte de São Paulo em 2017; Com muito Orgulho no Museu da Diversidade Sexual em 2021 entre outros.

(negros, índios, mulheres) ” (LIMA, 2007, p.2). Mas o próprio periódico reconhecia a importância de seus antecessores (MÍCCOLIS, 1980). Era produzido majoritariamente por homens, gays, cis, brancos de classe média alta, o que pode justificar seu domínio na memória da imprensa gay, como aponta Lima:

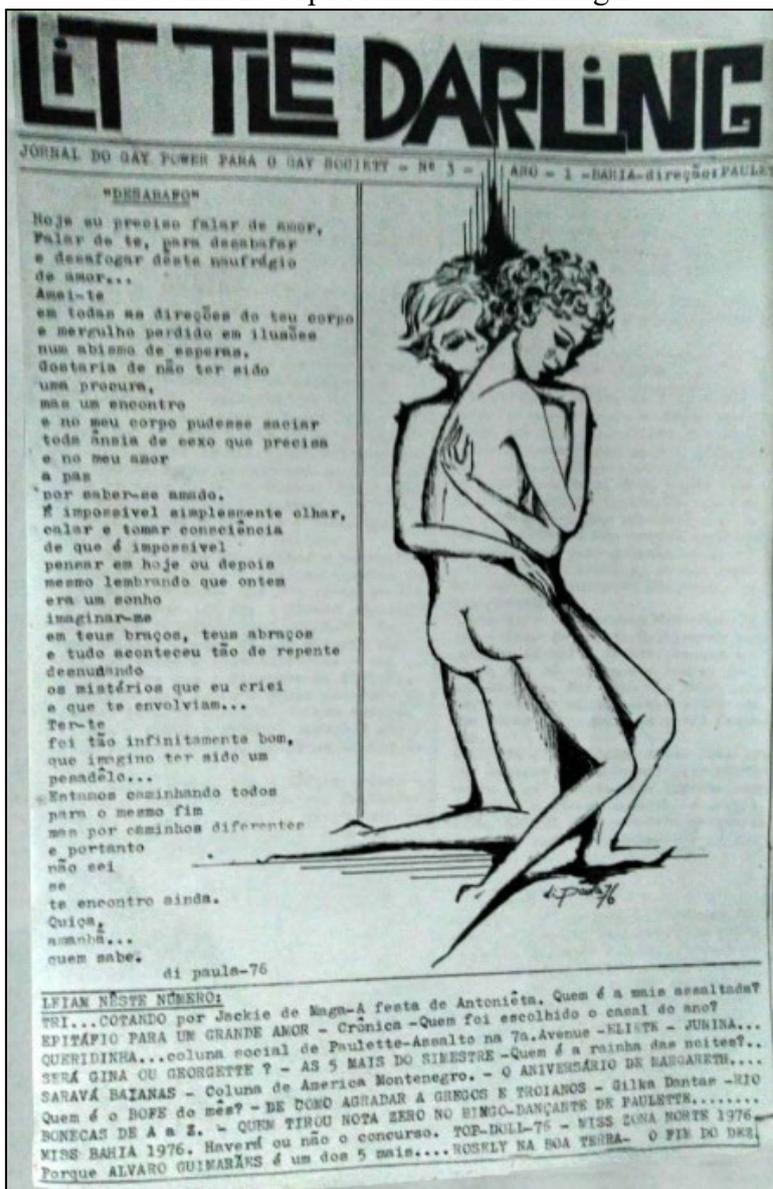
O jornal, em tamanho tablóide, era impresso em preto e branco. Trazia reportagens com personalidades não necessariamente homossexuais, contos, críticas literárias, de teatro, de cinema etc. Grande destaque era dado às cartas dos leitores, as quais tornavam-se legítimos espaços de visibilidade para a comunidade. Pequenas notas contra os atos preconceituosos da sociedade eram constantes. Assim como ataques diretos a homofóbicos ou a quem agia de modo politicamente incorreto (embora não se usasse tal expressão à época) em relação aos homossexuais. Já nos números finais, o jornal começou a publicar fotos eróticas, o que antes evitava. Com essa transferência do enfoque, *Lampião* perdeu a credibilidade, já que pornografia a indústria cultural produzia melhor e mais barato. Embora tenha durado pouco, o jornal marcou a imprensa brasileira pelo seu vanguardismo nas posições defendidas. (LIMA, 2007, p.5).

Nonato (2013), em complemento, indica que do ponto de vista comercial o *Lampião* foi mais aceito dos que os outros periódicos. Segundo ele, “ [...]o jornal era comercializado nas bancas das grandes cidades” (NONATO, 2013, p.7), o que facilitou a popularização da homossexualidade e dos assuntos relacionados à comunidade gay, lésbica e travesti. Além das vendas dos periódicos, o jornal se mantinha através de venda de anúncios. Destacamos que o *Lampião* era um jornal “ [...] produzido por uma empresa, a partir do capital levantado por amigos [...] ” (BARROSO, 2007, p.14). Outro ponto relevante era a estrutura editorial com ar profissional. Para se ter uma ideia, a “ [...] redação tinha sede no Rio de Janeiro, mas mantinha uma equipe editorial também na cidade de São Paulo” (NEIS; CERQUEIRA, 2014, p.105). De fato, uma grande diferença é que enquanto os periódicos anteriores tinham um viés mais comunitário, o *Lampião*, era mais comercial e visava atender não só o local, mas todo o território brasileiro, sendo o “o primeiro periódico homossexual de circulação nacional” (CARVALHO, 2019, p.3). No entanto era um alto investimento (LOPES, 2011) e pouco retorno financeiro, aspecto que favoreceu seu encerramento.

Retrocedendo um pouco no tempo, temos um dos periódicos baianos de maior trajetória. No início da década de 70, em Salvador, Di Paula lança seu terceiro periódico, o *Little Darling*. Ele surgiu em 1970 com uma tiragem maior dos seus antecessores, além de ter um foco mais cultural. Na figura 2 vemos a capa da terceira edição. Em seus quase oito anos de tiragem, produziu matérias sobre o Oscar, cobriu a morte de Charles Chaplin, entre

outros temas nem sempre focados na comunidade homossexual, conforme vemos na figura 3. Segundo Lima, o periódico “ [...] saía com tiragem de cem exemplares, diferenciava-se dos demais por apresentar, além das fofocas da comunidade homossexual baiana, crítica de cinema e teatro e acontecimentos homossexuais fora da Bahia” (LIMA, 2007, p.2).

FIGURA 2: Capa Jornal Little Darling 1970



Fonte: <https://tiranhinho.tumblr.com> .

FIGURA 3: Conteúdo Little Darling

REPRIMIR OU LIBERAR - MAS O HONORÁRIO ESTÁ DADO DEUSE SEMPRE, CUTEVE NA ANCA DE NÓS AO LADO DAS ZEBRAS, JAVALIS, MACACOS, ELEFANTES E DO PRÓPRIO BOMM.

conclusão...GENTE - PE -"TUO ENTENDEDO"

Reporteri: COMO ESTÁ O PANORAMA GAY BRASILEIRO?

PK-Tenho saído mais para o exterior (sem banca), e tenho apenas tirado conclusões por cartas que recebo do Brasil inteiro. Sei que na Paraíba a coisa é um horror e bicha lá ainda é sinônimo de perdição!.. Que horror! Em Belo Horizonte a coisa já começa a desencubar e as pessoas já aceitam o nosso movimento. Na cidade de Juiz de Fora, houve até eleição de Miss Gay e a tradicional família mineira não só permitiu, como foi e aplaudiu. Na minha tão adorada Bahia, eu não vou a dez anos mas sei que as coisas estão entrando nouzicos, claro que ainda com algum sacrifício, mas chegaremos lá. Portanto é difícil responder, embora as coisas aqui (Rio e em São Paulo não estejam tão boas quanto parecem.

É pra terminar frases de ROBERTINHO, A BICHINHA SABICHONA:

-RICA que usa perfume argentino, merece a morte.

-Picar e assumir ainda são formas de união.

-RICA que usa cueca samba-canção, já era.

-RICA que sustenta BABALÚ, tem que morrer.

-RICA NÃO MORRE, VIRA VIDUÍLA...



"E A N D I D O"-O melhor show do ano

Essa ansiedade pelo belo e novo faz de "Bandido" um show inovante, irreverente, docemente hostil e quase ingenuo. É estranho se perceber que a figura franzina e indefesa de NEY MATOGROSSO se transforma completamente e cresce durante duas horas de espetáculo. Meio vedeta, meio troglodita, meio homem, meio mulher, Ney termina por consagrar seu espelho de dualidades ao espelhar as dualidades dos que vão vê-lo.



MORREU CHARLES CHAPLIN

Com 88 anos de idade, faleceu em Corsier sur Vevey, Suíça, na Eslovênia, Charles Chaplin, considerado o maior gênio da arte cinematográfica. Além de intérprete, escreveu a maior parte dos argumentos de suas filmes e os dirigiu. Compôs a trilha sonora de "Luzes da Ribalta", conhecida e apreciada em todo o mundo.

Nasceu em Londres (East Lane, Walworth), a 18 de abril de 1889. Aos cinco anos de idade, apareceu pela primeira vez num palco. Sua infância foi marcada pela pobreza, pelo sofrimento e pelo exílio artístico, que ele reviviu no discurso final do "O Grande Ditador", principalmente quando se dirige a Hannah, sua mãe.

Sua carreira artística teve início em Londres, mas somente depois de contratado para atuar no cinema, nos EUA, alcançou maior êxito. A interpretação do personagem Carlitos conquistou ao mundo inteiro. Os filmes que produziu a partir de 1923 tornaram-se clássicos, em especial "Um Filósofo de Duro", "Luzes da Ribalta", "Tempos Modernos", "O Grande Ditador", "Monsieur Verdoux" e "Luzes da Ribalta". Depois de seu exílio na Suíça, produziu "Um Rei em Nova Jersey" e "A Ladra de Hon Kong".

Escreveu dois livros, um sobre suas viagens e outro sobre sua perspectiva da vida. Este último foi traduzido por Rachel de Queiroz, R. Magalhães Junior e Genivaldo Amado (presidente de Odebrecht de Paris) e lançado pela Livraria José Olympio Editora, em 1960.

Há um trecho da autobiografia de Charles Chaplin que condensa sua personalidade, sua obra e seu inimitável personagem Carlitos:

"Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina, que produz abundância, tem-nos detidos em pobreza. Nossa zombeteira liberdade refulge sobre nossa inteligência, impotente e cega. Pensamos em demasia e sentimos uma pobreza. Mais do que de riquezas, precisamos de simplicidade. Mais do que de inteligência, precisamos de alegria e deserta. Sem essas coisas, a vida será de violência e tudo será perdido".

OS RITOS NÃO MORREM

Fonte: <https://tiraninho.tumblr.com> .

Em 1978, *Little Darling* mudou de nome e passou a chamar-se de *Elo*. Foram mantidas as propostas editoriais, mas o contexto forçou a mudança. Ao invés de usar um nome feminino - *Little Darling*, optou-se por um nome neutro, *Elo*, "O Saldo Médio Entre Ele e Ela" (DIPAUOLA, 1978, p.1). Chamamos atenção para a capa da primeira edição, figura 4, onde ela está mais limpa, com uma única imagem e a menção "*ex- Little Darling*" no canto superior direito, de fato, há um maior profissionalismo editorial nesta primeira edição, comparada a *Little Darling*.

FIGURA 4: Capa do Jornal Elo



Fonte: <https://tiraninho.tumblr.com>.

O Boletim *Eros* foi idealizado por Frederico Jorge Dantas. Com estilo diferente dos demais periódicos da época. Infelizmente não há informações sobre o período de circulação, mas acreditamos que foi antes do jornal *Entender* e provavelmente em um curto período, uma vez que em 1978 Dantas reclamava das dificuldades em manter seus leitores:

O homossexual hoje transformou-se num mercado de exploração bastante rentável, e o pior é que isto está prejudicando bastante o despertar desta

consciência que eu procuro desenvolver para os 150 leitores de *Eros*. O que mantém vivo o interesse desses leitores de *Eros* é justamente a diferença de estilo, a tomada de posição que procuro desenvolver dentro dos meus limites. No entanto, todo este trabalho tem apenas o sentido de início, e irá se dissolvendo a medida em que os jornais impressos forem tomando o público e se impondo pela facilidade de venda e distribuição. (DANTAS, 1978, p.5)

No primeiro editorial do novo jornal *ELO*, Di Paula, contextualiza o jornalismo gay. Importante ressaltar as motivações que ele deixa explícito, como a mudança do nome, além de deixar claro a sua rede nacional de jornalistas homossexuais. Talvez, esse foi um dos principais periódicos do nordeste, devido sua ousadia, criatividade e preocupação com os direitos das pessoas homossexuais.

Como um dos bandeirantes do jornalismo -gay no Brasil ao lado de Agildo Guimarães, Anuar Farah, Gato Preto, Tigre Lilás, Orlando Andrade e outros, promovemos um renascimento deste movimento cultural em 1974, quando lançamos o *Litte Darling* (pequenino, mas com a ideia de vamos soprar estas cinzas, pra ver se a nossa chama ainda arde), *Tiraninho* que surgiu com a finalidade de contradizer ao LD e no Rio o *Boletim Informativo da Caixinha*, logo depois *Gente Gay*. Ressurgia assim um movimento jornalístico chamado de imprensa "nanica" dedicada aos "entendidos" do Brasil que repentinamente ganhou forma e força nas páginas do "entender"- S.P "Mundo Gay"-S.P. "Gente Gay"-Rio, *Tiraninho-Ba.*; colunas "Tudo Entendido "-Rio, "Guei"-Rio, a extinta e pioneira "Coluna do Meio"-SP e o novo *Boletim da Aliança dos ativistas Homossexuais "Eros"* um dos trabalhos mais sérios realizados atualmente. De L.D, ao "Elo" apenas um amadurecimento dos nossos ideais e a sugestão de *Ligação* para engrossar as fileiras, o nosso lema é a abertura total para todos os acontecimentos que envolvem a humanidade, sem preconceitos entre eles, elas e ELOS. *Elo* é um informativo-magazin, que não pretende ser veículo de uma elite intelectualizada, mas um balancete da cultura - popular - gay . Pedimos passagem. (DI PAULA, 1978, p.1. Grifos do autor)

O periódico *Entender* foi publicado em 1977 na cidade de São Paulo. O nome do jornal trazia a compreensão do seu público, "pessoas entendidas" ou simplesmente "entendidos", termo pelo qual os homossexuais eram conhecidos e autodenominados na época (JÚNIOR, 2019, p.191). Segundo relato de Frederico Jorge Dantas²² no *Lampião da Esquina*, o *Entender* tinha como propósito ser um divisor de águas na imprensa homossexual (DANTAS, 1978). Segundo Dantas,

²² A redação do *Lampião da Esquina*, considera que Dantas foi a pessoa que impôs um conceito a imprensa homossexual (DANTAS, 1978).

O lançamento do Entender provocou um sério colapso na estrutura daqueles "cadernos" onde a pauta central é o 'colonismo social', ao mesmo tempo que gerou um estado de esperança nos que cogitam a realidade de uma homossexualidade despida do fetichismo sexual que ainda é a razão da nossa existência para os menos esclarecidos. (DANTAS, 1978, p.5)

A *Revista Rose* foi lançada em 1979. Era produzida em Curitiba, mas com circulação nacional. Segundo Lopes (2011) é provável que a revista encerrou suas atividades em 1983. Esta revista era "Direcionada ao público feminino" (LOPES, 2011, p.39), mas consumida majoritariamente por gays, para quem a revista gradualmente passou a publicar conteúdo. Além de nus masculinos, contos eróticos, cotidiano, horóscopo, a revista abordava trivialidades gerais, com claro propósito de entretenimento.

Portanto, ainda que destinada oficialmente ao público feminino, "a revista que informa as mulheres e tira a roupa dos homens", lentamente passou a explorar o nicho de publicações gays que, ao que parece, era inexistente no Brasil até princípios da década de 1980. Tal carência de revistas destinadas ao público homossexual masculino é atestada por um dos leitores de *Rose* que escreve: "consumo-a com regularidade porque a pobreza no mercado editorial brasileiro no campo de publicações dirigidas ao público gaei é absoluta" (*Rose*, n. 30/1980, p. 38). (LOPES, 2011, p.49)

Como vimos, nos anos 70 os diversos jornais, periódicos e revistas, amadureceram os projetos editoriais da década anterior. Se antes, o cotidiano, a fofoca, shows e a noite gay eram temas, agora o corpo e a política eram protagonistas. Percebemos o surgimento de iniciativas mais profissionais e com redações melhores estruturadas, inclusive o início da comercialização de periódicos. Nesta década, o surgimento do *Lampião da Esquina* foi um marco à imprensa e memória homossexual brasileira. Como veremos é somente dez anos mais tarde, que surge as primeiras iniciativas produzidas e criadas para comunidade lésbica, em uma área até então dominada pela homossexualidade masculina.

3.3 ANOS 80

Em janeiro de 1981 foi lançado a mídia alternativa lésbica mais pesquisada, longa e conhecida, o periódico *ChanacomChana* em São Paulo (MAIA, 2017; BARBOSA, 2019; EDDINE; SENA; RODRIGUES; LIMA, 2021). Inicialmente como *Jornal ChanacomChana* (1981) e posteriormente *Boletim ChanacomChana* (1982 – 1987). Segundo Barbosa (2019),

ao todo foram lançadas 13 edições, “Além do número especial de 1981, houve 12 edições entre dezembro de 1982 e maio de 1987.” (BARBOSA, 2019, p.70) e foi organizado pelo Grupo de Ação Lésbica-Feminista²³- GALF. Nonato (2013) aponta que o boletim surgiu a partir de um convite do *Lampião da Esquina* ao SOMOS visando publicar uma matéria sobre lésbicas. Ao que parece, esse estímulo marcou o surgimento desta importante publicação. No entanto, apostamos na hipótese que o *Lampião*, foi forçado a realizar o convite, devido à ausência de representatividade desta comunidade, que afinal, era consumidora do periódico e, como já dito, cobrava seu lugar ao sol na imprensa especializada.

ChanaComChana pautou o que nenhum outro periódico com vocação não normativa quis pautar, a lesbianidade, o preconceito e a violência contra as mulheres em uma produção verdadeiramente colaborativa e mantida a partir de assinatura, doações e anúncios de comerciantes do circuito lésbico paulista (BARBOSA, 2019). Além disso, as escritoras estavam preocupadas com a preservação de suas memórias e conteúdos “já naquela época as ativistas se dedicavam a produzir uma pequena hemeroteca” (BARBOSA, 2019, p.94). Sem dúvida, este periódico foi a mídia alternativa lésbica mais bem-sucedida em termos de realização da década de oitenta.

Destacamos que o Boletim foi chamado *Stonewall Brasileiro*. Em 1983 no Ferro’s Bar, foi proibida a comercialização do boletim entre o público majoritariamente lésbico que frequentava o local. Iniciou-se uma confusão, a polícia foi chamada e a proibição continuou, mas sem conflitos corporais. Após, manifestações do GALF na porta do estabelecimento, foi liberado a comercialização do periódico, narra Péret (2011), que acrescenta,

[...] Em julho de 1983, seguranças do estabelecimento tentaram colocar as militantes para fora. Houve resistência, as clientes apoiaram o grupo, e a polícia foi chamada. Ao contrário do que aconteceu em Nova York, onde clientes e policiais entraram em confronto, a polícia permitiu que o grupo continuasse no bar, mas com a condição de que não tentasse mais vender o boletim no local. “Era uma contradição, nós fomos proibidas de vender uma publicação lésbica num bar sustentado por lésbicas”, comenta Martinho. A partir desse fato, o grupo organizou uma manifestação em protesto às represálias que vinha sofrendo. A “invasão” do Ferro’s Bar aconteceu na noite de 19 de agosto de 1983, com a presença de dezenas de lésbicas, militantes gays, intelectuais e estudantes. A mídia deu grande repercussão ao fato. Ironicamente, a frequência ao bar aumentou, e as integrantes do Galf conseguiram o direito de vender o boletim.(PÉRET, 2011, p.76)

²³ Barbosa (2019) aponta que o Grupo Lésbico-Feminista era um subgrupo do Somos-SP e após divergências fundaram o GALF

O *Boletim Iamuricumá* era voltado para o público lésbico. Circulou no Rio de Janeiro durante o primeiro semestre de 1981 com teor acadêmico. Em sua dissertação, Barbosa (2019) encontrou somente três exemplares do periódico lançado respectivamente em janeiro, fevereiro e maio. Já Maia (2017b) e Lessa (2007) informam a existência de um único exemplar. As editoras, autodenominadas de *Iamuricumás*, orientavam em seu editorial que “[...] cada leitora faça cinco cópias do boletim e passe-as adiante” (BARBOSA, 2019, p.67). Com isso, percebemos a vocação comunitária deste boletim ao conclamar suas leitoras a circularem o produto para um maior número possível de pessoas interessadas no tema e automaticamente fortalecem a rede de afetos e a articulação entre elas. De fato, concordamos com Lessa (2007, p. 97) quando afirma que existia “uma espécie de sororidade lesbiana, a distribuição do material é feita de forma gratuita e entre amigas”. Maia (2017b) chama a atenção que em janeiro de 1981, além do *Iamuricumá*, publicou-se o *ChanacomChana*, mas o primeiro teve com uma vida perene e conseqüentemente, tornou-se pouco conhecido.

Em abril de 1981 passou a circular em São Paulo a *Facção Homossexual da Convergência Socialista*. Sua proposta era a união do movimento homossexual, que segundo os editores, estava desunido. “Chamamos todos os grupos homossexuais e outros homossexuais interessados para nos reunirmos e ver como podemos trabalhar juntos sobre estas e outras questões”, clamavam (SOCIALISTA, 1981a, p.1). Em suas duas edições que analisamos, ficou evidente a tentativa de articulação política, além da luta contra “[...] a discriminação e a repressão policial [...]” (SOCIALISTA, 1981a, p.1). Importante ressaltar que em sua segunda edição o periódico aponta à importância da construção do Partido dos Trabalhadores - PT visando “[...] ampliar e aprofundar a discussão sobre a questão homossexual e o movimento social, dentro e fora do partido. [...]” (SOCIALISTA, 1981b, p.2).

Na década de oitenta, dois periódicos foram criados e infelizmente poucos indicadores de memórias sobraram sobre estas produções. Em 1984 era criado em Salvador pelo Grupo Libertário Homossexual da Bahia o *Jornal Amazonas*, um periódico lésbico. Em sua pesquisa, Barbosa (2019) não conseguiu coletar grandes informações e/ou precisar o quantitativo de publicações, mas realizou entrevistas com uma editora que apontou algumas pistas da produção que esteve ligado à criação e formação da militância lésbica em Salvador. Já o *Boletim Xerereca* foi criado em 1987 e era voltado ao público lésbico. Seu foco principal era escancarar o machismo e a lesbofobia sofrida por mulheres, em especial na faculdade de

Direito da UFRJ (BARBOSA, 2019). Não há grandes informações sobre o formato e a dinâmica deste periódico.

O GALF em 1987 modificou-se tornando-se a ONG Rede de Informação Lésbica um Outro Olhar e com isso, a publicação do Jornal *ChanaComChana* encerrou-se. Entre 1987 até 1995 passou a circular o *boletim Um Outro Olhar* e de 1995 a 2002 e foi lançada a *Revista Um Outro Olhar*, sendo o “ [...] periódico lésbico que mais tempo sobreviveu às resistências do mercado editorial brasileiro [...] ” (PÉRET, 2011, p.77). Segundo Míriam Martinho, “após doze edições, o *ChanacomChana* foi substituído pelo boletim *Um Outro Olhar*, em setembro de 1987, ainda no período de vigência do GALF” (MARTINHO, 2021, p.01), mas trouxe “ [...] poucas alterações em termos formais em relação” ao *Boletim Chanacomchana* (MAIA, 2017b, p. 50). Uma das preocupações foi a "produção, circulação e preservação de informação de/sobre/para lésbicas” (BARBOSA, 2019, p. 94). Ou seja, percebemos que havia a preocupação de salvaguardar memórias e histórias da lesbianidade brasileira. De fato, a transição do *ChanacomChana* para o boletim *Um Outro Olhar* narra um período importante à memória lésbica brasileira,

[...] o boletim *Um Outro Olhar* possa ser visto como parte de um processo de transição que leva do *ChanaComChana*, seu antecessor, até a edição da revista *Um Outro Olhar*. Sua produção também documenta a passagem do Grupo Ação Lésbica Feminista para a Rede de Informação Lésbica *Um Outro Olhar*, com a adoção do modelo de organização não-governamental. Através de conteúdos próprios, de cartas de leitoras, de tradução de artigos de ativistas lésbicas de outros países e da reprodução de matérias de jornais brasileiros, as ativistas do GALF – posteriormente Rede – buscavam atingir seu propósito de politizar e conscientizar as lésbicas brasileiras [...] (MAIA, 2017b, p.77)

Paralelo ao boletim/revista *Um Outro Olhar* a Rede passou a produzir uma cartilha chamada de *Ousar Viver* (BARBOSA, 2019). Era voltado para informar sobre a prevenção do DST/Aids para mulheres, em especial as lésbicas e bissexuais. O encarte acompanhou as edições de *Um Outro Olhar* entre 1997 e 2002. Segundo o Editorial da segunda edição em 1995,

Como causa principal da contaminação em mulheres aparece a relação heterossexual seguida da transfusão sanguínea, esta última, segundo o boletim, em razão do sexo feminino estar mais exposto a procedimento cirúrgicos (ginecológicos ou obstétricos em sua maioria). (REDE DE INFORMAÇÃO UM OUTRO OLHAR, 1995, p.1)

O *Boletim Informativo Atobá* foi lançado em 1989 no Rio de Janeiro. Produzido e mantido pelo Movimento de Emancipação Homossexual - ATOBÁ. Este periódico encarava a “ [...] homossexualidade como uma identidade [...] ” (FERNANDES, 1981, p.1) como vemos registrado na figura 5, no primeiro editorial do periódico. Ele tinha quatro focos relevantes, a saber: O primeiro, a compreensão de uma política pública ampla que abrangesse os casais homossexuais. O segundo, o uso de suas páginas para denunciar empresas que discriminavam gays. O terceiro, a difusão de informações sobre a prevenção do HIV/Aids suas e de outras ONG. O quarto, a produção de conteúdos como, artigos, poemas, cartas e agenda cultural.

FIGURA 5: Capa Boletim Informativo Atobá



Fonte: Grupo Dignidade | Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott.

No final dos anos oitenta e início do noventa a pandemia HIV/Aids mobilizou a comunidade. É quando começaram a surgir Organizações não governamentais (ONG), grupos e coletivos organizados em defesa da vida das pessoas soro positivas. Estas entidades passaram a produzir boletins, jornais e revistas, mas agora com um viés novo: o da informação à serviço da saúde da comunidade e denúncias sobre o abandono das vítimas. Lima (2007) lista uma série de periódicos que acolhiam estas pessoas abandonadas por suas famílias e pelo Estado, sendo *Boletim Abia*, no Rio de Janeiro em 1988 e o *Voz Posithiva* em Recife em 1993 (em circulação até hoje), a *Revista Saber Viver*, no Rio de Janeiro em 1999, o *Jornal Ent&* que circulou entre 1994 e 1995 em todo território nacional, entre outros. Como se vê, a luta da comunidade impactou diretamente o surgimento de novas mídias colaborativas (LIMA, 2007, p. 6).

3.4 INÍCIO DOS ANOS 90

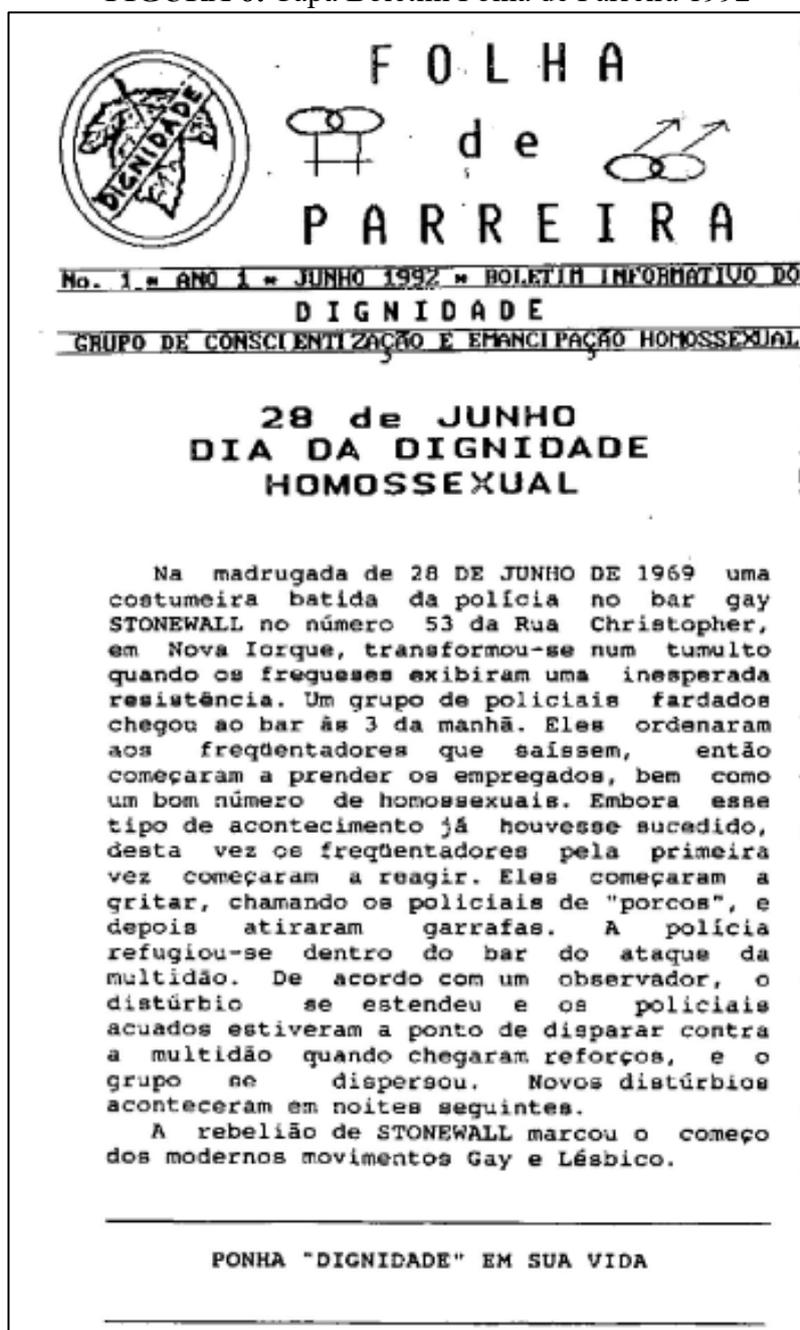
O *Jornal Nós Por Exemplo* passou a circular em 1991 até 1995. Foi criado por uma equipe de profissionais das “ [...] áreas de saúde e direitos humanos, com ênfase no trabalho de prevenção à Aids e Doenças sexualmente transmissíveis (DST) [...] ” (RODRIGUES, 2010, p.106). Seu foco era atuar na prevenção do HIV/Aids e Dst, sem moralismo, pudores e preconceitos. De fato, o periódico foi “ [...] pioneiro em enfrentar a aids, falando de sexo, doença e morte de uma forma cuidadosa e honesta, sem deixar de lado o cuidado estético” (RODRIGUES, 2010, p.128). Este jornal trazia assuntos relevantes sobre a Aids no Brasil durante a década de 90, afinal, poucas notícias sérias eram de fácil acesso as vítimas do vírus. Segundo Rodrigues,

O surgimento do Nós por Exemplo veio a preencher várias lacunas. Primeiro, tratava-se da volta de um periódico direcionado à comunidade gay/lésbica. Segundo, um veículo no qual a aids pode ser tratada de forma honesta e segura, livre do cunho moralista e preconceituoso. Terceiro, o movimento homossexual brasileiro, até então sem uma mídia que lhe garantisse espaço de expressão, encontra no NPE o que um dia o Lampião da Esquina fez para o iniciante movimento de organização da “minorias gay”: apoio e divulgação. (RODRIGUES, 2010, p.110).

O *Boletim Informativo do Dignidade Folha de Parreira* passou a circular em junho de 1992, conforme vemos na figura 6. Produzido pelo Grupo Dignidade de Curitiba, tinha como proposta “ [...] garantir a dignidade para cumprir a orientação sexual operando com voz ativa desejos até então sem canais para serem vinculados. [...] ” (DIGNIDADE, 1992,

p.1). A história da criação desse se confunde com uma das mais importantes ONG dos direitos LGBT do Brasil. Destacamos que os primeiros exemplares eram produzidos de forma simplória, sobretudo quando comparados com os últimos que chegaram a ser coloridos. Especificamente, há importantes mudanças a partir de junho 1994, como o nome, alterado para *Jornal Folha de Parreira*, e a mudança do *layout*, que de um simples boletim informativo *xerocado* passou para um jornal arrojado com fotografias. Após 36 edições o periódico encerrou suas atividades em maio de 2000, mas a ONG continuou.

FIGURA 6: Capa Boletim Folha de Parreira 1992



Fonte: Grupo Dignidade.

Em São Paulo em 1991 passou a circular o *Boletim Deusa Terra*. Inicialmente possuía o interesse em literatura, mas posteriormente abordou temáticas diversas. Provavelmente a publicação durou até 1994, ano que marca o fim do grupo que o fundou (BARBOSA, 2019). Ao que parece esse foi um periódico que uniu algumas mulheres motivadas em debater a lesbianidade na literatura e conseqüentemente provocar seus pares através dos seus boletins, uma vez que “[...] a auto-aceitação era prioritária para o grupo” (BARBOSA, 2019, p.99). Esta proposta fortaleceu o debate político e o entendimento da identidade lésbica (SELEM, 2007)

Na cidade de São Paulo, em 1993, surgiu o jornal *Lesbertária*. De vida efêmera, o periódico “era inspirado na revista *Lesbian Connection*” e teve apenas uma única edição conforme aponta Barbosa (2019, p. 104) e Maia (2017b). A publicação seguia o espírito dos anos 80 com a “[...] permanência da ideologia libertária dos movimentos de 1980 [...]” (BARBOSA, 2019, p.104). Segundo Barbosa (2019) uma importante característica deste periódico era a articulação em rede com outros grupos lésbicos do Brasil, além de, ser dinâmico e com uma perspectiva mais divertida e acolhedora.

Na primavera de 1993, passou a circular a *Revista Femme* em Santos, São Paulo. Essa foi inspirada na revista lésbica portuguesa *Organa* (MAIA, 2017a). Foi produzida pelo Grupo de Conscientização e Emancipação Lésbica de Santos. Diferente dos periódicos lésbicos anteriores, este possuía um número significativo de “[...] fotografias de nus femininos em relações lésbicas [...]” (BARBOSA, 2019, p.110) e “[...] textos de teor mais político, no que se refere a movimentos organizados e eleições, como também contos e crônicas com teor romântico” (BARBOSA, 2019, p.113). Este periódico possuía um financiamento estrangeiro, bem como se mantinha por doações. Conforme aponta Barbosa (2019), as edições eram inicialmente datilografadas, mas com a conquista de recursos passou a ser diagramada e impressa em gráfica e em cores. Ao que parece, as atividades da *Revista Femme* sofreram com a “[...] falta de engajamento do público”, fenômeno que levou “as organizadoras decidirem encerrar a revista” em 1996 (BARBOSA, 2019, p.116).

O *Folhetim*, outro periódico lésbico, foi lançado em 1993 na cidade do Rio de Janeiro. Era produzido pelo grupo movimento D’Ellas criado em 1986 e seguia em parte as pautas de suas antecessoras, mas seu ineditismo se dá pela preocupação com a saúde mental e sexual das lésbicas (BARBOSA, 2019). O “[...] *Folhetim* circulou desde o ano de formalização do D’Ellas, em 1993, até 2008” (BARBOSA, 2019, p.118). Barbosa (2019)

aponta que o movimento D'Ellas, tentou permanecer com suas publicações em *blog*, mas, os problemas com o servidor acarretaram a perda total das produções digitais.

Entre 1994 e 1995 na cidade de São Paulo, circulou o periódico GEM, produzido pelo Grupo Estação Mulher, voltado a população lésbica. Barbosa, aponta que uma característica que difere este periódico dos demais, foi “[...] o incentivo de uma integração virtual.” (BARBOSA, 2019, p.124).

Barbosa (2019) aponta que o periódico GEM produzido na cidade de São Paulo foi o último da imprensa lésbica produzida nos anos 90.

O *Jornal Nuances* foi criado em 1998 e circulou na cidade de Porto Alegre até 2019²⁴, totalizando 48 edições. Foi um periódico que abrangeu notícias voltadas à comunidade LGBT de todo o Estado do Rio Grande do Sul. Em suas páginas, apresentava informações sobre prevenção do HIV/Aids, informações culturais, políticas, entrevistas, ações que preservassem as memórias e histórias (OLIVEIRA, 2022), além dos agitos nos interiores do Estado, como “as narrativas das paradas gays em Pelotas” (NEIS; CERQUEIRA, 2014, p.102). Foi idealizado e produzido pela ONG Nuances – Livre Expressão Sexual, uma das principais organizações defensoras dos direitos humanos da população LGBT gaúcha. Foi criada em 1995 focando em projetos “[...] de intervenção para a prevenção do HIV/Aids em Porto Alegre com recursos do Ministério da Saúde” (BARROSO, 2009, p.184) e é nessa esteira que surge o jornal “[...] sob um regime de autogestão e com grau elevado de informalidade” (BARROSO, 2009, p.186). Ao longo dos prováveis 20 anos, o jornal tornou-se uma referência para as pessoas LGBT.

3.5 FIM DOS ANOS 90

Diferente das produções da década de 60, 70 e 80 onde o apelo comunitário e colaborativo pautava as revistas, boletins, jornais e outros periódicos homossexuais e lésbicos, a partir dos anos 90 a imprensa deste gênero ganhou uma dimensão comercial até então não experimentada no Brasil. É neste período em que vemos o surgimento da *Revista G Magazine* (1997-2013)²⁵ voltado para o público gay e apostando na nudez masculina de

²⁴ Há informações recentes publicadas na imprensa que o jornal deixou de circular em 2009. No entanto, encontramos a edição 48 lançada em agosto de 2019.

https://issuu.com/vladikomarov/docs/jornal_do_nuances_48_08-19_web

²⁵ Entre maio a setembro de 1997 chamava-se Banana Louca Magazine.

celebridades masculinas. Provavelmente, foi uma das revistas mais conhecidas da comunidade LGBT e a ela extrapolou. Foram publicadas 176 edições. Outras produções inspiradas na nudez masculina surgiram, uma vez que a *G*

Fez tanto sucesso que várias outras revistas explorando o nu masculino surgiram, tanto publicações gays como aquelas que se intitulam “femininas”, como *Gold* (1999), voltada para o público gay e *Íntima* (1999), para mulheres e sem nu frontal. A própria *Sui Generis*, detectando a segmentação cada vez maior do mercado, lançou a revista *Homens* (1998), com a qual poderia atingir esse público ao publicar nus, anúncios de garotos de programa e criar uma seção de cartas para trocas sentimentais, assuntos não abordados na *Sui Generis* por questão de linha editorial. (LIMA, 2007, p.7).

Nessa exploração baseada no *Pink Money*, ocorreu um bom de produtos voltados para a comunidade GLS²⁶, entre eles, revistas bem diagramadas e produzidas por empresas. Segundo Perét (2011, p.84) “[...] isso representou a consolidação de um mercado de serviços específicos para o público gay [...]”. A fórmula era a mesma na maioria das edições, homens brancos, musculosos, padronizados, todos eles eram “[...] bonitinhos, raspadinhos, fortinhos, ou seja, todos iguais [...]” (PÉRET, 2011, p.128). Mas não havia só nudez, também se encontravam entrevistas, artigos sobre sexualidade, depoimentos, cartas e conteúdos próprios para pessoas homossexuais.

Em 1998 surgiu a *Revista Homens*, utilizava seu “espaço para nus, anúncios de garotos de programa e uma seção de cartas sentimentais” (LIMA, 2007, p.8). No ano de 1999 é a vez da *Revista Gold*, então a seguir os padrões da *G Magazine* e que teve um período de circulação muito breve. Em 2008 até 2010 circulou a *Revista Aimé* com uma proposta diferente de suas antecessoras, não havia nudez explícita, uma que o objetivo era tratar o “gay como uma pessoa, não como um ser apenas sexual (RESENDE, 2008, p.1). Em 2010 é lançada a *Revista Júnior*, empreendimento editado pela Mix Brasil, empresa então a alavancar grandes eventos e vendas entre a comunidade, sendo focada em jovens homossexuais brancos residentes em grandes centros urbanos e que circulou até 2016. Em 2021, a Mix Brasil retoma um projeto similar, mas com o nome de *Mais Jr.*

A *Sui Generis*, surgiu no mercado editorial em 1995 focada na cultura homossexual. Diferente da maioria dos títulos que apelava para a nudez, ela abordava temas “[...] como

²⁶ Sigla utilizada nos anos noventa que significava, gays, lésbicas e simpatizantes. Péret aponta que “André Fischer, diretor executivo do Grupo Mix Brasil e criador da sigla, conta que ela foi lançada em 1994, na primeira edição do Festival Mix Brasil de Cinema da Diversidade Sexual”(PÉRET, 2011, p.84)..

cultura, comportamento, moda e entrevistas com grandes nomes do meio artístico/político nacional” e apostava na “postura militante sem o ranço do ativismo dos anos 1970” (RODRIGUES, 2011, p.136). Era uma revista focada em gays preferencialmente assumidos, politizados e com desejo de mudança. Ela encerrou suas atividades em dezembro de 2000.

A revista inicia um novo processo no mercado editorial de revistas segmentadas direcionadas para o público gay. Ela foge dos nós e da pornografia que tomava conta das outras publicações do gênero. A *Sui Generis* procurou falar de assuntos que fossem de interesse da comunidade gay, sempre de forma positiva. Ela abordava temas tendo sempre como preocupação o ponto de vista do leitor gay. E isso é uma grande diferença em relação aos outros periódicos. (RODRIGUES, 2010, p.143).

Diante do exposto, notamos que no fim dos anos 90 os periódicos se especializaram, tanto em técnica quanto em segmentos. Havia periódicos para os diversos setores da comunidade GLS. Mas em ambos os casos, todos bem diagramados e em sua maioria comercializados. No entanto, mesmo com a comercialização, a vida destes periódicos era tão efêmera como suas antecessoras.

3.6 ANOS 2000

O Jornal a *Colméia* foi produzida pelo Movimento do Espírito Lilás (MEL), Organização não governamental de João Pessoa, Paraíba (BARROSO, 2007). Era um boletim informativo que circulou entre 2002 e 2011 entre os militantes da MEL (SILVA; CADORSO, 2007; GOMES, 2016). Infelizmente, há poucas informações sobre esse periódico, bem como pesquisas.

O *Informativo da Liga Brasileira das Lésbicas da Região Sul* foi lançado em janeiro de 2004 durante o XIV Encontro Nacional Feminista, na cidade de Porto Alegre (SELEM, 2007). O periódico em formato de boletim surgiu impulsionado pelo Seminário Nacional de Lésbicas em 1996. Era voltado exclusivamente para as lésbicas do Rio Grande do Sul e tinha como objetivo estimular a visibilidade destas pessoas. Ao menos nesta pesquisa, essa foi uma das únicas publicações encontradas para a comunidade lésbica na região.

Produzido pelo grupo ONG SOMOS Comunicação, Saúde e Sexualidade, o *Somos notícia* passou a circular em 2005. Era distribuído em espaços de sociabilidade GLBT de Porto Alegre como casas noturnas, saunas, parques, cinemas e tantos outros espaços onde a

concentração de homossexuais e lésbicas. Segundo seu editor, Alexandre Böer, a publicação foi criada visando difundir e garantir os “[...] Direitos Humanos de nós homossexuais, além de trazer informações sobre saúde, sexualidade e cultura” (GONÇALVES, 2005, p.1).

A *Revista Lado A* é um periódico digital e impressa fundada em 2006. Segundo seu *website*, esta é a publicação LGBT mais antiga do Brasil ainda em circulação. Ao todo já foram publicadas 77 edições (TAVARES, LIMA, MATTOS, 2020). Sua última publicação foi lançada em novembro de 2019.

A *Revista Brejeiras* surgiu em 2018 focada no público lésbico. Este é um periódico impresso, digital e colaborativo composto por mulheres lésbicas das cinco regiões do Brasil. Segundo o editorial a “[...] comunicação é outra, visa formas de alianças e a possibilidade de seguirmos juntas, numa rede de afeto e apoio que constrói outras possibilidades de imaginários e uma outra realidade para nossas existências.” (BLOOKS LIVRARIA, 2018, p.1). O periódico ainda está em circulação.

A partir de 2010 surgiu uma série de publicações no ambiente digital utilizando as plataformas *ISSUU* e *Calaméo* em formato PDF. Em sua maioria, possuíam *layout* arrojado, ensaios fotográficos e artigos. Como exemplo temos a *Revista Diversifica* que publicou 6 edições entre 2014 e 2016 e era focada em difundir debates sobre os assuntos voltados para Gênero e Sexualidade. Outro caso importante é a *Revista Paulista Fearless Mag* uma revista colaborativa feita “por e para pessoas LGBTI+”(FEARLESS MAG, 2019, p.05) e que nasceu em 2017 e circulou até 2019 focada na cultura LGBT urbana em quatro edições. Um outro exemplo que será mais bem aprofundado no próximo capítulo é a *Revista Memórias LGBT*, que iniciou suas atividades em 2013 e circula sem periodicidade até os dias de hoje. Também destacamos a *Revista Alternativa L* que circulou entre 2014 e 2019 voltada para o público lésbico periférico, em especial, mulheres moradoras de São Paulo. Entre 2018 a 2021 em Salvador, a *Revista Léssica* publicou quatro edições, voltada para a literatura lésbica, uma dos poucos periódicos com um nicho tão específico.

Outro importante estilo existente são as revistas em páginas html e/ou *blog*. Em formato de páginas de internet, essas utilizam imagens, informações, além de, terem seções dedicadas ao conteúdo a que se dedicam, sendo um misto entre *blog* e revista. Este é o caso da *Revista Híbrida*, um periódico exclusivamente digital que tem como proposta debater arte, cultura, política e militância com beleza e leveza. Possui uma equipe editorial interdisciplinar e atua de forma colaborativa. Sua primeira edição foi lançada em 2017 e até

o momento publicou os periódicos até 2020, mas seu website continua ativo e atualizado (TAVARES, LIMA, MATTOS, 2020).

Também temos as publicações financiadas por leis de incentivo à cultura e/ou apoiadas pelo poder público em uma das esferas, como se vê no caso da *Revista Lesbi*, que circulou em Belo Horizonte em Minas Gerais em 2020 (FERNANDES; LISSA; RODRIGUES, 2020). Foram publicadas duas edições impressas e digitais voltadas para o público lésbico. De todos os periódicos analisados, este é o que mais investe na interseccionalidade uma vez que as lésbicas apresentadas nas edições são negras. Outro exemplo é a *Revista Tia Concha*, voltado para o público lésbico, que circulou em São Paulo entre 2018 e 2019 com seis edições.

Sabemos, também, da existência do *Boletim Visibilidade* que circulou entre 1997 e provavelmente até 2004 (BARBOSA, 2019). Em Brasília o Grupo Beijo Livre lançou em 2005 a revista *OL* (BARBOSA, 2019). Entre 1998 a 2002 circulou o boletim *Ponto G* do Grupo Lésbico da Bahia (BARBOSA, 2019; NONATO, 2013; TAVARES; LIMA; MATTOS, 2020).

O mesmo ocorreu com periódicos voltados para homossexuais. Muitas citações dos nomes, mas poucas pesquisas sobre os periódicos, são eles, *Conde Gay*, produzidos por Agildo Guimarães (Rio de Janeiro); *La Saison* (Rio de Janeiro, 1970), *Presença* (Rio de Janeiro, 1971); *Verbo Encantado*, (Bahia, 1971); *Versus* que circulou em São Paulo, mas não encontramos uma data de início e fim. Além destes, encontramos os periódicos que circularam no Rio de Janeiro, mas sem data definida, como *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *Centauro*, *Okizinho*, *O Vic*, *O Grupo*, *Galo*, *Gay Press Magazine*, *20 de Abril*, *O Centro*, *o Reizinho*. Em Niterói, foram encontrados *O mito e Le Sophistique*, também sem um período de circulação definido e em 1995 circulou o *Grito G* fundado por “Audifax Albuquerque, com a luxuosa colaboração do Jornalista Horácio Barros” (MIX, 2011, p.1). Em João Pessoa, encontramos o *Jornal Gaia* (LIMA, 2007; LOPES 2011; RODRIGUES; FILHO, 2008; NONATO, 2013; JUNIOR, 2016; PÉRET, 2011; MICCOLIS, 1980). Em 1997 era lançado em formato de tabloide o jornal *Abalo GLS* na cidade de São Paulo e distribuído gratuitamente.

Como se percebe, a imprensa produzida pela comunidade LGBT ao longo do tempo teve seus altos e baixos. Sem possuir uma linearidade ou solidez em sua constância, produziu experiências inovadoras e progressistas que abriram muitos caminhos, ao mesmo tempo em que enfrentaram dificuldades de sustentabilidade e segurança.

Esta pesquisa também notou a segmentação própria da comunidade. Isto se percebe em primeiro na majoritária presença de homossexuais brancos moradores de grandes centros urbanos. No que diz respeito à imprensa lésbica, esta pesquisa encontrou muitas lacunas, referências a uma série de boletins e jornais lésbicos da década de 90 e 2000, e muito pouco além disso. Quanto a publicações trans, nada consta.

Como apontado, as intersecções entre cor, classe e gênero da população LGBT brasileira foi alvo desta imprensa em diversos casos. Dessas experiências nasceram importantes conteúdos à memória LGBT nacional. Por outro lado, não poucos destes esforços muitas vezes retratavam um Brasil composto por uma população branca, burguesa e residente em grandes cidades, com uma vida noturna agitada e consumista. Questões de cor, classe e gênero, ao fim, atravessam a imprensa promovida pela população LGBT de modo tenso, não raro a refletir o racismo, classismo e misoginia própria da cultura nacional.

4 NARRATIVAS HISTÓRICAS E COLABORATIVAS DOS ANTECEDENTES DA REVISTA MEMÓRIAS LGBT

Neste capítulo refletiremos sobre os antecedentes da RMLGBT. Pretendemos narrar, inicialmente, as motivações que originaram a criação da Rede LGBT de Memória e Museologia Social, além de seu importante papel na luta em prol de políticas públicas no campo museal para pessoas dissidentes sexuais e mulheres. Posteriormente, debateremos sobre as quatro metas presentes na carta de fundação da rede. Ao final, refletiremos sobre as publicações da RMLGBT, em ordem cronológica a partir das capas de suas edições.

4.1 REDE LGBT DE MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL

Éramos alguns. Estávamos muito incomodados. Tudo que solicitávamos a organização do Fórum Nacional de Museus era ignorada. Pedimos uma sala, não tinha, um projetor, não tinha, cadeiras, fala, diárias.... nada. Só tínhamos nós mesmos, nossos corpos, nossas amizades. Em círculos nos amontoamos. Sentamo-nos no chão, nos puff que ali estavam no meio do salão e a rede surgiu. Depois passamos para a coleta de assinatura, algumas pessoas fugiam de nós, outros disseram que assinavam depois e alguns poucos, corajosos, assinaram. (BOITA, 2014a)

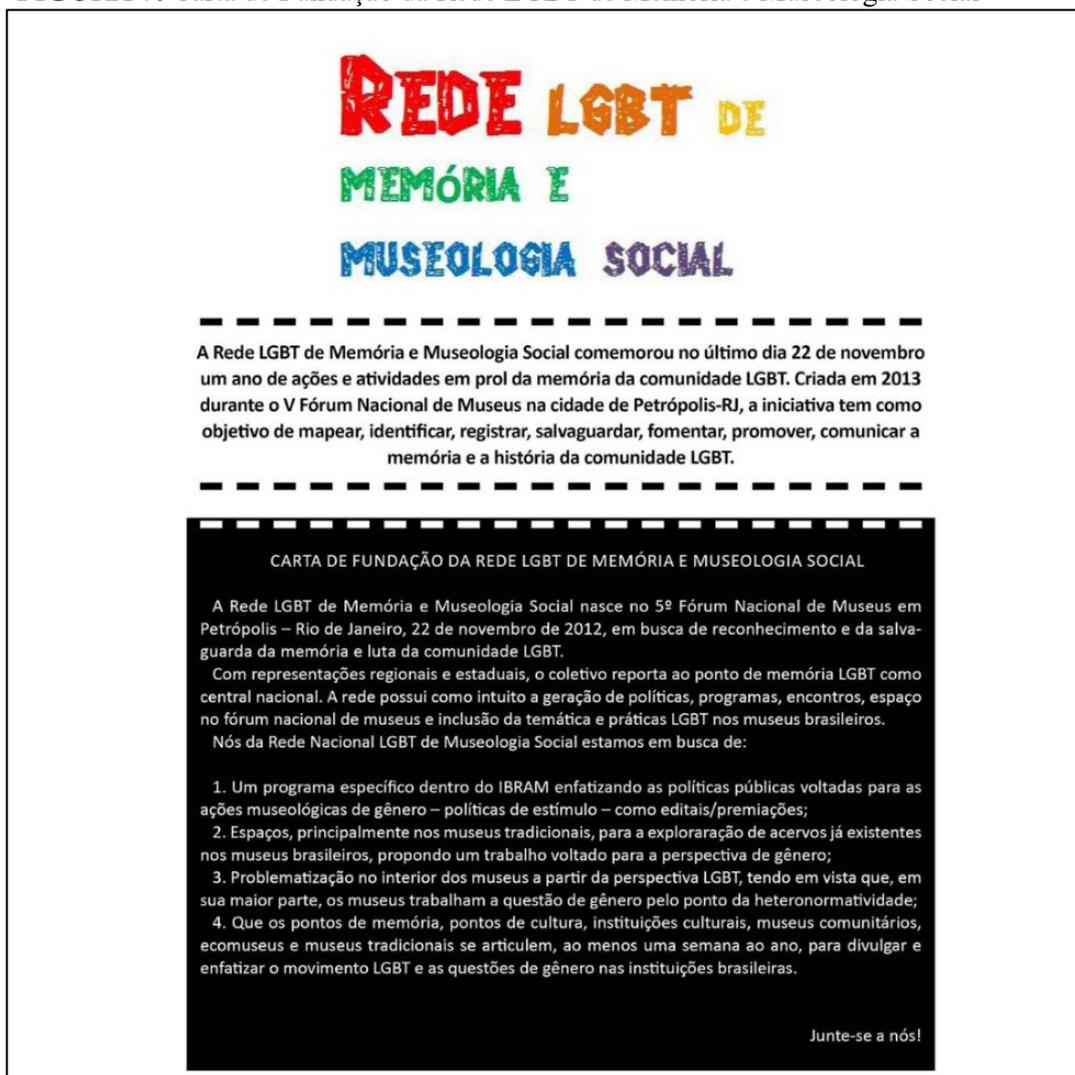
Tudo começou como uma provocação, foi assim que a Revista Memórias LGBT+ surgiu. Seus antecedentes contemporâneos são o boicote da organização do 5º Fórum Nacional de Museus à reunião de pessoas LGBT+ interessadas em criar a Rede LGBT de Memória e Museologia Social. Na ocasião, muitas salas e espaços confortáveis estavam vazios, mesmo assim, nenhum deles foi autorizado o acesso do coletivo, mas havia um saguão no caminho. Sentados no chão, em alguns pufs e em pé, realizamos ali um primeiro encontro.

Foi uma revolução museal silenciosa, não só na prática, mas teórica. Ali, reunimos pessoas de diferentes partes do Brasil, interessados e preocupados em refletir sobre as memórias e histórias de pessoas LGBT+, em especial negras e periféricas invisibilizadas nos museus, arquivos e espaços de memória. Depois desse encontro, passamos a abrir portas, criar projetos, incomodar as estruturas museais e provocar os espaços museológicos brasileiros. Não estávamos satisfeitos.

A Rede LGBT de Memória e Museologia Social foi criada em 22 de novembro de 2012. Neste encontro participaram doze pessoas: Arnaldo Silva Santana Jr, Ana Luiza Oliveira, Dino Alves, Geanine Escobar, Janaína Miranda, Jean Baptista, Marcelo Cunha, Maria Carolina Sá, Tiago Kallado, Tony Boita, Vitor Urresti e Wellington Pedro da Silva, em sua maioria estudantes dos cursos de Museologia, História e Conservação e Restauro, mas com forte participação de professores e representantes de museus comunitários. Chegamos com as flores do início da primavera e aos poucos passamos a colher os frutos deste trabalho.

Durante esse encontro foram apresentados diferentes propostas, pontos e debates sobre a importância das memórias LGBT nos museus, projetos de ensino e extensão e nos cursos de graduação e pós-graduação de Museologia, História e Conservação e Restauro. Como resultado, foi elaborada uma carta de fundação. Ela foi distribuída aos participantes e posteriormente divulgada nas redes sociais da Rede. Suas metas ambiciosas foram divididas em quatro eixos principais, conforme por ser visto na figura a seguir.

FIGURA 7: Carta de Fundação da Rede LGBT de Memória e Museologia Social



Fonte: Rede LGBT de Memória e Museologia Social (2012)

Como visto na figura 7, as metas envolviam diretamente a necessidade da criação de políticas públicas voltadas a preservação e difusão das memórias e histórias de mulheres e pessoas LGBT nos espaços de memória brasileiro. Percebemos que o documento não era direcionado exclusivamente ao Ibram, mas para todos os museus e espaços de vocação museológica.

É importante destacar que a categoria “gênero” no documento é associada à orientação sexual e identidade de gênero. A escolha da época era tentar ser o mais abrangente possível para garantir uma maior adesão de diferentes coletivos, como os de feministas e estudiosas de gênero que já possuíam debates maduros. Todavia, tal nomenclatura, para os dias atuais tornou-se defasada, uma vez que as pesquisas se dividiram: por um lado há os estudos de gênero e, por outro, o das sexualidades dissidentes.

Vale contextualizar que entre 2000 e 2010, muitas redes surgiram de forma identitária e regional. Como exemplo, foram criadas a Rede de Educadores de Museus (REM)²⁷ e as Redes de Museus Comunitários²⁸. Além dessas, podemos citar também a Rede Indígena de Memória e Museologia Social²⁹ que, assim como a Rede LGBT, apresentavam-se como redes identitárias. Há ainda, as redes institucionais, como a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários³⁰ e a Rede dos Docentes e Cientistas do Campo da Museologia³¹.

Dez anos depois, a maioria das metas propostas pela Rede LGBT (figura 8) foram alcançadas. Foram dez anos de constantes transformações em sua composição, sendo um forte conteúdo geracional, bem como momentos de atividades mais intensas e outros de calma, algumas a serem analisadas a seguir.

4.2 AS QUATRO METAS DA CARTA DE FUNDAÇÃO DA REDE LGBT PARA O SETOR MUSEAL BRASILEIRO.

Voltemos à carta de fundação da Rede LGBT de Memória e Museologia Social (figura 8). Como resultado de seu primeiro encontro, os participantes elencaram quatro metas fundamentais direcionadas ao Ibram e os gestores de museus e equipamentos museais. Contudo, para uma melhor elucidação, transcreveremos as metas e em seguida, aprofundaremos cada uma delas:

1. Um programa específico dentro do IBRAM enfatizando as políticas públicas voltadas para as ações museológicas de gênero – políticas de estímulo – como editais/premiações;

²⁷ Durante esse período foram criadas Rede de Educadores de Museus – REM em quase todos os estados e o distrito federal, atualmente, existem doze REM ativas. As REM surgiram visando refletir e elaborar uma política pública para as ações museais nos museus brasileiros, bem como, estabelecer normas e diretrizes para os educadores museais. Graças aos seus esforços, foi criada uma Política Nacional de Educação Museal – PNEM (<https://pnem.museus.gov.br>).

²⁸ Diferente da REM que foram criadas em todos os Estados, as Redes dos Museus Comunitários foram criados por regiões. Em cada região do país, todas as pessoas que eram vinculadas a um museu comunitário integravam o conselho. Deste conselho regional, era formado um conselho nacional, responsável pelas políticas públicas para o setor. Com o passar dos anos surgiram outros formatos, como as Redes Estaduais dos Pontos de Memória.

²⁹ <https://www.facebook.com/redeindigenamemoria/>

³⁰ Esta rede está diretamente ligada aos museus universitários. Site: <http://rbcmu.com.br>

³¹ Esta rede está ligada aos docentes e pesquisadores da Museologia. Site <https://www.facebook.com/redemuseologia/>

2. Espaços, principalmente nos museus tradicionais, para a exploração de acervos já existentes nos museus brasileiros, propondo um trabalho voltado para a perspectiva de gênero;
3. Problematização no interior dos museus a partir da perspectiva LGBT, tendo em vista que, em sua maior parte, os museus trabalham a questão de gênero pelo ponto da heteronormatividade;
4. Que os pontos de memória, pontos de cultura, instituições culturais, museus comunitários, ecomuseus e museus tradicionais se articulem, ao menos uma semana ao ano, para divulgar e enfatizar o movimento LGBT e as questões de gênero nas instituições brasileiras.

A primeira meta refere-se diretamente à criação de políticas públicas para a comunidade de mulheres e pessoas LGBT. Entre o período democrático do nosso país (2009³² até 2016) o Instituto Brasileiro de Museus, como instituição, pouco fez por este tema. Mas em sua maioria, as servidoras e servidores sempre se dedicaram e estiveram a disposição para auxiliar e ouvir as nossas demandas. Quando possível éramos convidados para participar de debates, eventos e reuniões, visando estabelecer políticas públicas. Inclusive, a Rede LGBT de Memória e Museologia Social possuía acento no Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória³³. Desde a criação do Programa, somente uma iniciativa LGBT foi convidada, o Pontos de Memória Museu Cultura Periférica de Maceió³⁴, mas o mesmo não foi contemplado com nenhum recurso financeiro. Em síntese, pela experiência que tivemos nesse período, é possível dizer que nos editais lançados, as iniciativas LGBT+ foram todas ignoradas.

Vale destacar que o Departamento de Processos Museais e o Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus do Instituto Brasileiro de Museus, autarquia do Ministério do Turismo e suas equipes foram as mais receptivas as nossas demandas e pautas, mas não conseguiram ir além ao acolhimento. Os editais propostos pela instituição do Programa Ponto de Memória, por exemplo, sempre ignoraram as dissidências sexuais e de gênero e ainda hoje em seu *website*, consta:

³² Ano de criação do Instituto Brasileiro de Museus.

³³ O Conselho Gestor do Programa Pontos de Memória foi instituído em 2021 com a finalidade de promover “debates e proposição de ações, estratégias e diretrizes, com vistas ao fortalecimento de políticas públicas no campo da museologia social.” (PORTARIA IBRAM Nº 633, 31/08/2021).

³⁴ O Ponto de Memória Museu Cultura Periférica está localizado na comunidade do Jacintinho em Maceió, Alagoas.

O Programa Pontos de Memória tem como objetivo promover ações de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por coletivos culturais e entidades culturais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. As ações desenvolvidas, pautadas no fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias referentes à diversidade social, étnica e cultural do País, visam garantir que o direito à memória seja exercido de forma democrática por indígenas, quilombolas, povos de terreiro, mestres e grupos das culturas populares, urbanas, rurais, de fronteira, e/ou que requerem maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais. (PONTOS DE MEMÓRIA, 2022, p.01)

Em outras palavras, todos os grupos sociais possuem o direito à memória e ao reconhecimento aos seus direitos humanos, sociais e culturais, com exceção a mulheres e pessoas LGBTQ+, sumariamente excluídos da redação do texto. Em conversas para tentar entender as motivações da exclusão, sempre foi colocado que incluir pessoas LGBTQ+ obrigaria a instituição a estender a outros grupos, uma resposta um tanto quanto contrária ao discurso maior da inclusão. Para tal, a necessidade de criação de um programa específico dentro do Ibram voltada para ações que envolvam mulheres e pessoas LGBTQ+ estimularia a participação, bem como, sensibilizaria as instituições de memória a refletir sobre a presença destes corpos em seus espaços, uma vez, conforme vimos, a inclusão destes grupos nos museus ainda é mínima.

A segunda meta, sem dúvidas foi a mais satisfatória alcançada, tanto para a presença das mulheres como das pessoas LGBTQ+. É óbvio que não é o desejável, mas naquele período não existia e quando havia uma representação, era estereotipada, como já narrou Joana Flores em seu livro *Mulheres Negras e Museus de Salvador: Diálogos em Branco e Preto* lançado em 2017. No que tange às dissidências sexuais, se quer havia a representação.

De forma coletiva os integrantes da rede passaram a mapear iniciativas e museus convencionais (tradicionais) que possuíam acervos que poderiam ser explorados. No entanto, a maioria dos espaços optaram por negar tais informações. Ouviu-se que “não era o momento”. “meu museu não irá falar disso”, “esse tema é polêmico”, “posso ter problemas”, entre outras expressões. Em contrapartida, os museus comunitários, sempre acessíveis, foram os primeiros a abrirem-se para refletir sobre a temática da sexualidade em seus acervos.

Muitas destas ausências foram denunciadas nas páginas da Revista Memórias LGBTQ+. Todavia, de forma lenta, passaram a se manifestar através de ações, como o Museu

da República e o Museu Histórico Nacional, ambos espaços que Clóvis Bornay trabalhou, mas a sua sexualidade era colocada em segundo plano nas instituições. Há ainda, a sexualidade escondida de Burle Marx em um museu dedicado à sua memória, ou à memória de Madame Satã, soterrada na Lapa ou no Ecomuseu da Ilha Grande³⁵.

Em 2014, no Trabalho de Conclusão de Curso por nós defendido, foram identificados cinco museus que propuseram ações com seu acervo, sendo dois voltados para a comunidade LGBT, como o Museu da Diversidade (São Paulo, SP) e o Museu da Sexualidade³⁶ (Salvador, BA), sendo que os demais foram o Museu Murilo La Greca (Recife, PE), Museu do Círio (Belém, PA) e Memorial Minas Vale (Belo Horizonte, MG) (BOITA, 2014). Já em 2020 foram identificados quarenta museus e iniciativas comunitárias em memória e museologia LGBT desenvolvendo ações voltadas para o debate das sexualidades dissidentes (BOITA, 2020). Deste modo, percebe-se que as ações da rede passaram a sensibilizar alguns gestores e ocupar os espaços museais e com isso, impulsionando que outros museus passem a desenvolver atividades voltadas para a comunidade LGBT brasileira.

A terceira meta que se referia a problematização da heteronormatividade nos museus. Para Adrienne Rich a heteronormatividade é uma instituição que privilegia os homens heterossexuais e oprime as mulheres, inclusive as lésbicas (RICH, 2012). Como exemplo desse poder do masculino que é exercido e mantido (RICH, 2012) sob as mulheres, a autora aponta que a negação da “[...] sexualidade das mulheres [...] de imagens pseudolésbicas na mídia e na literatura; do fechamento de arquivos e da destruição de documentos relacionados com a existência lésbica”. (RICH, 2012, p.22-23). Além da obrigação a serviço da sexualidade masculina a servir sexualmente ao prazer masculino, bem como, a “idealização do romance heterossexual na arte, na literatura, na mídia, na propaganda etc.” (RICH, 2012, p.23). Portanto,

Ao retirá-las de amplas áreas de conhecimento e de realizações culturais da sociedade– [por meio da não educação das mulheres; do “Grande Silêncio” quanto às mulheres e, particularmente, da existência de lésbicas na história e cultura; do monitoramento por sexo como um fator para desviá-las da esfera das ciências, da tecnologia e de outras profissões “masculinas”; dos laços sociais e profissionais masculinos que excluem as mulheres; da discriminação das mulheres nas profissões]. (RICH, 2012, p.25).

³⁵ Hoje museu, no passado foi uma cadeia onde Madama Satã ficou preso.

³⁶ Há divergências se este espaço era um museu. Mas entendemos que negar este título a ele reforçar a homolesbotransfobia institucional, uma vez, que outros espaços não museais são considerados museus.

Nota-se que é nessa exclusão promovida pelo poder masculino e ainda perpetuada nos museus que a Rede LGBT também atua. Ao problematizar a heteronormatividade e a masculinidade compulsória, apresentamos aos espaços de memória, que não basta uma exposição abordando exclusivamente a homossexualidade masculina, mas refletindo sobre a presença da lesbianidade e a transexualidade nestes espaços de memória, do contrário, estamos privilegiando ainda a masculinidade não normativa, e não é esse o objetivo. Um dos principais focos da Rede LGBT é a equidade de gênero, raça/etnia, orientação sexual e classe. Privilegiar um único agrupamento é perpetuar a normatividade colonial promovida nos museus, ou seja, “o protagonismo hegemônico do homem branco e conquistador, representação fiel na maioria dos museus e do patrimônio cultural.” (BOITA, 2014, p.22).

Desde sua fundação a Rede LGBT explorou esse diálogo com outros coletivos, em especial o de lésbicas e feministas. Como exemplo, em 2015 foi realizada em Recife a 2ª edição do Seminário Brasileiro de Museologia o diálogo entre os participantes dos grupos de trabalho (GT) “Museologia e Gênero”, coordenador por Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira e Elaine Müller e “Museologia, Identidade De Gênero E Orientação Sexual” coordenado por Jean Baptista e Mathias Monteiro Ferreira, somando dez experiências que problematizaram a presença da não-normatividade nestes espaços. Nas edições anteriores, não foi diferente, na 3ª edição, em 2017 em Belém do Pará, a edição do Sebramus contou com o GT “Museologia, Museus e Gênero”, coordenado por Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira, Camila Wichers e Jean Baptista. Na 4ª edição ocorrida em Brasília, o GT passou a chamar-se “Museus, gênero e sexualidade” e foi coordenado por Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira, Jean Baptista e Mariana Sombrio. Em sua maioria, foram propostas reflexões que abordassem a ausência do debate de gênero nestes espaços de memória a partir da experiência dos autores nas instituições que trabalharam ou estagiaram.

Outra valiosa ação realizada foi o II Seminário Brasileiro Museus, Memória e Museologia LGBT + Feminismo. Na ocasião a Rede LGBT de Memória e Museologia Social, em parceria com o Grupo de Trabalho Corpo, Gênero e Sexualidade e a Revista Memória LGBT realizar o evento, cujos registros foram materializados nas páginas da RMLGBT. Todos os conteúdos refletiram sobre o debate de gênero e sexualidade nos espaços museais.

Recentemente, o texto “Museologia Comunitária LGBT+: Museu Transgênero de História da Arte e Ponto de Memória Aquenda as Indacas no ensino de Museologia”

abordam o avanço dos museus comunitários ao problematizar os temas propostos pela Rede LGBT:

No Brasil, a Rede LGBT+ de Memória e Museologia Social, fundada em 2012, e a Revista Memória LGBT+, a musealizar em revista desde 2013 em virtude da ausência de oportunidades para a questão LGBT+ periférica em instituições museológicas, são pilares fundadores de uma virada onde o protagonismo Queer interseccional se posiciona. Bom exemplo disso foi visto na união do Museu de Favela (MUF-RJ) com a Revista Memória LGBT em 2015, ocasião em que pela primeira vez se viu no Brasil um museu comunitário a abrigar um projeto diretamente interessado na memória das pessoas LGBT+ de sua comunidade. De lá para cá, muito se avançou, tendo surgido no Brasil diversas instituições onde memória, história e patrimônio LGBT+ passaram a ser preservados mediante o protagonismo de comunidades LGBT+. Este é o caso do Museu Transgênero de História da Arte (MUTHA) e o Ponto de Memória Aquenda as Indacas. Em conjunto, essas iniciativas são exemplos de anseios comunitários fora da matriz cis, branca e heterossexual que regem os museus ao envolver camadas periféricas da comunidade LGBT+. (BOITA, BAPTISTA, HABIB, SABARÁ, 2022, p. 18-19)

No entanto, é visível que neste tópico a Rede provocou, estimulou e sensibilizou os profissionais que atuam nesses espaços através de uma série de publicações. Não foram medidos esforços para capacitar a juventude e a nova geração que ao acessar estes espaços conservadores de memória irão transformá-las e refletir sobre a presença dos gêneros e orientações sexuais de forma equitativa. Mas, as ações da Rede ainda são pontuais e torna-se necessário que os museus potencializem em seus espaços ações e recomendações voltados para as sexualidades não normativas, saindo de uma ação pontual para uma política institucional.

A quarta meta proposta, ainda não foi realizada. Apesar de inúmeros documentos encaminhados ao IBRAM solicitado que a realização da Primavera de Museus³⁷ (PM) tivesse uma abordagem voltada para o debate sobre o movimento LGBT+, o pleito não foi atendido. Nas figuras 8 e 9 é possível ver alguns dos documentos encaminhados a instituição. Cabe ressaltar que dentre as ações empreendidas pelo Instituto em 2011, foi realizada uma Primavera de Museus sob o tema “Mulheres, Museus e Memória”. Em 2020 foi promovido pelo Ibram sob definição do Conselho Internacional de Museus³⁸ o tema “Museus para Igualdade: Diversidade e Inclusão”. É curioso notar que enquanto a maioria dos museus do

³⁷ Evento anual promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus visando unificar ações no setor museal durante uma semana. A atividade ocorre sempre na semana da primavera.

³⁸ Órgão internacional que orienta ações globais para os museus e patrimônio.

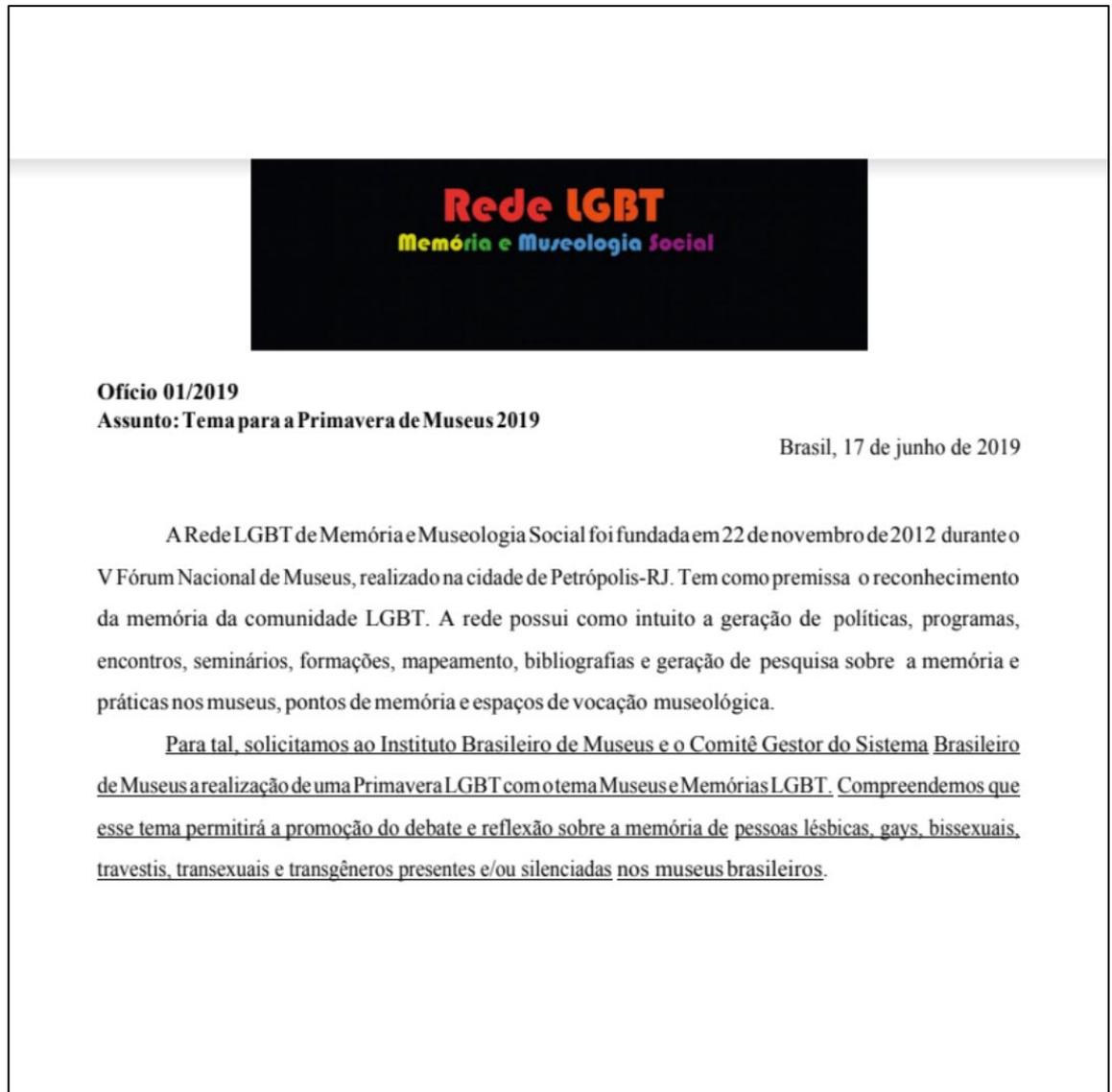
mudo celebraram o debate *Queer* e a acessibilidade, os museus brasileiros restringiram-se a acessibilidade e diversidade cultural, ignorando completamente a provocação e utilizando a palavra diversidade para nos esconder.

FIGURA 8: Carta da Rede LGBT ao Ibram



Fonte: Rede LGBT de Memória e Museologia Social

FIGURA 9: Carta da Rede LGBT ao Ibram



Fonte: Rede LGBT de Memória e Museologia Social

Ao contrário do solicitado, o Ibram não acolheu a proposta de realização de uma Primavera nos museus com o tema LGBT. Contudo, uma parcela dos museus federais já dedica algumas horas e outros até um dia para refletir sobre o tema. Normalmente, ocorrem entre maio ou junho e se orientam por calendários internacionais como o Dia Internacional de Luta contra a Homofobia e Transfobia (17 de maio) e o Dia do Orgulho LGBT (28 de junho) que se rememora a Rebelião de Stonewall. Ressaltamos que mesmo o dia 18 de maio sendo o Dia Internacional de Museus, há ainda uma invisibilidade destes espaços de memória, ou seja, as instituições de memória, ainda selecionam o que querem celebrar, mesmo sendo evidente a invisibilização.

É evidente que nos últimos dez anos muitas ações foram realizadas. Conforme cartografia realizada durante nossa dissertação, foram identificados dezenas de museus e iniciativas sociomuseológicas que promoveram no mínimo duas exposições ou eventos na última década, o que, sem dúvidas, é um avanço considerável (BOITA,2020). Fato é que as maiorias das ações foram realizadas após diálogo direto com as pessoas que participam da Rede LGBT de Memória e Museologia Social.

Além disso, a Rede promoveu um intenso debate no campo da produção de conhecimento, em especial ao fomentar a pesquisa sobre Museologia LGBT. A realização de eventos, tal qual o Seminário Museus Memória e Museologia LGBT, bem como a alimentação constante da RMLGBT, são seus principais motes de ação, mas não apenas: a realização de dossiês em revistas especializadas no campo da Museologia, como ocorreu com o Cadernos de Sociomuseologia³⁹, importante periódico do campo lotado na Universidade Lusófona da Humanidades e Tecnologias, em Lisboa, e na revista Museologia e Interdisciplinaridade⁴⁰, periódico da Universidade de Brasília (UNB), marcaram, respectivamente, o pioneirismo em solo português e brasileiro de reunir pesquisas diversas sobre corpo, gênero e sexualidade nos museus e na Museologia. Além disso, a Rede fomentou a realização de diversos Simpósios Temáticos no Seminário Brasileiro de Museologia (Sebramus), o maior evento acadêmico do campo no Brasil, reunindo, mais uma vez, comunicações, artigos e pôsteres sobre a temática. Como se percebe, se no ato de sua fundação a ausência sobre a temática LGBT na Museologia era um fato, as ações da Rede demonstram que já não mais o são.

Portanto, após dez anos desde sua fundação, muitas conquistas foram alcançadas pela Rede, inclusive ultrapassando as idealizações propostas em sua fundação. Vale lembrar que diferente das centenas de redes surgidas no início da década passada, a Rede LGBT foi uma das poucas sobreviventes.

4.3. NASCE A REVISTA MEMÓRIAS LGBT+

Lembro que eu morava em Pelotas, no Rio Grande do Sul. Já havia passado uns anos desde a criação da Rede LGBT e eu estava muito incomodado. Nos meses anteriores a tentativa de criar um periódico colaborativo produzido pelas pessoas que compunham a rede tinha sido frustrada. Pendia mensalmente que o pessoal enviasse material, mas poucos faziam.

³⁹ Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/774>

⁴⁰ Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/issue/view/2214>

Eu estava sozinho, produzido o material. Fazia as entrevistas, elaborava a pauta, diagramava. O Jean revisava e enviávamos para aprovação do coletivo que sempre apontava erros, sugestões, críticas e pouco auxiliavam. Era desmotivante. Então pensei em criar algo que ultrapassasse os limites da Rede, mas com o seu apoio. A Revista Memória LGBT seria isso, eu teria autonomia e a Rede teria um espaço. Com o passar do tempo a colaboração tornou-se ainda menor e o espaço, tornou-se algumas notas pontuais. (BOITA, 2014a)

Como já apontado, a RMLGBT é uma mídia colaborativa voltada à comunidade LGBT latino-americana. Desde sua fundação todas as edições publicadas foram produzidas para o formato digital. No entanto, em 2015 foram produzidas três edições em formato impresso, em parceria com o Museu de Favela, no Rio de Janeiro.

Criada em 20 de novembro de 2013 de modo focal ao debate interseccional, a RMLGBT escolhia esta data de modo proposital, uma vez que nessa se celebra o dia nacional de Zumbi e da consciência negra⁴¹, já que alguns pesquisadores, como Mott (2022) e Silva (2003) apontam a provável homossexualidade do líder negro. Sabemos que tanto os corpos negros e as sexualidades não normativas não estão presentes na memória, história e nos museus brasileiros, fenômeno a ser superado, sendo esta premissa uma de suas principais motivações.

Os antecedentes da RMLGBT são inspirados em célebres periódicos brasileiros da imprensa homossexual e lésbica dos anos 60, 70 e 80 a exemplo dos citados no capítulo anterior, como podemos ver na figura 10. No entanto, diferente de suas antecessoras, essa não está focada no cotidiano, mas, sim, na memória e na cultura de pessoas LGBT interseccionadas, além de, refletir sobre o papel político da importância dos museus e patrimônios que visibilizem estas pessoas. Como exemplo, podemos aferir nas páginas da RMLGBT importantes conteúdos que rememoram a importância destas revistas e boletins, apresentados no capítulo anterior para a comunidade LGBT atual.

⁴¹ Conforme Lei 12.519 de 2011 sancionada pela presidenta Dilma Rousseff.

FIGURA 10: Matéria da *Revista Memórias LGBT*

Das luzes do Lampião da esquina – Nossas memórias e histórias

Prof. Ms. Almerindo Cardoso Simões Junior[1]

O período do fim da ditadura no Brasil marca uma época muito particular de nossa história. Além da abertura política, apresenta-se a possibilidade de novos discursos, em especial de grupos considerados minoritários ou marginais. Buscando maior visibilidade, vários destes grupos vieram na mídia um meio de propagar suas ideias e



apresentar novas posturas identitárias, diferentes daquelas forjadas pela ideologia dominante de então. A efervescência política e social da época propiciava o momento exato para o (re)surgimento de sentidos e vozes considerados esquecidos, discursos escondidos que clamavam por emergir. Vários periódicos aparecem nesse período como forma de resistência ao regime militar e como instrumento capaz de conferir visibilidade às chamadas minorias. Vinculado à esquerda, este tipo de jornal, muitas vezes de tiragem irregular e produção quase artesanal, inseria em seu discurso as vozes de grupos tidos como minoritários ou marginais. A partir dos anos 60, em especial, surgem os jornais voltados para a comunidade homossexual, particularmente a masculina.

Em fins de 1977, um grupo de jornalistas, intelectuais e artistas se reúne na casa do pintor Darcy Penteado em São Paulo. O ponto embrionário desse encontro teria sido a entrevista que João Antônio Mascarenhas, na época colonista do Pasquim, havia feito com Winston Leyland, editor do Gay Sunshine, publicação americana dirigida a homossexuais. Não só Mascarenhas como outros jornalistas ficam tão empolgados que decidem lançar uma publicação que relacionasse o homossexual e seu contexto social, que discutisse os mais diversos temas e fosse vendido nas bancas de todo o país. Surge assim O lampião da esquina, primeiro jornal homossexual de circulação nacional.

O jornal foi um dos maiores ícones do movimento homossexual do fim da ditadura no Brasil. Vendido

nas bancas de 1978 a 1981, suas 37 edições deram vez e voz a inúmeras pessoas que escreviam mensalmente a seus editores. Refletir sobre suas cartas é contemplar não só um movimento de resistência contra a ditadura militar, mas também o processo de afirmação homossexual, acompanhando as múltiplas construções identitárias pelas quais este grupo passou neste período, cujas consequências nos afetam ainda hoje. O reconhecimento do jornal enquanto lugar de memória e construtor de identidades LGBT legitimou o lampião da esquina na qualidade de produtor de um discurso que deveria ser analisado como representativo do homossexual brasileiro no período de transição entre as décadas de 70 e 80 do século XX.

Assumir e orgulhar-se de sua homossexualidade, sair dos guetos, transitar como qualquer outro cidadão, ter livre arbítrio para escolher lugares de lazer e, acima de tudo, exprimir sua sexualidade são temas constantes em Lampião. A análise das cartas dos leitores, constituintes da seção cartas na mesa, evidencia três momentos bem nítidos na trajetória do jornal: 1978 apresenta um discurso positivo de afirmação de identidades. Em 1979, o orgulho de ser homossexual é associado ao ideal de ser este também um cidadão político. As cartas do ano de 1980 privilegiam discursos ligados a



movimentos de conscientização homossexual e ao surgimento dos primeiros grupos organizados. O último número de Lampião sai em julho de 1981. Divergências ideológicas entre seus editores, além de aumento dos custos de produção, queda nas vendas e as próprias mudanças políticas do Brasil fazem com que o jornal pare de circular, deixando um espaço até hoje não preenchido por nenhuma outra publicação veiculada para o público LGBT.

[1] Graduado em Letras Português/Inglês. Pós-Graduado em Linguística Textual (UFRJ) e Gênero e Sexualidade (UERJ). Mestre em Memória Social (UNIRIO). É professor da SEEDUC-RJ e do IPETEC/UCP. É autor de "... E havia um lampião na esquina" - Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura (1978-1980), publicado pela Multifoco, além de artigos publicados em periódicos e livros.

Contato: acsimoesjr@yahoo.com.br

Fonte: Revista Memórias LGBT.

A RMLGBT surgiu a partir do Boletim da Rede LGBT de Memória e Museologia Social⁴², que contou com duas edições produzidas com colaboração editorial de todos os membros da rede. A primeira edição do Boletim, lançada em agosto de 2013, tinha cinco páginas, a capa, uma página dedicada a apresentação da Rede e três páginas dedicadas a I Semana do Babado, uma série de atividades e exposições realizadas sobre a população LGBT no Museu das Bandeiras⁴³.

Já o segundo exemplar, lançado em setembro de 2013, na primavera, contou com participações de diversos estados brasileiros e teve como conceito artístico a primavera e suas cores ilustraram as seções, a saber: Editorial (vermelho), Coletivos (laranja), Acontecerá (azul), Entrevista (amarelo), Aconteceu (lilás) e Pesquisa (verde). Ao todo, escreveram nove pessoas, sete delas, integrantes da Rede. Chamamos a atenção para a entrevista de Luiz Mott⁴⁴, que falou sobre a relação entre a Museologia e a Homofobia. No entanto, poucos de fato colaboraram e os que estavam desenvolvendo o projeto desejavam

⁴² A Rede LGBT de Memória e Museologia Social foi criada em 22 de novembro de 2012 durante o 5º Fórum Nacional de Museus, realizado em Petrópolis.

⁴³ Equipamento museal vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus. Localizado na Cidade de Goiás, Goiás.

⁴⁴ Fundador do Grupo Gay da Bahia e responsável pelo primeiro museu de sexualidade do Brasil.

um periódico mais robusto. Deste anseio nasceu a *Revista Memórias LGBT* que abriga Boletim até hoje.

Conforme veremos a seguir, as capas de ambas as edições do Boletim eram simples e foram produzidas através do *powerpoint*. A ideia inicial era somente informar as pessoas que compunham a Rede e sensibilizar novos integrantes. Não havia um compromisso estético ou uma linguagem editorial, bem como, uma padronização. Enquanto a primeira edição era mais limpa, a segunda continha todas as chamadas das matérias que iriam compor o periódico, respectivamente figura 11 e 12.

FIGURA 11: Capa da 1ª Edição do Boletim da Rede LGBT de Memória e Museologia Social



Fonte: Boletim da Rede LGBT de Memória e Museologia Social.

FIGURA 12: Capa da 2ª Edição do Boletim da Rede LGBT de Memória e Museologia Social



Fonte: Boletim da Rede LGBT de Memória e Museologia Social.

Ressaltamos que o nome da RMLGBT não em sido estanque ao longo de sua trajetória. De fato, a Revista já alterou algumas vezes sua nomenclatura visando atender demandas das identidades próprias de sexualidades não normativas, a cada ano a se reinventar. Inicialmente seu nome abrigava exclusivamente a sigla de pessoas LGBT, atendendo o modo como o campo de Políticas Públicas brasileira designa a população dissidente da matriz heterossexual. Mas, a partir da edição XI, seu nome foi alterado, conforme a pauta principal, ou seja, a cada edição seu nome alteraria em uma tentativa de demonstrar uma fluidez e um respeito as múltiplas sexualidades e identidades de gênero. Para além disso, incluiu-se o símbolo + (mais) para somar as pautas debatidas na edição, por exemplo LGBT + Feminismo, foi o tema da 12ª edição.

Seus endereços virtuais e *websites* também foram alterados, mas por motivos de força maior. O primeiro endereço foi www.memorialgbt.com, hospedado no *Uol Host*, mas foi hackeado. Posteriormente, mudamos para a plataforma *Wix*, mas nosso endereço teve que ser alterado para www.memorialgbt.org. Posteriormente, adquirimos um novo domínio, mais econômico que o anterior, www.memoriaslgbt.com utilizado a plataforma *Wordpress*.

Atualmente, este último vem sendo utilizado. Cabe ressaltar, que as revistas em formato PDF ficam disponíveis na plataforma *Calameo*⁴⁵, desde 2013.

Ainda no mundo digital, a RMLGBT também distribui seu material nas redes sociais. Através de recortes das publicações, divulga seu conteúdo no *Facebook*⁴⁶ e *Instagram*⁴⁷. Também realiza publicações esporádicas, uma vez, que não possui equipe para administrar suas redes sociais.

A RMLGBT ao longo de sua trajetória já possuiu duas logomarcas. A primeira, que vigorou até a edição X, com cores vermelhas e pretas de Exú, de modo a abrir os caminhos às memórias de lésbicas, gays, travestis, transexuais, bissexuais e outras sexualidades não normativas. A partir da XI edição foram incluídas as sete cores do arco-íris com triângulos invertidos, acompanhando o novo nome, então de *Revista Memória LGBT* para *Revista Memórias LGBT*. (inserir as marcas a seguir, para que o seu leitor possa visualizar)

As duas primeiras edições foram produzidas por Tony Boita. Da terceira até os dias atuais, as edições são produzidas por uma editora de arte, Aline Inforsato, que assina a produção e a edição das revistas. A mesma, única remunerada da equipe, também colabora na construção do periódico, escolhendo cores, imagens e dando destaque para os conteúdos. Ela é uma mulher lésbica, paulista, publicitária e ativista.

Em sua primeira edição A *Revista Memórias LGBT* homenageou Madame Satã. A capa apresenta um excesso de informações e opta pelas cores branco, preto e vermelho, tendo ao centro duas imagens de Madame Satã, conforme podemos observar na figura 13 que se segue:

⁴⁵Disponível em: <https://pt.calameo.com/accounts/1105595>

⁴⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/revistamemorialgbt>

⁴⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/memoriaslgbt/>

FIGURA 13 Capa da 1ª Edição da Revista Memórias LGBT



Fonte: Revista Memórias LGBT.

Com este exemplar, que foi o primeiro, iniciou-se o debate referente às pessoas afro-LGBT. Entre as contribuições, abordou-se; 1) mulheres negras e lésbicas nos museus; 2) História da África e o pensamento LGBT; 3) Entrevista com Madame Satã, originalmente publicada em 1971 pelo *Pasquim*; 4) Mapeamento dos núcleos de estudo, pesquisa e

extensão LGBT no Brasil; 5) Boletim da Rede LGBT de Memória e Museologia Social; 6) outras questões, como o calendário nacional das paradas LGBT. Portanto, a RMLGBT iniciou seu ciclo de debates abordando a resistência da memória da comunidade LGBT afro-brasileira e tomando-a como inspiração para a superação da LGBTfobia sem perder de vista o racismo.

A segunda edição teve como pauta a visibilidade trans e travesti. Diferente da edição anterior, esta foi acompanhada de sorteio via redes sociais de DVD e CD de Renata Peron, artista trans paulista, que foi uma das entrevistadas. Também se realizou uma videoconferência com doze participantes. A edição foi lançada 20 de janeiro de 2014 em comemoração do dia da visibilidade travesti e trans (29 de janeiro).

Com o tema #nossasmusas, buscamos realizar uma analogia entre as musas do Olimpo, narrativa mitológica comumente considerada a origem dos museus, e as musas transexuais e travestis através da primeira experiência de uma exposição virtual em revista. A exposição em revista dedicou-se a diversas personalidades da comunidade trans, Renata Peron, artista e cantora de música popular brasileira, MC Xuxu cantora e compositora de funk, Marcela Ohio, primeira brasileira a receber o título de Miss Internacional Queen (2013) - o mais alto título de beleza desta comunidade - e Giuseppe Campuzano, idealizador do Museu Travesti no Peru, que faleceu às vésperas do fechamento da edição enquanto tentávamos realizar uma entrevista com ele.

Além disso, este volume recebeu a primeira contribuição internacional, vinda de um colaborador do Chile, Rodrigo Azócar, com o trabalho “Algumas notas etnográficas sobre o mercado e visibilização gay em Valparaíso Chile”, onde se apresentou a denúncia a violação de direitos humanos a travestis e transexuais. A edição contou também com artigos provindos de profissionais de museus ou atuantes em espaços de memória LGBT, como o desenvolvido por Beth Fernandes com a casa de proteção e acolhimento a comunidade travesti e transexual, fundada em Goiânia, artigos sobre a presença de Transmulheres negras e Homens transexuais de Anna Luiza Souza e uma cartografia das torcidas LGBT brasileiras. Além disso, a edição inclui o Boletim da Rede LGBT de Memória e Museologia Social, dicas de literatura, websérie, cinema e arte. Conforme podemos observar na figura 14 que se segue:

FIGURA 14: Capa da 2ª Edição da Revista Memórias LGBT



Fonte: Revista Memórias LGBT.

A RMLGBT em sua terceira edição teve como pauta a existência de um patrimônio cultural LGBT, como podemos perceber na figura 15. Deste modo, buscamos afirmar a premissa da RMLGBT em cartografar iniciativas indicadores de memória comunitários e suas potencialidades patrimoniais e museológicas. Sua capa trazia faixas amarelas que lembravam a proibição do acesso e uma foto com uma pessoa amordaçada. Com menos chamadas que as edições anteriores, o periódico parecia caminhar para uma padronização editorial. Foi lançada em 20 de abril de 2014 e tinha como objetivo averiguar a ausência e o desinteresse da maioria das instituições de memória em abordar esta temática em virtude de seus discursos heteronormativos. Como assuntos que contribuíram neste debate, publicou-se os problemas que ocorrem a pessoas LGBT na ausência da garantia do acesso aos direitos culturais, além de discutir sobre o patrimônio imaterial LGBT; também refletimos sobre o

tombamento dos espaços de sociabilidade LGBT e o Turismo LGBT. É possível perceber que nesta edição o principal objetivo era evidenciar a hipótese assertiva que a comunidade LGBT até então somente tinha o direito de não ter direitos patrimoniais (BOITA, 2014).

FIGURA 15: Capa da 3ª Edição da Revista Memórias LGBT



Fonte: Revista Memórias LGBT.

Na quarta edição, o tema debatido foi a superação da LGBTfobia nos museus e espaços de memória. Chamamos a atenção para a capa desta edição que passou a ser mais profissional. Para sua produção foi contratado um fotógrafo que registrou o edifício que seria a sede do Museu da Diversidade em 2014, um antigo casarão na Avenida Paulista e assim como a edição anterior, a padronização permaneceu. Nesta edição a RMLGBT convidou pessoas LGBT que trabalham em museus e outros espaços de memória a refletirem sobre a homofobia museal. Nos conteúdos da edição, podemos concluir a existência da

violência institucional a pessoas LGBT nos museus e espaços de vocação museológica, criados, muitas vezes, em contextos fóbicos a diversidade de gênero e sexual. Os principais assuntos pautados foram os diálogos entre a repressão, ditadura e homossexualidade, bem como, reflexões sobre as fobias impregnadas em nossa sociedade, o racismo, a homofobia e machismo, além da história da homofobia e dos direitos humanos e os resultados negativos da reprodução na imprensa da LGBTfobia. Também foram apresentadas exposições LGBT em museus brasileiros e a importância do cinema à memória LGBT. Para tal, fica evidente nesta edição que o preconceito a sexualidades não normativas ainda persiste nos museus e espaços de memória. Conforme podemos observar na figura 16 que se segue:

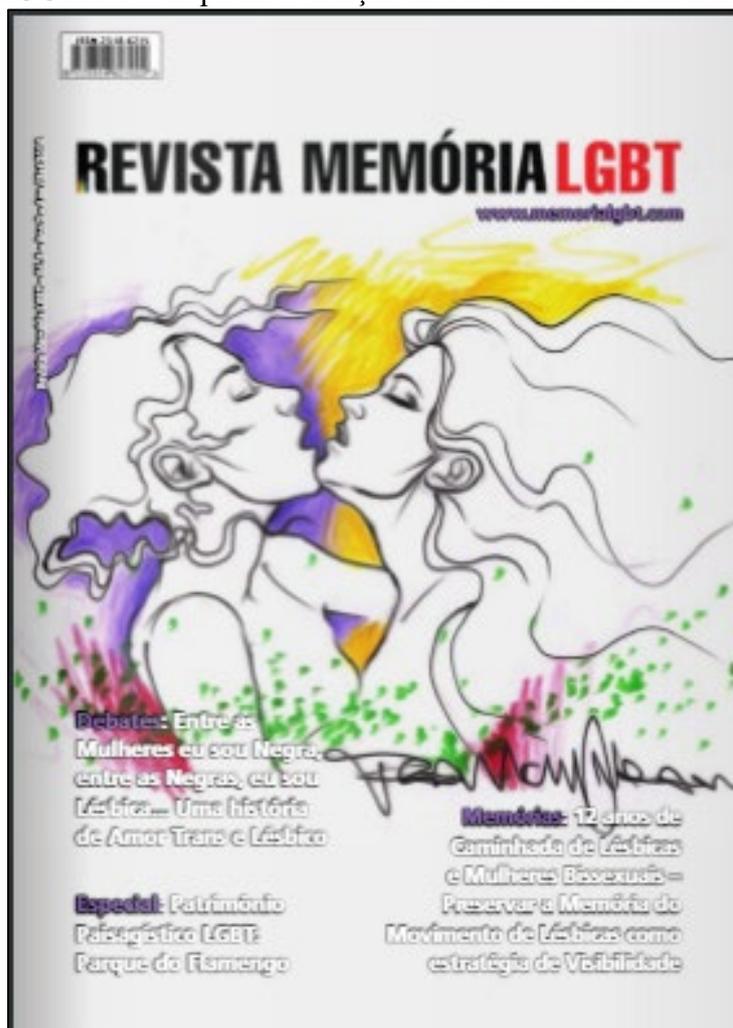
FIGURA 16: Capa da 4ª Edição da Revista Memórias LGBT



Fonte: Revista Memórias LGBT.

A quinta edição teve como tema as memórias lésbicas. Foi lançada em 20 de agosto de 2014 em alusão ao dia 29 de agosto, quando se comemora a visibilidade lésbica. Sua capa trazia o beijo de um casal de mulheres. A figura 17, apresenta uma ilustração que foi doada para a Revista e posteriormente diagramada para a capa. Nesta edição foram tratadas as protagonistas lésbicas esquecidas do debate patrimonial brasileiro, como é o caso de Lota de Macedo Soares, idealizadora do Parque do Flamengo, patrimônio paisagístico carioca. Com este tema, a RMLGBT privilegiou o seu principal público, mulheres lésbicas. Os principais assuntos pautados foram a história da caminhada de lésbicas e bissexuais e reflexões sobre as relações entre transexuais e lésbicas. Além disso, exposições, críticas de cinema, literatura e teatro também fizeram parte da edição. Em conjunto, essa edição visibilizou a presença das pessoas lésbicas nos espaços de memória, mesmo que ainda, ignorados pelos espaços museais.

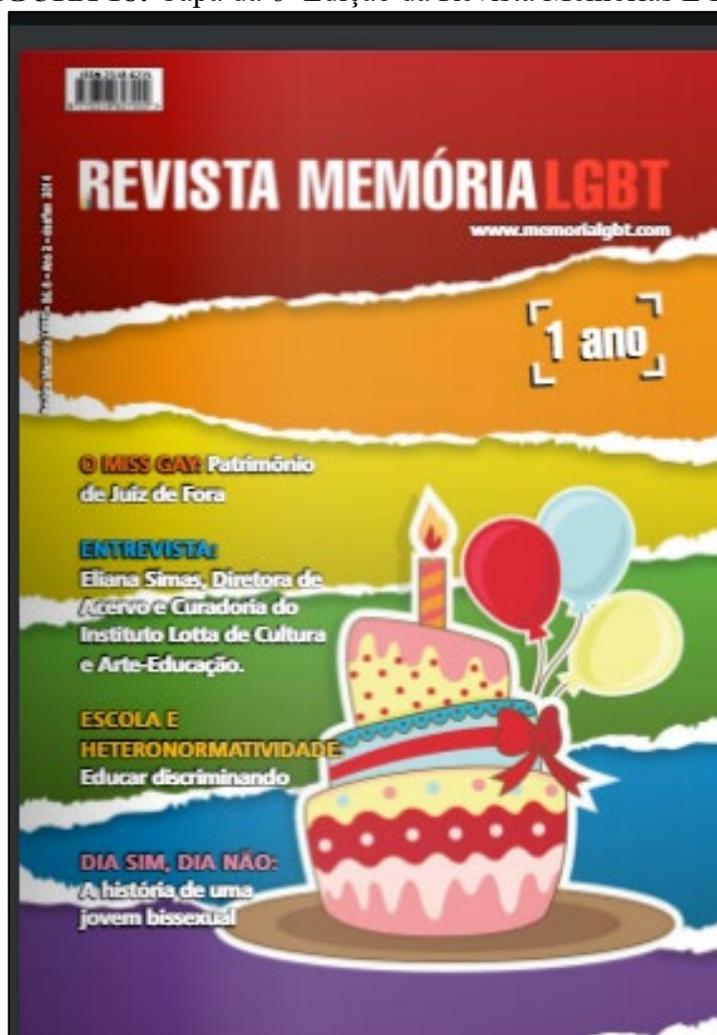
FIGURA 17: Capa da 4ª Edição da Revista Memórias LGBT



Fonte: Revista Memórias LGBT.

A sexta edição foi comemorativa ao primeiro ano da RMLGBT. A capa trouxe um bolo de aniversário acompanhado das cores do arco-íris onde se destacavam as chamadas principais. Foram apresentados o Miss Brasil Gay, primeiro patrimônio brasileiro registrado no município de Juiz de Fora, debateu-se o direito à diferença na sociedade brasileira, registrou-se a violência rotineira a uma adolescente lésbica por meio de um potente relato e se refletiu sobre o papel da educação para uma sociedade solidária e menos fóbica. Para tal, este periódico foi a menor quantidade de matérias, mas ambas muito relevantes. Além disso, publicaram-se artigos acadêmicos de pesquisas desenvolvidas em graduações e programas de pós-graduação do país. Conforme podemos observar na figura 18 que se segue:

FIGURA 18: Capa da 6ª Edição da Revista Memórias LGBT



Fonte: Revista Memórias LGBT.

Em 2015 a RMLGBT desenvolveu o projeto contemplado no II Programa de Fomento à Cultura Carioca Memória LGBT no Museu de Favela Pavão, Pavãozinho e Cantagalo

(MUF). Com este recurso, foi possível produzir e imprimir três edições da RMLGBT, a VII, VIII e IX, além de ações específicas que relacionaram a memória LGBT aos 450 anos do Rio de Janeiro. O objetivo dessas edições era visibilizar a memória de pessoas LGBT moradoras de favela, bem como o patrimônio local. Para cada edição, foram impressos dois mil exemplares, distribuídos gratuitamente na comunidade e em diversos locais do Brasil.

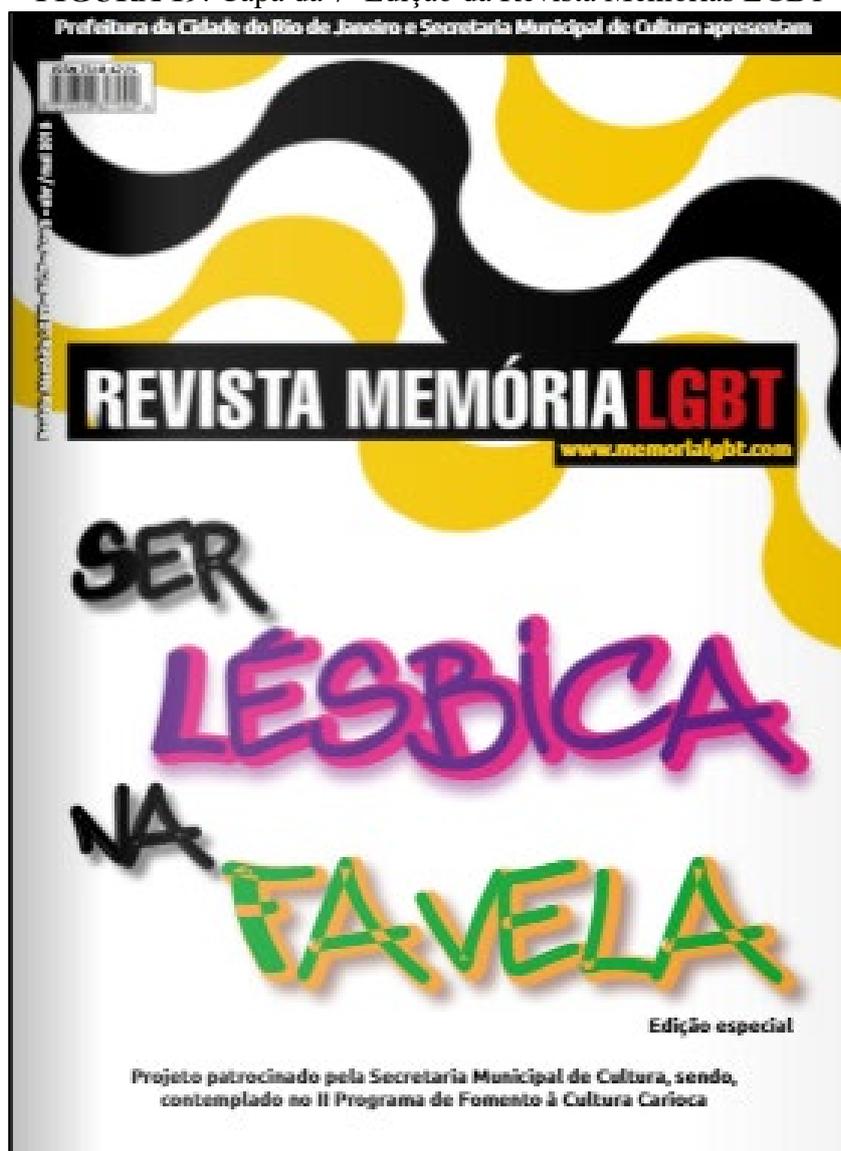
Para a produção destas três edições tornou-se necessário repensar a identidade visual do periódico. Optamos por ondulações visando aproximar as curvas dos becos da favela com o calçamento de Ipanema e Copacabana. Um fato relevante é que essas capas acompanharam o amadurecimento do projeto. Inicialmente, a primeira capa, não tinha nenhuma imagem, somente dizeres “Ser Lésbica na Favela”, esta foi a solução encontrada, uma vez, que parte da equipe estava receosa em ter seu rosto estampado na primeira edição. A segunda, passou a ter meio rosto de um dos membros que compunha o projeto, após termos certeza que não havia perigo para a execução da proposta. Já a terceira capa foi de rosto e corpo de Yonne Kar, a primeira vez em que estampamos uma capa com este padrão.

Ressaltamos que a partir dessas experiências, também se tornou mais evidente a metodologia, convencionada como exposição em revista. Apesar de utilizarmos essa proposta em todas as edições, nestas três vinculadas ao Museu de Favela a ideia de exposição em revista deixou o papel secundário e tornou-se o principal modo de fazer da Revista.

Esta prática se desdobrou em diversos estudos, tal qual a presente tese, onde foi possível definir melhor o conceito de *exposição em revista* e *musealização em revista*. Neste conceito se tornou possível perceber a aproximação entre Comunicação Comunitária e Sociomuseologia. Consiste basicamente em utilizar métodos expográficos em periódicos digitais ou impressos, visando expor, fotos, documentos e um discurso curatorial a partir de um tema (BOITA, 2014; BOITA, DUARTE, 2020). Ocupa-se, assim, a Revista como a um museu, e vice-versa, o museu enquanto revista.

A sétima edição teve como tema, “Ser lésbica na favela”, lançada em abril de 2015 de forma impressa e digital, conforme figura 19. Ela foi produzida na comunidade do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo no Rio de Janeiro - PPG. As pautas abordadas foram as experiências de Museologia Comunitária LGBT realizadas ao longo do projeto, narrativas sobre as memórias das lésbicas da comunidade transformadas em exposição, além de denúncias sobre a lesbofobia na sociedade e se narrou as memórias do Parque do Flamengo e de Lota de Macedo. Com isso, a primeira edição do projeto (e a VII do periódico) reforçou a importância da memória lésbica e consagrou a exposição em revista.

FIGURA 19: Capa da 7ª Edição da Revista Memórias LGBT



Fonte: Revista Memórias LGBT.

A oitava edição, figura 20, pautou a presença dos homossexuais nas favelas cariocas e foi lançada em maio de 2015. O periódico celebrou um personagem importante (e gay) para a área museológica, Clóvis Bornay, pois se estava às vésperas de seu centenário. Nesta edição, a exposição em revista registrou a memória da juventude gay carioca residente no PPG abordando temas como preconceito, resistência e adoção. Também foi abordada a importância de *Stonewal* e um relato sobre as ações do Projeto Memória LGBT no MUF e o Seminário Museus, Memória e Museologia LGBT.

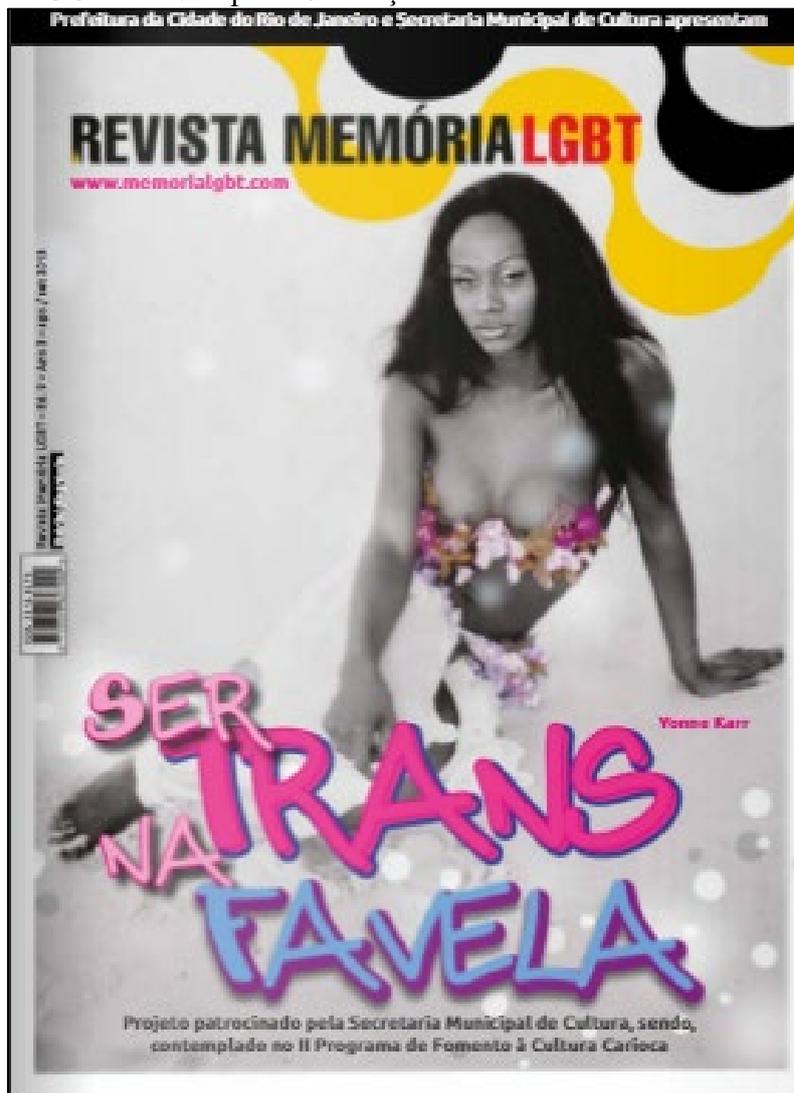
FIGURA 20: Capa da 8ª Edição da Revista Memórias LGBT



Fonte: Revista Memórias LGBT.

A publicação “Ser Trans na Favela” foi o tema principal da nona edição, lançada em agosto de 2015, que marcou o encerramento do Projeto Memória LGBT no MUF. Excepcionalmente nesta edição, houve duas exposições em revista. A “Ser LGBT na Favela” E a “Ser T na Favela” com registros fotográficos e a história de Yonne Karr. Os textos produzidos abordaram a presença e importância da memória trans e a negligência dos espaços de memória com estas pessoas. Conforme podemos observar na figura 21 que se segue:

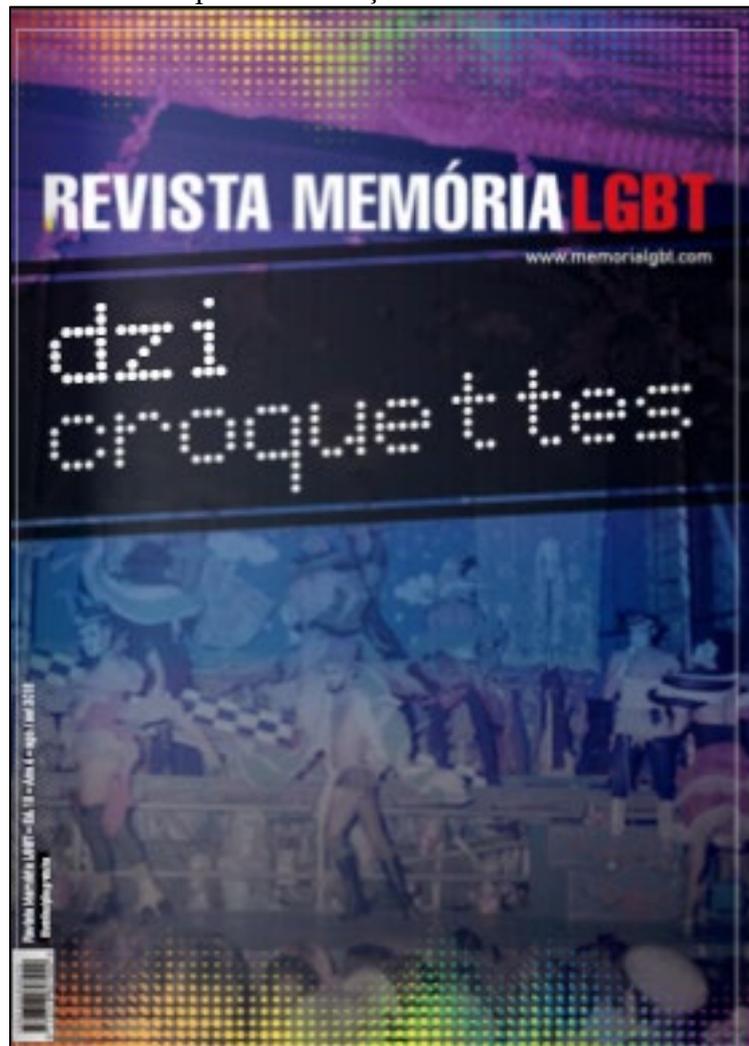
FIGURA 21: Capa da 9ª Edição da Revista Memórias LGBT



Fonte: Revista Memórias LGBT.

Após o vácuo de um ano, a RMLGBT lançou a sua décima edição em agosto de 2016. Devido às eleições municipais, a Revista elaborou uma importante matéria sobre a importância do voto em candidatos pró e/ou LGBT. Também publicou a exposição em revista sobre a história do célebre grupo Dzi Croquettes enquanto importante referência cultural para comunidade LGBT brasileira, que também ilustrou a capa, conforme vemos na figura 22. Houve ainda diversos artigos, tais comoo documentário “São Paulo Hi-Fi”, a XX Parada LGBT de São Paulo, além de abordar o diálogo entre os museus e a saúde. A partir desta edição houve uma nova alteração editorial e a capa passou a ter pouco ou nenhuma informação, privilegiando o nome do periódico, uma imagem que destacaria a matéria principal e com *nuances* das cores do arco-íris.

FIGURA 22:Capa da 10ª Edição da Revista Memórias LGBT



Fonte: Revista Memórias LGBT.

A XI edição da RMLGBT foi veiculada em abril de 2020 com uma nova identidade visual, um novo nome (Memórias LGBT), novas cores e logomarca, assim como a capa, que apresentou alterações para se adaptar à nova padronização, como podemos observar na figura 23. Como tema principal, visibilizamos lésbicas negras idosas e suas memórias e estratégias de sobrevivência. Foram publicados relatos das casas de passagem para pessoas trans no Brasil e os projetos executados pelo Instituto de Cultura e Arte LGBT, além de se refletir sobre as tecnologias para a preservação das memórias LGBT, bem como, as memórias e histórias encontradas na Rua Augusta, em São Paulo. Com essa nova linguagem, a RMLGBT tentou recuperar o fôlego de edições, antes bimestrais, agora semestrais.

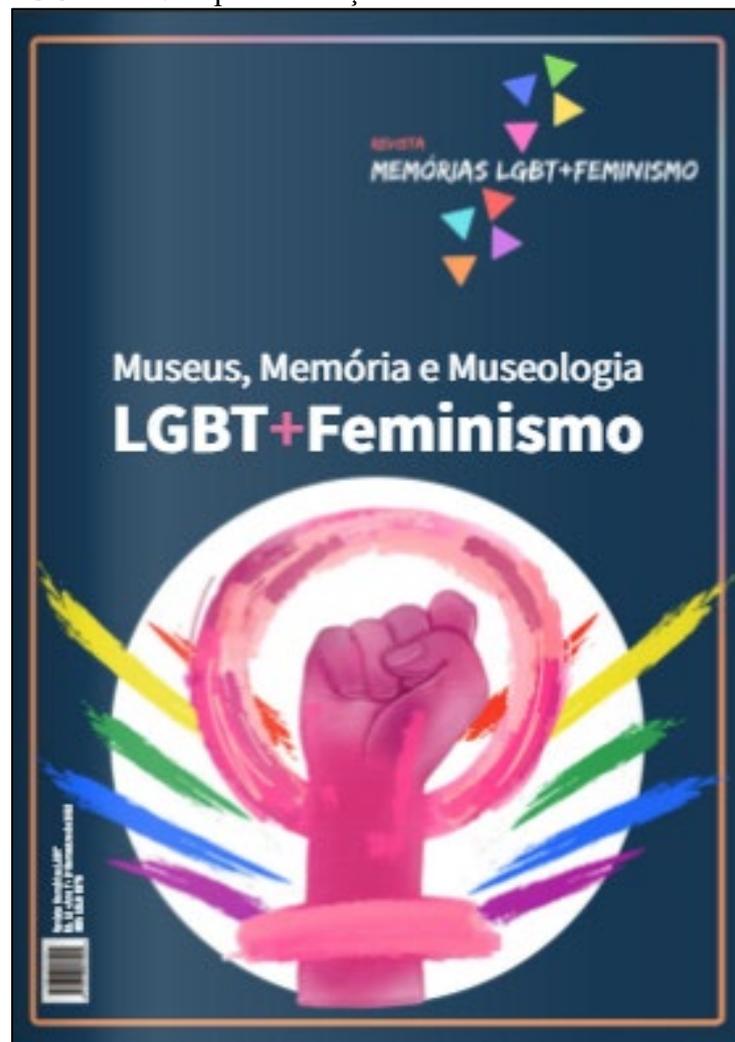
FIGURA 23: Capa da 11ª Edição da Revista Memórias LGBT



Fonte: Revista Memórias LGBT.

A XII edição foi lançada em agosto de 2020 e, como tema, abordou a intersecção com o feminismo. Sua capa, conforme figura 24, trouxe dois ícones que representam a temática proposta, o símbolo das feministas acompanhadas do arco-íris, duas referências significativas às pessoas LGBT,. Neste número, foram publicados memórias e artigos da segunda edição do Seminário Museus, Memória e Museologia LGBT, evento realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em uma parceria entre a Revista, a Rede LGBT de Memória e Museologia Social e o bacharelado em Museologia da UFSC. Na ocasião todos os palestrantes foram convidados a enviarem suas falas para publicarmos, o que ocorreu de forma satisfatória. De forma didática, foram explorados conceitos como a Museologia LGBT, de Gênero e a importância do debate entre o feminismo e outras sexualidades não normativas.

FIGURA 24: Capa 12ª Edição da Revista Memórias LGBT



Fonte: Revista Memórias LGBT.

A maior edição já produzida foi realizada em parceria com a Rede Kilombola, composta por estudantes dos cursos de Museologia preocupados na preservação de suas memórias. Na capa da XIII edição, um artista em uma performance que representa de forma primorosa os conteúdos da edição apresentou seu próprio corpo como acervo. Ao longo da edição, abordou-se constantemente a intersecção entre etnia, raça e sexualidade, como podemos ver na figura 25. Ao todo, foram 106 páginas e 36 matérias abordando as memórias e corpos pretos em afeto, com muita arte, denúncias e reflexões. Sem dúvida, essa foi uma das edições mais brilhantes produzidas pela RMLGBT.

FIGURA 25: Capa 13ª Edição da Revista Memórias LGBT



Fonte: Revista Memórias LGBT.

Atualmente, a RMLGBT está desenvolvendo três edições que dialogarão com as memórias LGBT em Goiás. Em 2018 o periódico foi contemplado em primeiro lugar no Fundo de Cultura do Estado de Goiás, mas o recurso foi pago somente em 14 de dezembro de 2021. Assim como as edições 7, 8 e 9 produzidas em parceria com o Museu de Favela no Rio de Janeiro, este projeto também produzirá revistas em formato físico e virtual. Os temas propostos, visa protagonizar a comunidade LGBT a moradora do Estado de Goiás. Os temas das edições serão: “Memórias LGBT: Resistência”; “Memórias LGBT: Vida”; “Memórias LGBT: Cartografia dos museus LGBT em Goiás e no mundo”. Destacamos que cada edição terá no máximo 24 páginas e será distribuída gratuitamente no website www.memoriaslgbt.com e em pontos de sociabilidade LGBT. Pretendemos utilizar as

mesmas estratégias de distribuição dos periódicos *Taradinho e Snob*, ou seja, distribuiremos onde a comunidade LGBT estiver.

Ressaltamos a importância do periódico para a afirmação da identidade e cultura das pessoas dissidentes sexuais. Na ausência de espaços afirmativos, o periódico funciona como uma plataforma ligada ao desejo de memória e história da comunidade LGBT, historicamente perseguida e excluída dos seus direitos fundamentais. Deste modo, a RMLGBT busca somar as estratégias da comunicação e dos museus produzidos e geridos por comunidades para preservar e difundir a cultura, memória e os anseios destes indivíduos.

Neste capítulo refletimos sobre os antecedentes da RMLGBT e como ela foi desenvolvida ao longo dos anos. Também analisamos a importância da Rede LGBT de Memória e Sociomuseologia para a Revista e para a política museal brasileira. No entanto, carece de um maior aprofundamento de suas pautas, ações, projetos e editoriais. Para tal, pretendemos no próximo capítulo, realizamos uma etnografia das narrativas registradas no periódico.

5 ETNOGRAFANDO AS NARRATIVAS DA REVISTA MEMÓRIAS LGBT

As páginas da RMLGBT guardam muitas histórias. Cada foto, entrevista são momentos únicos para a compreensão das memórias e histórias de pessoas dissidentes sexuais brasileiras. Este grupo, presente em todas as comunidades territoriais e identitárias tem neste periódico a oportunidade de garantir o seu direito à memória, negado nos museus. Este capítulo pretende etnografar as narrativas presentes nas edições da RMLGBT. Para tal, realizamos um recorte didático para esta análise, partindo do projeto *Memória LGBT no Museu de Favela*, realizado em 2015. Posteriormente, analisaremos as narrativas presentes nos editoriais das edições. Em seguida, observaremos os registros presentes nas edições dedicadas a lésbicas, gays, travestis e transexuais, separadamente.

5.1 REVISTA MEMÓRIAS LGBT NO MUSEU DE FAVELA

“Meu telefone toca, era uma tarde de dezembro de 2014. Estava escrevendo meu trabalho de conclusão de curso. Era do Rio de Janeiro. Eu atendo:

- Alô? - Fala, Tony Brexton! - diz do outro lado da linha uma voz masculina, satirizando meu nome.

- Sidney? - perguntei, reconhecendo imediatamente a voz de Sidney, mais conhecido como “Mestre Tartaruga”, produtor cultural do Museu de Favela (MUF), no Rio de Janeiro.

-Fala irmão! Estou ligando porque estamos com um edital aberto na prefeitura sobre a questão LGBT. Queria te convidar para participar.

-Como assim? - questionei surpreso.

-Vou enviar para você o edital, você escreve e submetemos pelo MUF. Caso seja aprovado você coordena o trampo.

Ao desligar o telefone, pulei de alegria. Eu, então quase formado, tinha o convite para um emprego. Bastava conseguir captar o recurso. No momento não pensei nos desafios ou dificuldades, simplesmente sentei e escrevi a primeira versão e apresentei ao MUF. Como o período para a inscrição não era muito longo, fiz algumas versões e enviei para ele. Nesse mesmo edital o MUF, participaria com outros projetos. Faltando dois dias para o encerramento o edital, enviei para o Sidney que protocolou no site da secretaria municipal da cultura do Rio de Janeiro. Entre a inscrição e a aprovação foram quase noventa dias. Semanalmente conversava com Sidney. Caso aprovado seria um trabalho inédito, caso reprovado podia nunca mais ser convidado para fazer um projeto como esse. Mas, três meses depois foi publicado o resultado provisório. Rapidamente tomei conhecimento através de uma ligação do Sidney:

- Alô Tony Brexton?

- Oi Sidney!

- Ganhamos!

- Sério? É o resultado provisório. Vamos aguardar os recursos! - Já ganhamos!
De fato, saiu o resultado final e havíamos sido contemplados.” (BOITA, 2018, p.78-79).

Do terraço do Museu de Favela, ganhando a vista para a Lagoa Rodrigo de Freitas e da praia de Copacabana, percebe-se que a paisagem na favela é composta de memórias. Da escravização colonial e imperial e alcançando o cenário conservador no qual o Brasil atualmente mergulha, ali se encontra parte manifesta de mais um Estado fóbico em relação à diversidade cultural. Minoria entre as minorias, a comunidade de pessoas LGBT do morro Pavão, Pavãozinho e Cantagalo é composta por pessoas economicamente pobres, em sua maioria negra, teimosas em existir e se reconstruir a cada geração, assegurando sua resistência em laços solidários alimentados por uma “memória subterrânea” tal como conceitua POLLACK (1989).

O projeto Memória LGBT no MUF foi a primeira ação em um museu comunitário do Brasil a abordar as intersecções de memória, orientação sexual e identidade de gênero. Foi desenvolvido em parceria entre MUF e a Revista Memória LGBT em comemoração aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, em 2015. A ação foi contemplada no *II Programa de Fomento a Cultura Carioca* com o aporte financeiro de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais). A iniciativa envolveu rodas de memórias, oficinas, formações, exposições, publicações da Revista, apresentações artísticas e a geração de um Mapeamento e Inventário do Patrimônio Cultural LGBT na Favela.

A Organização não governamental MUF foi criada em novembro de 2008. A iniciativa nasceu de um encontro de ideias e anseios de moradores da região que viam na ação museológica de preservação uma saída para a valorização da localidade. O MUF possui como uma das principais iniciativas em memória e museologia social o circuito das *casas-telas* que narram a história de vida da comunidade. Tais casas estão por todo o percurso, com muitas cores, vida e memórias (SILVA; PINTO; LOUREIRO, 2012). Em 2015, uma das principais demandas desta comunidade eram ações que visibilizam a memória LGBT dos moradores deste território, bem como, ações pautadas nas diretrizes dos direitos humanos.

A união entre o MUF e a Revista se concretizou a partir de um convite do produtor cultural Sidney Silva, liderança comunitária conhecido como Mestre Tartaruga, do Museu de Favela, à equipe da Revista Memória LGBT. Durante seis meses, realizamos diversas ações visando garantir o direito à memória das pessoas LGBT moradoras das favelas do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo.

Sidney é conhecido como *Mestre Tartaruga*. É filho do renomado compositor de samba Joel Silva. Conforme figura 26, ele é um homem, cis, negro e heterossexual é um dos maiores militantes pelo direito à cultura, à memória e aos museus comunitários brasileiros. Está presente nas articulações do Programa Pontos de Memória no Instituto Brasileiro de Museus desde a sua criação é um dos fundadores do Museu de Favela. Na figura 26 é possível ver ele mediando um grupo de visitantes LGBT que conheciam este museu pela primeira vez. Com ideias pioneiras idealizou juntamente com outras pessoas equipamentos culturais e de memória para a comunidade. É professor e mestre de capoeira e produtor cultural. Conhece muitos países e por onde passa proporciona o diálogo, boas risadas e sabedoria. Em entrevista concedida a Revista Memórias LGBT (2015a), Mestre Tartaruga foi questionado sobre os possíveis prejuízos e preconceitos que poderiam ferir a sua imagem e a do museu, na ocasião, respondeu que estava muito tranquilo sobre sua sexualidade e que se alguém o confundisse como uma pessoa gay, não haveria problema. Ele também afirmou que projetos como este são de extrema importância e ele estaria disposto a colaborar sempre que houvesse uma oportunidade. Ele não falou da boca para fora: anualmente, Mestre Tartaruga convida a Rede LGBT e a RMLGBT para participar de projetos e iniciativas de memória comunitária.

FIGURA 26: Sidney Silva apresentando o Museu de Favela



Fonte: Projeto Memórias LGBT no MUF (2015).

As atividades do Projeto Memória LGBT no MUF foram realizadas no PPG e abertas ao público em 2015. Tratou-se de ações pró-memória, garantido o acesso, fruição e democratização da memória, cultura, comunicação, educação e saúde bem como, promoção da dignidade humana de lésbicas, gays, transexuais e travestis. Além disso, buscou-se ser uma possível ferramenta para superação das fobias à diversidade sexual na favela e na cidade do Rio de Janeiro. O projeto contou com a adesão e participação ativa de integrantes da comunidade LGBT do morro, desenvolvendo importantes atividades de integração com a comunidade. A ação, portanto, foi desenvolvida sob a coordenação do Museu de Favela com apoio dos mobilizadores formados pelo projeto.

Como dito, durante o período de execução do projeto, foram publicadas três edições impressas e virtuais das memórias de pessoas LGBT. O periódico foi produzido e construído de forma colaborativa e protagonizado por estes indivíduos, cabendo a coordenação do projeto um apoio técnico, de revisão e capacitação/formação. As edições produzidas foram “Ser Lésbica na Favela”, “Ser Gay na Favela” e “Ser Trans na Favela”.

Essas edições foram construídas de forma comunitária e coletiva. Utilizou-se a metodologia de base colaborativa em uma tentativa de unir os princípios da Comunicação Comunitária e a Sociomuseologia. Para tal, a coordenação do projeto, sugeriu três temas principais (Gays, Lésbicas e Travestis e Transexuais), que poderiam ser explorados pela equipe executora, mas seguindo as diretrizes aprovadas no edital. Munidos com esses temas, os mobilizadores (jovens lideranças comunitárias LGBT) deveriam criar as pautas e encontrar pessoas dispostas a compartilhar suas memórias.

Destarte, para uma melhor análise e em diálogo com a metodologia proposta neste estudo, optou-se em analisar as edições a partir de nuvem de palavras. Com esse instrumento foi possível compreender a partir da repetição de palavras, os principais termos utilizados nas narrativas registradas no periódico. Inicialmente realizamos o *upload* das edições e filtramos que o sistema destacasse no máximo 32 termos. Posteriormente, realizamos o *download* da nuvem. Somado a isso, a transformação de palavras em imagem, facilitou uma melhor interpretação dos dados coletados.

A edição *Ser Lésbica na Favela*, foi construída pelas integrantes lésbicas. Na condução da edição, optou-se por entrevistas entre elas, ou seja, uma integrante entrevistou a outra o que originou a exposição em revista, ser lésbica na favela. Elas também, realizaram os registros fotográficos de todo o processo, o que subsidiou a ilustração de toda a edição. Em todas as páginas, é possível verificar que o desejo pela preservação e difusão das

memórias da comunidade de lésbicas moradoras do PPG foi e é um elemento importante para a superação do preconceito. Ao analisarmos o periódico, percebemos, como nos mostra a figura 27 que o desejo pela memória foi uma prioridade para estas mulheres.

FIGURA 27: Nuvem de Palavras Edição Ser Lésbica na Favela



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Conforme observamos na figura 27, notamos que alguns temas se sobressaíram na edição Ser Lésbica na Favela. Como podemos ver, a memória de pessoas LGBT, mulheres lésbicas, comunidade, favela, mãe, preconceito e parque foram alguns elementos recorrentes e que reforçam as características das colaboradoras do projeto que não ignoraram o seu cotidiano, território e orientação sexual. Também, ficou evidente a importância do parque

do Flamengo, como um espaço de sociabilidade lésbica, embora, pouco conhecido por elas. Fato diferente ocorre com a edição produzida pela comunidade gay moradora do PPG.

Chama a atenção as categorias *comunidade*, *comunidades* e *comunitária* presentes na figura 27. Para além do projeto que reforça a importância do trabalho colaborativo entre pessoas LGBT residentes no território, havia uma iniciativa inspiradora, o PPG Informativo idealizado e coordenado por Ana Muza⁴⁸ uma mulher cis, negra, *sapatão* e mãe. Trazia consigo o direito a comunicação comunitária e distribuía as ações do projeto das mídias da comunidade.

FIGURA 28: Matéria publicada destacando o PPG Informativo e o trabalho de Ana Muza



Fonte: Jornal Meia Hora

⁴⁸ Ana Muza também integrava a coordenação geral do projeto Memórias LGBT no MUF. Sua participação se dava pelo trabalho desenvolvido com o PPG Informativo, bem como, pelas articulações políticas e sociais na comunidade.

O PPG Informativo⁴⁹ é um jornal comunitário distribuído pelas redes sociais que envolve voluntários da comunidade do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, sua importância pode ser aferida na figura 28. Segundo a coluna Periferia Connection,

O veículo, que nasceu por conta do apoio de outros comunicadores comunitários e das necessidades vividas diariamente por Ana Muza, transmite as informações mais relevantes para o cotidiano no PPG, além de contribuir para o empreendedorismo e mediar diversas ações sociais. (JORNAL MEIA HORA, 2022, p.01)

A edição *Ser Gay na Favela* seguiu os mesmos princípios de sua antecessora, mas ultrapassou as barreiras da equipe. Enquanto na edição anterior, o trabalho foi focado entre as lésbicas, nessa edição, eles buscaram outros gays da comunidade que pudessem colaborar e apresentar suas demandas a comunidade. De forma coletiva, foi realizada a cobertura do Seminário Museus, Memória e Museologia LGBT, onde construiu-se a matéria colaborativamente. Esta edição foi marcada por entrevistas, das 9 matérias, 5 foram dedicadas ao registro das memórias da juventude gay, abordando as memórias, histórias, direitos, desobediência e o preconceito, elementos importantes para a construção da exposição em revista *Ser Gay na Favela* e presente na nuvem de palavras a seguir inserida:

⁴⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/ppginformativo/>

FIGURA 30: Foto do João para o Projeto Memórias LGBT no MUF



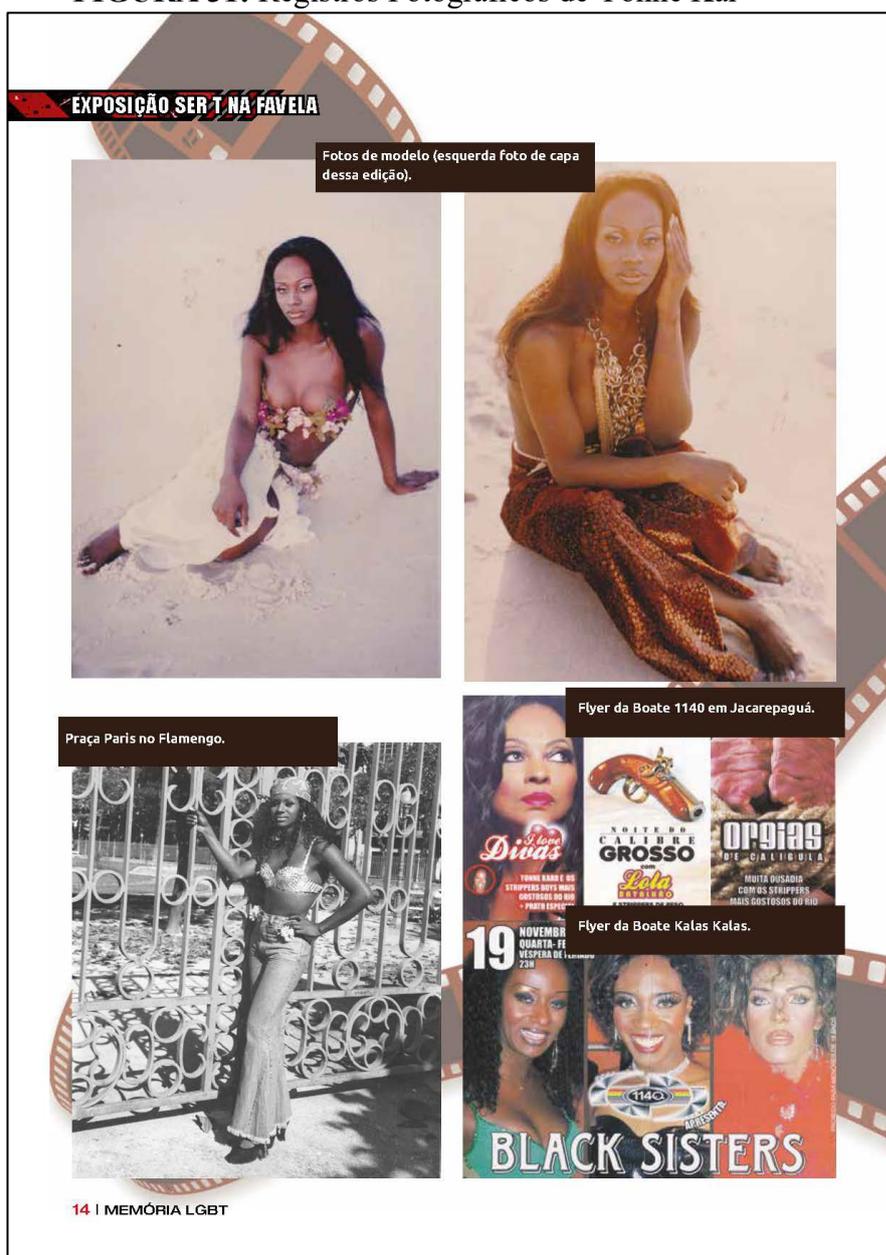
Fonte: Projeto Memórias LGBT no MUF (2015)

Ao longo da produção e divulgação da edição ser *Gay na Favela*, João foi uma importante liderança. Na edição dedicada à memória homossexual, João, ilustrou a capa e concedeu alguns registros fotográficos para o projeto com a figura 30. Ele já atuava na comunidade nas ações sociais, culturais e políticas. Queria ser a voz do morro como seu pai. Era poeta e ao longo das edições do projeto produziu belas poesias. Ele conhecia bastante a comunidade e conseguiu encontrar os locais de sociabilidade e resistência LGBT dentro e fora do território. Não se calava frente ao preconceito e sempre que podia participava de ações em prol das comunidades. Quando questionado sobre o preconceito na comunidade, disse,

Já fui chamado várias vezes de gay, veado, e apelidos ridículos que pessoas usam para tentar diminuir o homossexual. Pura ignorância. Mas, depois que me assumi, acabou o suspense e nunca mais sofri preconceito. Sempre tive e impus meu respeito na favela, até mesmo por ser filho do presidente que mais tempo ficou no cargo da associação de moradores. Ninguém nunca foi tão ofensivo, mas nas duas últimas vezes que me ofenderam, eu briguei com duas pessoas simultaneamente. Só briguei porque me ameaçaram de agressão, mas, graças a Deus, eu não me machuquei. Acho que depois disso eles viram que sou tão homem quanto qualquer outro homem, nunca mais ninguém ousou agir assim comigo. (REVISTA MEMÓRIAS LGBT, 2015b, p.8)

Enquanto a segunda edição era completa de jovens gays, a terceira, *Ser Trans na Favela*, focou-se sobretudo na memória de mulheres trans da comunidade, em especial de Yonne Kar, célebre figura da noite carioca, conforme podemos ver em alguns registros na figura 30. Se apresentou em lugares históricos como o Cabaraet Casa Nova e a Turma Ok⁵⁰.

FIGURA 31: Registros Fotográficos de Yonne Kar



Fonte: Revista Memórias LGBT (2015)

FIGURA 32: Registros Fotográficos de Yonne Kar



Fonte: Revista Memórias LGBT (2015)

Para a entrevista, a equipe, realizou de forma privada uma roda de conversa com Madame Kar. Durante a atividade, ela narrou suas memórias valendo-se de fotografias. Em posse da entrevista e seu acervo pessoal, produziu-se uma exposição em revista, narrando especialmente a vida de Yonne sobre sua trajetória e suas estratégias de superação da transfobia e do racismo na comunidade e fora dela, como podemos observar nas figuras 31 e 32. Segundo a Revista Memórias LGBT,

Yonne Karr nasceu na Galeria Alaska, em Copacabana, território da comunidade LGBT desde fins da década de 1950 até os anos 1990, período em que concentrou bares, boates, cinema, teatros e shows que alcançaram fama internacional. Ali

Conforme disposto na nuvem de palavras acima, percebemos que a violência, a discriminação e os direitos são elementos cruciais nesta edição. Se por um lado a comunidade trans e travesti negra residente no PPG possui um forte desejo pela sua memória, por outro, vê-se obstáculos na sociedade para a garantia de sua dignidade humana e direitos básicos como saúde e educação. Diferente das nuvens anteriores onde havia personagens conhecidos nacionalmente, a comunidade trans e travesti elencou suas memórias como protagonistas e por isso Yonne Kar surge com tamanha expressão. De fato, sua história nos mostra sua importância para a cultura trans, lésbica e gay carioca.

Em paralelo à produção das mídias em revista, outros conteúdos midiáticos foram elaborados, tal como o inventário da memória LGBT da Favela, onde foi possível identificar os espaços de sociabilidade e violência a diversidade sexual e identidade de gênero nas comunidades, possibilitando a elaboração de uma cartografia. Com os dados em mãos, foi proposto ao MUF ações de impacto frente aos espaços violentos nas favelas.

As capacitações foram ministradas por diversos consultores do projeto como João W. Nery. As atividades foram realizadas através de rodas de conversa e debates entre os participantes do projeto e membros externos. Dentre os temas abordados visibilizou-se a emergência da população LGBT moradora da favela, sendo; a) Histórico do movimento social LGBT; b) segurança; c) HIV/Aids; d) cidadania; e) educação; F) sonhos. Para além das rodas de conversa, realizou-se oficinas de escrita e de entrevista.

As exposições experimentais, foram realizadas em diversos pontos de violência mapeados na cartografia. Essas exposições produzidas de forma simples, com baixo custo, mas com grande impacto, foram primordiais para a visibilização da comunidade LGBT no território. Ao todo, foram três exposições e em ambos os casos foram bem-sucedidas.

O Seminário, Museus, Memória e Museologia LGBT, foram realizados na comunidade do PPG onde os mobilizadores do projeto puderam ensinar e refletir junto com os participantes estratégias de enfrentamento a homofobia e transfobia. Além disso, participaram do evento, lideranças políticas das comunidades e profissionais de museus. Ao final, buscou-se discutir em conjunto soluções para a garantia de direitos e a dignidade humana a população LGBT. Ressalta-se, que na ocasião foi realizado campanha de vacinação, distribuição de preservativos e uma feira do livro.

A geração de renda deu-se a partir da contratação de sete pessoas LGBT⁵¹ que atuaram como mobilizadores do projeto. De forma estratégica, estas pessoas foram

⁵¹ Contratou-se 2 gays, 2 lésbicas, 1 bissexual e 2 transexuais de diferentes faixas etárias.

responsáveis por articular juntamente com as mídias comunitárias os diálogos e as atividades com a comunidade LGBT.

Para tal, os resultados colaboram com a visibilidade da comunidade LGBT nas comunidades. No entanto, evidentemente isso não extinguiu o preconceito ou a violência contra as pessoas LGBT o projeto jamais teve essa premissa, sobretudo pelo fato de que é o Estado o produtor destas violências, e não as comunidades, não sendo possível, portanto, as ações comunitárias criarem mecanismos para tal superação. Mas formou-se uma rede de pessoas LGBT que de forma solidária ainda propõe alternativas frente às fobias cotidianamente enfrentadas por meio de mídias colaborativas digitais.

5.2 EDITORIAIS

Em todas as edições do periódico analisado há um editorial. A maioria dos editoriais foi assinada por Tony Boita. Os outros três foram assinados com Ana Muza e Sidney Silva e dois com Jean Baptista. Ao longo dos treze textos, evidencia-se que só duas palavras foram repetidas mais de cem vezes, *LGBT* e *memória*, respectivamente, aparecem 152 e 133 vezes cada. Os primeiros pontos apresentam dois dados interessantes: o primeiro, que a Revista, desde sua criação, é conduzida pelo seu idealizador que compartilha, sempre que possível os editoriais com outras pessoas; o segundo, que a RMLGBT tem como missão exclusiva promover o debate e reflexão sobre as memórias, patrimônios e museologia LGBT. Esses dois dados nos mostram que o periódico pouco mudou, desde sua origem, mantendo a essência da primeira edição, segundo seu editorial,

Ressaltamos também que a Revista Memória LGBT é um espaço aberto para a população LGBT, bem como redes, coletivos, cooperativas, comunidades, grupos, militantes, projetos, pesquisas, boletins e outras ações que promovam a memória, história e o patrimônio cultural de nossa comunidade LGBT. (EDITORIAL, 2013, p.1)

Destaca-se as principais palavras repetidas no editorial, para além das duas primeiras, conforme veremos no quadro 3⁵². Para tal, podemos analisá-las em conjunto e nos deparar com termos que podem ser aplicados tanto na Sociomuseologia como na Comunicação Comunitária. As vinte primeiras palavras têm viés coletivo, comunitário e preocupado com

⁵² Foram palavras com o número igual ou inferior a três letras (e, que) e/ou que se referiam a nomes próprios (Tony, Baptista) e títulos (Editorial, Revista).

a conquista dos direitos humanos, além do direito à cultura, à comunicação e à memória da comunidade LGBT.

É curioso notar que os verbetes *trans* e *travestis* são categorias recorrentes, superam o termo *gays* e *lésbicas*. Mas cabe ressaltar que enquanto o termo *gay* apareceu quinze vezes, *lésbica* e *travestis* apareceram quatorze. Também fica evidente que o território é fundamental, em especial a favela do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo e o Museu de Favela, espaços que acolheram esse periódico de forma respeitosa e humanitária. E por fim, a comunidade, a memória, o patrimônio, os museus e os direitos são termos presentes e que reforçam a essência desta revista como podemos observar no quadro 3.

QUADRO 3: Análise do Editorial

NÚMERO	QUANTIDADE	PALAVRAS
1	152	LGBT
2	133	Memória
3	40	Museologia
4	29	Patrimônio
5	25	Comunidade
6	24	Museus
7	23	Cultural
8	23	Favela
9	22	Ações
10	22	Social
11	21	Rede
12	18	Museu
13	16	Cultura
14	16	História
15	15	Gays
16	14	Arte
17	14	Lésbicas
18	14	Travestis
19	12	Comunicação
20	12	Lgbtiq
21	12	Trans
22	12	Transexuais
23	11	Cantagalo
24	11	Cidade
25	11	Comunidades
26	10	Direitos
27	10	Espaço
28	10	Mapeamento

NÚMERO	QUANTIDADE	PALAVRAS
29	10	Muf
30	10	Nacional

Fonte: Elaborado pelo autor.

Contudo, cabe ressaltar as ausências nos editoriais, uma vez que percebemos a falta dos termos que remetam a intersecções importantes, marcadores sociais da diferença e fobias à diversidade sexual. De fato, *homosbotransfobia* foi mencionada sete vezes, o termo *gênero*, quatro vezes, enquanto a palavra *preconceito* foi citada três e *racismo* uma única vez. No entanto, percebemos que tais temas estão presentes nas edições, mas acabaram não sendo contempladas nos editoriais. Ao analisarmos a figura 34, percebemos algumas *nuances* do editorial.

5.3 EDIÇÕES LÉSBICAS E BISSEXUAIS

Ao todo foram publicadas três edições e catorze matérias dedicadas às memórias lésbicas. Em sua maioria, estas matérias foram produzidas e escritas por elas mesmas. O primeiro periódico dedicado a esta comunidade foi a quarta edição, com o tema memória e patrimônio lésbico, como já citado, onde foram publicadas três matérias sobre este assunto. A sétima edição também contemplou a lesbianidade através da edição *Ser Lésbica na Favela*, onde foram publicados sete conteúdos, entre entrevistas e relatos. A edição XI também foi dedicada às lésbicas, mas dessa vez aquelas idosas e negras, mas somente a matéria principal desta edição se debateu sobre este tema. Aponto que incluímos a bissexualidade juntamente com as lesbianidades, uma vez, que os dois únicos conteúdos sobre esta orientação estão atrelados ao conteúdo voltado à memória lésbica. Conforme destacamos no quadro a seguir, é possível verificar os principais temas e assuntos abordados nas edições.

QUADRO 4: Análise dos conteúdos publicados com os temas Lesbianidades e Bissexualidade

EDIÇÃO	TEMA	NOME DA MATÉRIA
01	AfroLGBT	Entre as mulheres eu sou negra, entre as negras eu sou lésbica.
03	Patrimônio Cultural LGBT	O Senale – Seminário Nacional de Lésbicas é o maior evento das lésbicas e mulheres bissexuais do Brasil.
05	Patrimônio Lésbico Cultural	12 de caminhada de Lésbicas e Mulheres Bissexuais
05	Patrimônio Lésbico Cultural	Parque do Flamengo
05	Patrimônio Lésbico Cultural	Kinoforum – Negras Lésbicas
06	Edição de Aniversário	Conheça Eliana Simas: Diretora de Acervo e Curadoria do Instituto Lotta
07	Ser Lésbica na Favela	Exposição em Revista: Ser Lésbica na Favela
07	Ser Lésbica na Favela	Sou negra e sapatão, muito poderosa
07	Ser Lésbica na Favela	Quando uma pessoa não assume quem é [...] se aprisiona dentro dela mesma
07	Ser Lésbica na Favela	Minha profissão é lutar
07	Ser Lésbica na Favela	Parque do Flamengo
09	Ser Trans na Favela	Entrevista com Luana Araújo
10	Dzi Croquettes	Saúde das Lésbicas
11	Idosas LGBTQI+ Negras	Entrevista Rosângela Castro
13	Etnia, Raça e Sexualidade: Memórias e corpos pretos em afeto	Renascimento

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisar o quadro 4, percebemos algumas *nuances* que merecem destaque. Primeiramente, observamos que a memória de Lotta de Macedo, mulher lésbica e idealizadora do Parque do Flamengo no Rio de Janeiro é uma personagem importante para este grupo. Somado a isso, a trajetória do movimento lésbico através do Seminário Nacional e a Caminhada de Lésbicas e Bissexuais, demonstra uma organização madura da militância. Fica evidente que o debate interseccional é presente na comunidade, afinal, a maior parte do tempo o tema debatido nas edições é protagonizado pela memória de lésbicas negras. Em conjunto, notamos que os conteúdos da RMLGBT que abordam a temática lésbica é pouco diversa centralizando-se em três tópicos principais.

5.4 EDIÇÕES GAYS

Ao longo da trajetória da RMLGBT doze edições foram dedicadas à memória homossexual, mas muitos artigos foram publicados sobre. Ao todo, foram publicados 34 artigos sobre a homossexualidade masculina. Somente a edição 11^a não teve publicações que abrangesse este grupo. As edições que protagonizaram a memória gay foram, a primeira edição, dedicada a Madame Satã, além da oitava que com o título Ser Gay na Favela, conforme podemos observar no quadro 05 que se segue:

QUADRO 5: Análise dos conteúdos publicados sobre a homossexualidade masculina

EDIÇÃO	TEMA	NOME DA MATÉRIA
01	AfroLGBT	Madame Satã
02	#NossasMusas	Perdão a cientista homossexual Alan Turin vem com seis décadas de atraso
02	#NossasMusas	Websérie Positivos
02	#Nossas Musas	Algumas notas etnográficas sobre o mercado e visibilização gay em Valparaíso – Chile
02	#NossasMusas	Coligay, torcida formada por homossexuais, tem história contada em livro
02	#NossasMusas	10 de Janeiro aniversário de Clóvis Bornay
03	Patrimônio Cultural LGBT	A importância do Beijo Gay na teledramaturgia
03	Patrimônio Cultural LGBT	Não beijei ninguém na noite do primeiro Beijo Gay
03	Patrimônio Cultural LGBT	Sala de Cinema Urdaneta: Um espaço de identidade gay
03	Patrimônio Cultural LGBT	Turismo Gay-Friendly e lucros de 2014
04	Homoslesbotransfobia nos museus	Às bichas que resistiram
04	Homoslesbotransfobia nos museus	Novo aplicativo, Flavor, traça roteiro de festas, clubes, bares e restaurantes mais disputados pelo público gay
04	Homoslesbotransfobia nos museus	Positivos 3 ^a temporada
05	Patrimônio Lésbico	Flavor, o aplicativo de roteiros, festas, clubes, bares e restaurantes para o público gay

EDIÇÃO	TEMA	NOME DA MATÉRIA
05	Patrimônio Lésbico	Em agosto estreia “Não conte a Ninguém”
06	Aniversário	O miss Brasil Gay – Patrimônio de Juiz de Fora
06	Aniversário	Homofobia e Heteronormatividade no trabalho
07	Ser Lésbica na Favela	Clóvis Bornay
08	Ser Gay Na Favela	Clóvis Bornay: O profissional e o personagem
08	Ser Gay Na Favela	O diabo de Mário de Andrade: avanços e riscos para a memória LGBT a partir do debate sobre a sexualidade de Mário de Andrade
08	Ser Gay Na Favela	Exposição em Revista: Ser Gay na Favela
08	Ser Gay Na Favela	Entrevista João Victor Teodoro
08	Ser Gay Na Favela	Entrevista Jonathan Martins
08	Ser Gay Na Favela	Entrevista Douglas Miranda
08	Ser Gay Na Favela	Entrevista Thiago Vinícius
08	Ser Gay Na Favela	Stonewall uprising: origem das paradas LGBTQI, subcultura no crime organizado e a desobediência civil.
09	Ser Trans na favela	Clóvis Bornay: singular e múltiplo
10	Dzi Croquettes	Dzi Croquettes: entre pelos, purpurina e teatralidade
10	Dzi Croquettes	Saúde dos Gays
12	Museus, Memória e Museologia LGBT + Feminismo	Território, Memória e Viadagens: Notas para uma Musealização da fechoação
13	Etnia, Raça e Sexualidade: Memórias e corpos pretos em afeto	Entrevista com o escritor e artista Stefano Volp
13	Etnia, Raça e Sexualidade: Memórias e corpos pretos em afeto	Carta de amor às bixas pretas
13	Etnia, Raça e Sexualidade: Memórias e corpos pretos em afeto	“Arrasa Mona”: os Grupos Independentes de Dança de Salvador como espaço dissidente

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Das treze edições publicadas somente a edição onze não contém matérias voltadas para gays. É visível que a comunidade homossexual, suas memórias e histórias estão presentes majoritariamente no conteúdo da revista. Ao mesmo tempo, percebe-se que o assunto que intersecciona os corpos negros com a homossexualidade é um tema recorrente. Ao todo, foram nove matérias discutindo a intersecção entre homossexualidade masculina e negritude.

Há também a presença de personalidades significativas para as memórias gays, como é o caso das matérias dedicadas a Madame Satã, Clóvis Bornay, Mário de Andrade, Alan Turin e o grupo Dzi Croquettes. Neste ponto, é visível que pouco se interseccionou, uma vez, que se privilegiou a memória de homens gays brancos de classe média e alta. Há ainda a publicidade, ao todo há duas matérias pagas para a divulgação de produtos, como é o caso do aplicativo Flavor. Além disso, há a cobertura de assuntos contemporâneos, como o beijo

gay na teledramaturgia brasileira. Fato relevante são as duas matérias internacionais, uma do Chile e outra da Venezuela, além das matérias que abordam Stonewall e o Miss Gay de Juiz de Fora. Há outros temas paralelos que elucidam a presença da comunidade gay em diversos segmentos da sociedade como no esporte, turismo e cinema.

5.5 EDIÇÕES TRANS E TRAVESTI

As memórias e histórias de pessoas trans e travesti é tema de duas publicações. Somando a isso, temos 21 matérias produzidas em oito edições. Uma primeira observação é a evidência que poucos conteúdos foram produzidos por pessoas trans ou travesti, somente dois conteúdos possui autoria T. Em sua maioria foram escritas por pessoas cis (gays ou lésbicas) ou ainda, entrevistas realizadas a pessoas Trans. Isso demonstra uma fragilidade da Revista que reflete na sociedade brasileira, onde travestis e transexuais, majoritariamente são muito mais elementos alegóricos do que representativos, ou seja, fala-se muito das pessoas T, mas pouco se houve de suas vozes, conforme vemos no quadro 6.

QUADRO 6: Análise dos conteúdos publicados sobre pessoas trans e travestis

EDIÇÃO	TEMA	CONTEÚDO
01	AfroLGBT	Transgredindo Gênero: A Travesti entre a urbe e o espaço social
02	#NossasMusas	Proteção e Acolhimento no Projeto Casulo
02	#NossasMusas	Ode a Giusepe Campuzano
02	#NossasMusas	Safira Bengell e a conquista de adotar legalmente o nome feminino
02	#NossasMusas	Transmulheres Negras
02	#NossasMusas	Homens Transexuais
02	#NossasMusas	Adoção do Nome Social em Universidades é tema de monografia na UFG
02	#NossasMusas	Exposição #nossasmusas
02	#NossasMusas	MC XuXu #MusadoFunk
02	#NossasMusas	Renata Peron #MusadoSamba
02	#NossasMusas	Marcela Ohio #Musasmiss
02	#NossasMusas	O ser ou não ser da Transexualidade: Uma análise do conteúdo em bloggers de transexuais
03	Patrimônio Cultural LGBT	De Keila da David: Uma metaformose ambulante que quer voar!
03	Patrimônio Cultural LGBT	Considerações acerca dos direitos das travestis do presidio central de Porto Alegre
05	Patrimônio Lésbico	Crítica: São Paulo Hi-Fi
09	Ser Trans na Favela	Exposição ser T na Favela
09	Ser Trans na Favela	Entrevista com Yonne Karr
09	Ser Trans na Favela	Entrevista com Myrela Karr
09	Ser Trans na Favela	Transmulheres Negras
10	Dzi Croquettes	Saúde das pessoas trans

EDIÇÃO	TEMA	CONTEÚDO
11	Idosas LGBTQI+ Negras	(Trans) ações museológicas: Experiências na Casamor Aracaju/SE
13	Etnia, Raça e Sexualidade: Memórias e corpos pretos em afeto	Entrevista com Hérica Catarino

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

De acordo com o que podemos observar no quadro 06, a memória T foi protagonizada em duas edições. A primeira com o tema de #NossasMusas (2ª edição), em 2014 e a segunda, realizada em 2015 (9ª edição) com a temática Ser Trans na Favela. Em ambas as publicações há uma centralização de conteúdos e entrevistas com pessoas desta comunidade, ao todo, foram realizadas oito entrevistas, de treze matérias publicadas, ou seja, majoritariamente entrevistou-se a população T. Isso demonstra uma preocupação dos editores da revista em garantir o protagonismo para esta população. Há ainda conteúdos que ilustram a interseccionalidade, em especial para as trans mulheres negras e a transfobia.

Pelo exposto, fica evidente que a memória gay é ainda um tema mais recorrente nas produções da *Revista Memórias LGBT*. Observamos também que o número de edições que abordam as memórias Trans, Travestis e Lésbicas são muito próximas, a diferença está na quantidade de matérias publicadas. Mesmo o público de leitores serem majoritariamente feminino, as edições ainda ignora esse dado. Destacamos que mesmo tendo uma edição exclusivamente para abordar o debate LGBT somado ao feminismo, nada se falou das lesbianidades. São meramente, citadas, mas não há conteúdos exclusivos sobre.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender a comunicação como um lugar de representação (MULLER; RADDATZ; BOMFIM, 2013), percebemos a sua importância na sociedade. Com isso, observamos que as mídias comunitárias são um mecanismo que ultrapassa o ato de comunicar-se, já que garantem o direito à memória de comunidades culturalmente excluídas. O compartilhamento de narrativas e a possibilidade de preservação garantem uma história construída com autonomia e protagonismo. Num plano geral, essas ferramentas fortalecem o pertencimento, a cultura e a memória, além de motivar cidadãos a entenderem seu lugar no mundo, longe das notícias homogeneizantes dos grandes veículos de comunicação.

Em busca de direitos e políticas públicas, as comunidades anseiam pela garantia de sua dignidade humana e, por isso, lutam para ter acesso e o direito de ter estabelecidos em seus territórios equipamentos culturais e comunicacionais que potencializem suas estratégias. São nesses espaços/territórios democráticos onde percebemos a potência nascida em reuniões, articulações, eventos, cursos de capacitação e ações comunitárias de onde campos interessados nas lutas cotidianas podem ser conectados.

Aliados muitas vezes às rádios comunitárias ou associações de moradores, estes espaços fortalecem o elo entre comunicação e memória. Nessa relação, os museus comunitários são criados e fortalecidos com narrativas, objetos e histórias formando coleções e exposições colaborativas. Desta potencial junção surgem elementos que constituem as bases conceituais dessa pesquisa, a Comunicação Comunitária e a Sociomuseologia. Como vimos, a união destas linhas teóricas fortaleceu o entendimento do protagonismo das comunidades dissidentes sexuais ao produzirem periódicos comunitários desde a década de sessenta, passaram a garantir o acesso à informação, a preservação de suas memórias e resistir às violências do seu período histórico.

Ao longo desta pesquisa ficou evidente que a Comunicação Comunitária tem como premissa ser, antes de tudo, libertadora. Ela estimula e objetiva a autonomia das comunidades pelo direito à informação. Por sua vez, a Sociomuseologia, pressupõe o respeito às memórias, a participação da comunidade na constituição de espaços de memória, também se constitui como libertadora. Em ambas as categorias, o respeito à coletividade e à colaboração tornam-se essenciais para a consolidação de mídias colaborativas e museus comunitários.

Durante o estudo observamos o que seja nos museus ou nas mídias em revista, ainda há um processo de invisibilização da comunidade LGBT. Por outras vezes, quando esses grupos são retratados, acabam sendo estereotipados. Mas, quando estas comunidades protagonizam e produzem colaborativamente seus projetos, exposições, museus e revistas, observamos o cuidado, o respeito e a autonomia. Há uma quebra de silenciamento e do isolamento diante da conquista de espaço, pois, enquanto produtores, deixamos de ouvir e passamos a falar e a escrever.

Diante do exposto, nesta tese investigamos o potencial das mídias comunitárias produzidas por comunidades historicamente excluídas, como a comunidade de travestis, transexuais, lésbicas, bissexuais, gays e outras sexualidades dissidentes. Observamos que nas mídias analisadas há sempre uma rede afetiva e solidária, ou seja, um coletivo que atua de forma colaborativa em busca de visibilidade e de direitos. Destarte, essas mídias colaborativas falam majoritariamente para seus agrupamentos ou territórios. Por exemplo, o periódico *Snob* falava especialmente para os frequentadores da Turma Ok, no Rio de Janeiro nos anos 60. Devido à ausência de recursos, majoritariamente as mídias comunitárias foram produzidas por pessoas dissidentes sexuais eram elaboradas de forma simples, sem custo e com uma pequena tiragem. No entanto, observamos que nos anos 90 com a chegada da pandemia do HIV/AIDS no Brasil, a tiragem aumentou, uma vez que era necessário garantir o acesso à informação ao maior número de pessoas da comunidade.

Dentro das mídias comunitárias produzidas da década de 60 até a atualidade, elegemos a Revista Memórias LGBT como objeto a ser analisado. Sua escolha se justifica por ser um periódico que aproxima as categorias analisadas, a Comunicação Comunitária e a Sociomuseologia. Com o objetivo de “[...]mapear, salvaguardar e comunicar o patrimônio cultural, museus, exposições e iniciativas em memória e museologia social da comunidade LGBTIQ+.” (REVISTA MEMÓRIAS LGBT, 2012, p.1) a RMLGBT atendeu o recorte proposto, já que exerce na prática os princípios estabelecidos nas referidas categorias.

Como mencionado, a RMLGBT é um periódico colaborativo criado em 2013 e gerido por diversos membros da comunidade LGBT brasileira. Ao longo dos seus nove anos vem sendo um espaço para registro, difusão e preservação das memórias de pessoas não normativas, majoritariamente pretas. Diferente de outras ações que envolvem memória comunitária e colaborativa, a RMLGBT evita edições que abordem exclusivamente a memória da homossexualidade masculina, branca e elitista. Prova disso, é que majoritariamente os temas pautados nas edições analisadas envolveram indivíduos

moradores de territórios historicamente excluídos e/ou considerados violentos, lésbicas, mulheres trans e pessoas negras.

Outro ponto relevante é que a RMLGBT vem sendo alvo de pesquisas e estudos acadêmicos. Isso fortaleceu e estimulou a sua escolha como objeto de pesquisa desta tese. Se antes a Revista era compreendida exclusivamente como um periódico com potencialidade de musealização, ao final deste estudo sua potencialidade aumentou. Isso porque, para além de um periódico museal, passamos a compreendê-la como uma mídia colaborativa identitária que garante e garantirá a informação ao longo dos tempos, pois através de suas páginas, é possível preservar digitalmente as memórias de pessoas LGBT na contemporaneidade, além de difundir, as narrativas da nossa própria história. É óbvio que só saberemos o efeito desta afirmativa após algumas décadas, mas em nove anos, já observamos muitos feitos entre as pessoas que usufruíram do periódico. Prova disso foram os participantes do projeto Memórias LGBT no Museu de Favela, realizado em 2015 no Rio de Janeiro, que utilizam das estratégias da memória e do trabalho colaborativo para o fortalecimento de redes afetivas, sociais e econômicas nas comunidades envolvidas.

Nesta tese, como já adiantamos, concentramos nossos esforços em pesquisar as mídias colaborativas produzidas por comunidades sexualmente dissidentes. Ao analisar os periódicos selecionados notamos o desejo de preservação de suas memórias, bem como, denúncias da violência policial e por vezes manifestações solicitando direitos iguais entre heterossexuais e homossexuais. Observamos que as revistas, jornais e boletins apresentados possuem algo em comum, as redes solidárias, os afetos e a troca. Foi possível encontrar a troca de cartas entre os editores parabenizando a publicação ou ainda, informando do lançamento de um novo periódico, por exemplo. Todavia, ficou latente que também havia disputas nestas redes, inclusive muitos periódicos encerraram suas atividades por isso. O Taradinho no Rio de Janeiro produzido por membros da Turma Ok, não passou da primeira edição, pois os membros entendiam que ele era muito pornográfico.

Acreditamos que o problema apresentado foi devidamente respondido ao longo da tese. Entendemos que as mídias colaborativas são importantes suportes de informação capazes de preservar e difundir as memórias comunitárias de comunidades não normativas, em especial, quando interseccionadas por cor/raça, classe, gênero e outros marcadores sociais da diferença.

Assim, percebemos que os objetivos propostos nesta tese também foram alcançados, uma vez que problematizamos as estratégias colaborativas produzidas e registradas nos

periódicos analisados, bem como, aprofundamos a compreensão e a efetividade da relação entre mídias comunitárias, Sociomuseologia e comunidades de sujeitos com sexualidades dissidentes.

Este estudo justificou-se pela urgência de direitos humanos da população LGBT brasileira, em especial, o direito à memória e a comunicação. Como vimos nos periódicos analisados, o Brasil é um país violento a diversidade sexual. Nas páginas das dezenas de jornais, boletins e revistas produzidos por dissidentes sexuais nas décadas de 60 até hoje é comum ver relatos de preconceito, violência policial e denúncias de descaso e da ausência de políticas públicas. Somado a isso, o recorte racial e de gênero torna a violência, infelizmente, mais comum. Travestis e transmulheres negras, por exemplo, são as principais vítimas desta repressão estrutural. É muito comum vermos nas páginas policiais da maioria das mídias não comunitárias os registros da LGBTfobia acompanhado dos assassinatos a estas pessoas. Conforme dados apresentados, a violência a pessoas LGBT foi autorizada e naturalizada pelo Estado. Mesmo o Brasil sendo um país vanguardista, tratando-se de leis pró-LGBT, não se vê campanhas ou ações contra a lgbtfobia, assim como o racismo.

De acordo com o que foi mencionado ao longo do texto, em 2021 observamos altos números de suicídios e espancamento de pessoas não normativas por familiares. Vale lembrar que durante a pandemia Covid-19, muitas pessoas LGBT foram expulsas de casa pelos familiares. No entanto, há uma notícia positiva. Em 2022, segundo o boletim informativo da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, há 78 candidaturas trans registradas no país, um “aumento expressivo de 47% em relação a 2018, quando tivemos 53 candidaturas” (ANTRA, 2022). Observa-se que tal informação consta em um boletim produzido colaborativamente por esta associação, ou seja, mais uma vez não parte de um dado sintetizado por vias oficiais do Estado. Porém, indica que aos poucos saímos das estatísticas de violência para a busca dos nossos direitos.

Nosso corpo teórico priorizou autorias que abordassem de forma direta ou indireta as principais categorias escolhidas nessa análise, ou seja, a Sociomuseologia e a Comunicação Colaborativa. Ao longo do percurso da tese, aprofundamos o conceito de mídias colaborativas, memórias, esquecimento e cultura. Em conjunto, percebemos um diálogo potente entre esses conceitos, além de uma aplicabilidade para o desenvolvimento durante esta pesquisa, afinal, mesmo distantes, esses conceitos propiciaram um melhor amadurecimento e entendimento da potencialidade tanto do objeto de estudo como dos

demais periódicos analisados. Percebemos que uma mídia ou um museu comunitário é também um suporte de memória, registra culturas, mas está fadada ao esquecimento.

Esse estudo foi conduzido a partir de uma abordagem qualitativa descritiva e exploratória, a pesquisa empregou o estudo de caso etnográfico como método, e triangulou os instrumentos de coleta, sistematização e análise dos dados. Inicialmente, realizamos um profundo levantamento bibliográfico de produções intelectuais que abordassem as categorias e conceitos que foram amadurecidos ao longo da pesquisa. Posteriormente, produzimos uma pesquisa documental dos periódicos ao longo de mais de sessenta anos (1960 a 2022). Ao final desta triangulação, analisamos etnograficamente as narrativas da Revista Memórias LGBT+.

Ressaltamos que este percurso metodológico foi fundamental, pois permitiu que ao longo da escrita pudéssemos olhar, ouvir e escrever (CARDOSO, 1996) esta tese. Ao compreender que os periódicos analisados fossem indicadores de memórias e narrativas possibilitou o amadurecimento do objeto de estudo. Verificamos que as palavras e imagens registradas na RMLGBT ultrapassam as páginas, pois tornaram-se importantes fontes de narrativas de memórias e histórias de pessoas LGBT. Nesse processo etnográfico, ressaltamos muitos registros que os outros tentaram apagar “ [...] para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você” (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

Como se percebe, o diálogo entre Comunicação Comunitária e Sociomuseologia foi fundamental para os estudos e ações realizadas nesta pesquisa. Em virtude disso, compreendemos que foi assertiva a hipótese central deste estudo: aqui a Comunicação e Museologia aliadas à uma percepção de construção comunitária interessadas em segmentos sexualmente dissidentes revelaram-se ferramentas capazes promover e preservar a cultura e as memórias da comunidade LGBT. Isto é o mesmo que dizer que quando os campos do saber construídos para fortalecer as comunidades rompem as fronteiras do preconceito sexual, podem assumir uma dimensão libertadora e democrática que, urgentemente, precisa ser alcançada em virtude da dura realidade enfrentada por comunidades sexualmente dissidentes no Brasil e fora dele. Em outras palavras: a tecitura aqui provocada entre Comunicação Comunitária, Sociomuseologia e sexualidades dissidentes procurou apenas indicar que tais categorias podem contribuir na construção de um futuro mais digno e justo para todas nós.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Elisa D. Afonso. Questões sobre os fins e sobre os métodos de pesquisa em Educação. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP, v. 1, n. 1, p. 119-131, set. 2007. Disponível em: <http://edubase.sbu.unicamp.br:8080/jspui/handle/EDBASE/1838> . Acesso em: 1 jul. 2018.
- ANTOLINI, Marialina Cogô. **A Comunicação dos movimentos sociais como meio de empoderamento para a cidadania**. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades do Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/7069/1/tese_9658_Dissertação_Marialina%20C%20Antolini_final.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.
- ANZALDÚA, Gloria. “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2000.
- AZEVEDO, C. E. F.; et al. Estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. **V Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e contabilidade** (ANPAD). Brasília, 2013.
- BALKO, A. [Comunicação Colaborativa e interação: perspectivas que se entrelaçam](#). In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, 8., 2014, Londrina. **Anais...** São Paulo: ABRAPCORP, 2014
- BATISTA, Jean; BOITA, Tony; WICHES, Camila de Azevedo Muares. O que é museologia LGBT?. **Revista Memórias LGBT**. Goiânia: Memórias LGBT+, vol. 12, p. 4-9, 2020. Disponível em: <http://www.memoriaslgbt.com> . Acesso em: 10 nov. 2020.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero e orientação sexual. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: UNOCHAPECÓ, vol. 41, n. 27, p. 175-192, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2602>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)**. Intercom, v. 20, n. 2, p. 87-102, jul./dez.1997.
- BARBOSA, Paula Évelyn Silveira. **Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977
- BARROSO, Fernando Luiz Alves. Jornal do Nuances: análise da construção de um periódico gay. **Bagoas: Estudos Gays, Gênero e Sexualidade**, Natal, v. 2, n. 3, p. 179-204, jun. 2009. Disponível em: https://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n03art09_barroso.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.
- BARROSO, Fernando Luiz Alves. **Jornal Do Nuances: a prática midiática de uma ong de porto alegre – RS para o confronto político entre o “gay classe média” e a “bicha bafona”**. 2007. 305 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências da

Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4581?show=full>. Acesso em: 11 jan. 2022.

BENEVIDES, Benevides; Nogueira, Sayonara. **DOSSIÊ: assassinatos contra travestis brasileiras e violência e transexuais em 2019**. Antra: Associação Nacional de Travestis e Transexuais. 2020. [Disponível em <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aados-assassinatos-e-da-violo3aancia-contra-pessoas-trans-em2019.pdf>], acesso em 15 de out. 2020.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, 2022. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.

BITTENCOURT, José. Cada coisa em seu lugar: ensaio de interpretação do discurso de um museu de história. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material** [online]. 2001, v. 8-9, n. 1 [Acessado 17 Setembro 2022], pp. 151-174. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-47142001000100005>>. Epub 24 Ago 2009. ISSN 1982-0267. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142001000100005>.

BLOOKS LIVRARIA. **Conheça a revista Brejeiras**. *Médium*, Rio de Janeiro, p. 01-01, ago. 2018. Disponível em: <https://medium.com/blooks/brejeiras-684cd505ea01>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BOITA, Tony Willian. **Cartografia etnográfica de memórias desobedientes**. 2018. 211 f. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, 2018. (Dissertação de Mestrado).

_____. Museologia LGBT: cartografia das memórias LGBTQI+ em acervos, arquivos, patrimônios, monumentos e museus transgressores. In: **Metanoia**, v. 61, n. 17, 2021. Disponível em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/7585>. Acesso em 5 fev. 2021.

_____. **Memória LGBT: Mapeamento e Musealização em Revista**. 2014. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Museologia, UFG, Goiânia, 2014. Disponível em: . Acesso em: 01 maio 2016.

_____. **Caderno de Campo**. Petrópolis: [s.l.], 2014a.

_____, Tony Willian; CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Memória LGBT em revista: um periódico na luta contra a invisibilidade. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 95-112, jun. 2020. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/819/762>. Acesso em: 02 dez. 2021.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOOTH, W.C., COLOMB, G. G., WILLIAMS, J.M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000

- BORGES, Rebeca; COSTA, Mariana; MENEZES, Bruno. **Pelo 12º ano consecutivo, Brasil é o país que mais assassina transexuais**. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/pelo-12o-ano-consecutivo-brasil-e-o-pais-que-mais-assassina-transexuais>. Acesso em: 01 mar. 2022.
- BORGES, Rosana Maria Ribeiro. Sobre pensamentos, ações e mediações midiáticas. In: _____. **Pensamentos Dispersos, Hegemonias Concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado**. 2013. 420f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013, p. 74-105.
- BRUNO, Cristina. MUSEOLOGIA: ALGUMAS IDÉIAS PARA A SUA ORGANIZAÇÃO DISCIPLINAR. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 9, n. 9, 11.
- CARVALHO, Marília Miranda Alves. IMPRENSA, HOMOSSEXUALIDADE E DITADURA CIVIL-MILITAR: uma análise da seção “cartas na mesa” do jornal lampião da esquina. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: Anpuh, 2019. p. 01-17. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564406833_ARQUIVO_ANPUH-2019.pdf. Acesso em: 08 jan. 2022.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: _____. CARDOSO, Gustavo (orgs.). **A sociedade em rede: do conhecimento à acção política**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2006, p. 17-30.
- CERBINO, Ana Luiza. Memória e modernidade nas páginas da revista Rio. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 3., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Ufrj, 2014. p. 1-13. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6758519/mod_folder/content/0/Ana%20Luiza_artigo.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 19 set. 2022.
- CHAGAS, M.; PRIMO, J.; STORINO, C.; ASSUNÇÃO, P. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 55, n. 11, 13 Jun. 2018.
- COHN, Sergio. **Flor do Mal revisitada**. 2017. Disponível em: <https://blogdoims.com.br/flor-do-mal-revisitada/>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- CONRAD, Kalliandra Quevedo. **Estratégias Discursivas no Programa Profissão Repórter: os sentidos de cidadania aquém e além do discurso**. 2018. 153 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16018/TES_PPGCOMUNICACAO_2018_CONRAD_KALLIANDRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 dez. 2020.
- CORDÃO, Vinicius Ferreira Ribeiro. As capas do Okzinho e o modelo hierárquico de homossexualidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 11., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Alcar, 2017. p. 01-12. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/11o-encontro-2017/gt-2013-historia-do-jornalismo/as-capas-do-okzinho-e-o-modelo-hierarquico-de-homossexualidade/view>. Acesso em: 14 jan. 2022.

Cordeiro, Douglas Farias et al. Cartografando comentários e sentimentos no perfil de Jair Bolsonaro no Instagram acerca da Covid-19. **Galáxia** (São Paulo) [online]. 2022, v. 47 [Acessado 17 Outubro 2022] , e56929. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-2553202256929>>. Epub 11 Jul 2022. ISSN 1982-2553. <https://doi.org/10.1590/1982-2553202256929>.

COSTA, Rogério da Silva Martins da. **Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960**: relatos do jornal o snob. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6564>. Acesso em: 13 jan. 2022.

COSTA, Gabriela M.C. e GUALDA, Dulce M.R. Antropologia, etnografia e narrativa: caminhos que se cruzam na compreensão do processo saúde-doença. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** [online]. 2010, v. 17, n. 4 [Acessado 17 Setembro 2022] , pp. 925-937. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702010000400005>>. Epub 13 Jan 2011. ISSN 1678-4758. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702010000400005>.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação Museológica** - Uma Perspectiva Teórico- Metodológica de Recepção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004. Porto Alegre. Anais... São Paulo: Intercom, 2004. Disponível em: . Acesso em 21 out. 2014.

DACAS, Michele; ORTEGA, Ingrid Beatriz Varanis. REVISTA PEABIRU: Comunicação Colaborativa sobre cultura latino-americana. In: Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, 35., 2017, Santa Maria. **Anais [...]** . Santa Maria: Seurs, 2017. p. 11876-1882.

DANTAS, Frederico Jorge. Qual é a nossa imprensa? **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, v. 0, n. 0, p. 5-5, abr. 1978. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/0-ed-jornal-lampiao-da-esquina-abril-1978/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&pos=40&source_list=collection&ref=%2Fjornal-lampiao-da-esquina-1978-1981%2F. Acesso em: 21 jan. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo, Boitempo, 2017.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michele. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: **A Pesquisa Qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127-153.

DI PAULA. **Editorial. Jornal Elo**. Salvador, p. 01-01. 1978. Disponível em: <https://tiraninho.tumblr.com>. Acesso em: 20 jan. 2022.

DIGNIDADE, Grupo. Editorial. **Boletim Informativo do Dignidade Folha de Parreira**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 01-01, jun. 1998. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/grupodignidade/folha-de-parreira-no-1/?perpage=96&order=DESC&orderby=date&pos=31&source_list=collection&ref=%2Fgrupodignidade%2F. Acesso em: 22 jan. 2022.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia: Centro de Estudos de Sociomuseologia, 2003. (Cadernos de Sociomuseologia).

DUDU, Grupo Adé. Sobre o Grupo Adé Dudu. **Boletim Adé Dudu**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 01-16, nov. 1981. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/ade-dudu/diga-ai-bicha/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&pos=0&source_list=collection&ref=%2Fade-dudu%2F. Acesso em: 22 jan. 2022.

EDDINE, Eder Ahmad Charaf *et al.* As mídias alternativas ChanacomChana e Lampião da Esquina: uma trajetória de resistência, identidade e visibilidade. **Research: Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 3, p. 01-15, set. 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13233>. Acesso em: 09 jan. 2022.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. Etnografia: Saberes e Práticas. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008. DOI: 10.22456/1984-1191.9301. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301>. Acesso em: 17 set. 2022.

ECKERT, C. A narrativa e a captura do movimento da vida vivida. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, 2004. DOI: 10.22456/1984-1191.9184. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9184>. Acesso em: 19 set. 2022.

FACÇÃO HOMOSSEXUAL DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA. **O Pecado Nosso de Cada Dia. Boletim da Facção Homossexual da Convergência Socialista**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-1, abril 1981a. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/facciao-homossexual-da-convergencia-socialista/boletim-01-facciao-homossexual-da-convergencia-socialista-cs-abril-de-1981/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&pos=1&source_list=collection&ref=%2Ffacciao-homossexual-da-convergencia-socialista%2F. Acesso em: 22 jan. 2022.

_____. **O Pecado Nosso de Cada Dia. Boletim da Facção Homossexual da Convergência Socialista**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 3-4, maio 1981b. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/facciao-homossexual-da-convergencia-socialista/boletim-02-facciao-homossexual-da-convergencia-socialista-cs-maio-de-1981/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&pos=0&source_list=collection&ref=%2Ffacciao-homossexual-da-convergencia-socialista%2F. Acesso em: 22 jan. 2022.

FEARLESS MAG. **Editorial**. 2019. Disponível em: https://issuu.com/westandfearless/docs/frlss_issue04_v2. Acesso em: 24 jan. 2022.

FERNANDES, Paulo César. Editorial. **Boletim Informativo Atobá**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 01-01, jan. 1989. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/atoba/boletim-informativo-atoba-no-1/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&pos=2&source_list=collection&ref=%2Fato-ba%2F. Acesso em: 22 jan. 2022.

FERNANDES, Vivian de Oliveira Neves. **A América Latina na Mídia Alternativa: a produção de notícias na radioagência e na agência pulsar brasil**. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-13112014-114022/pt-br.php>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FERREIRA, Bruno. REVISTA VIRACÃO: 10 anos de mídia colaborativa de jovem para jovem. **Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação**,

São Paulo, v. 1, n. 1, p. 391-395, mar. 2013. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/publicacoes/index.php/portal/catalog/download/19/16/537-1?inline=1>. Acesso em: 28 dez. 2020.

FIGARO, Roseli A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos** 16(2): 124-131 maio/agosto 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, Maria Laura Pugliese Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 2ª ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

FUCHS, Isabela. Não é para ser lido, é para ser curtido: rogerio duarte e flor do mal. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 38, p. 180-199, maio 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/50249>. Acesso em: 14 jan. 2022.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 3-21.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.47, p. 333-363, mai. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 29 jan. 2022.

GOMES, José Cleudo. **Direitos Humanos, Educação e Cidadania LGBT: uma análise das ações do programa brasil sem homofobia em João Pessoa** / pb. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8520/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

GONÇALVES, Cleber Vicente. Jornal gay começa a circular no Sul do país. **Redação Portal Imprensa**. Porto Alegre, p. 01-01. 04 jan. 2005. Disponível em: https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/3636/oficinas/oficinas/. Acesso em: 22 jan. 2022.

GREEN, James. **Além do carnaval – a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**, São Paulo, UNESP, 2000.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de homossexuais (lgbt) no Brasil: Relatório 2013/2014/2015/2016/2017/2018/2019/2020**. Disponível em: . Acesso em: 20 oct. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INGOLD, Tim. Antropologia não é etnografia. Tradução e revisão para a língua portuguesa brasileira feita por Caio Fernando Flores Coelho e Rodrigo Ciconet Dornelles, de acordo com texto original publicado em: INGOLD, Tim. Epilogue: —Anthropology is not Ethnography. In: _____. **Being Alive**. Routledge: London and New York, 2011. pp. 229-243.

INGOLD, T.; ALMEIDA, R. A. Antropologia versus etnografia. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 26, n. 1, p. 222-228, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v26i1p222-228. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/140192>. Acesso em: 17 set. 2022.

JÚNIOR, Paulo Roberto Souto Maior. Imprensa homossexual no Brasil na década de 1970. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 189-206, jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/5768>. Acesso em: 11 jan. 2022.

Koury, Mauro Guilherme Pinheiro Imagem e narrativa – ou, existe um discurso da imagem?. **Horizontes Antropológicos** [online]. 1999, v. 5, n. 12 [Acessado 19 Setembro 2022], pp. 59-68. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71831999000300004>>. ISSN 1806-9983. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831999000300004>.

LERSCH, Teresa Morales; OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. **O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?** Kansas City: Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, 2004. Tradução: Odalice Priosti – Maio de 2008. Disponível em: . Acesso em: 6 jun. 2018.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)**. 2007. 261 f. Tese (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LIMA, Marcus Antônio Assis. **De alternativa a grande mídia: historiografia resumida da imprensa homossexual no Brasil**. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2007, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2007. p. 1-10. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/r0209-1.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2022.

LOPES, Charles R.R., **Seja gay mas não se esqueça de ser discreto: produção de masculinidades na Revista Rose (Brasil, 1979-1983)**, Porto Alegre-RS (Dissertação Mestrado). UFRGS, 2011.

LOPES, Dirceu Fernandes. **Resgate histórico do jornalismo brasileiro – parte 1: dos primórdios até a Proclamação da República**. Memória da Imprensa, s/d. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/pdf/colaboracao_memoria_da_imprensa.pdf. Acesso em: 26 jan. 22. 2022.

LÓPEZ, G. L. O método etnográfico como um paradigma científico e sua aplicação na pesquisa. **Textura - Revista de Educação e Letras**, Canoas, RS, v.1, n. 1, p. 45-50, 2º sem. 1999.

MACHADO FILHO, Francisco; XAVIER, Juarez; FERREIRA, Mayra Fernanda. A Comunicação Colaborativa e a construção de uma sociedade cidadã e uma nova agenda na comunicação pública. **Anuário Unesco/metodista de Comunicação Regional**, São Paulo, v. 17, n. 17, p. 171-180, maio 2013. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/AUM/article/view/5509>. Acesso em: 5 fev. 2021.

MAIA, Carolina. *Entre armários e caixas postais*: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro, 2017a.

_____. **Escritas de si, polifonia e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira**: uma discussão da revista *Femme* (1993-1995). 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11. Transformações, conexões e deslocamentos, 2017, Florianópolis, **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017b. p. 1-13.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em comunicação**: projetos, ideias, praticas. Petropolis, RJ: Vozes, 2018.

MARTUCCI, E. M. Estudo de caso etnográfico. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 25, n. 2, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77819>. Acesso em: 19 set. 2022.

MASSONI, Neusa Teresinha. **Estudos de Caso Etnográfico sobre a contribuição de diferentes visões epistemológicas contemporâneas na formação de professores de física**. 2005. 275 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5821>. Acesso em: 03 out. 2022.

MÍCOLIS, Leila. “Snob”, “Le Femme”... Os bons tempos da imprensa gay. In: **Lampião**, MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/114696/pdf/0> . Acesso em: 31 de out. 2021

MIX, Antena Click. **O professor está de volta** 2011. Disponível em: <http://antenaclickmix.blogspot.com/2011/11/o-professor-esta-de-volta.html>. Acesso em: 23 jan. 2022.

MIZOGUCHI, Danichi Hausen; COSTA, Luis Artur; MADEIRA, Manoel Luce. **Sujeitos no sumidouro**: a experiência de criação e resistência do jornal boca de rua. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 38-44, abr. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822007000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/LBwpSYQRfLNKZvPScZhWQ8F/?lang=pt>. Acesso em: 08 nov. 2021.

MONTEIRO, Gláucia Lafuente. “O FOLCLORE GAY DE PELOTAS”: sobre uma representação que se atualiza na história da cidade. **História em Revista**, Pelotas, v. 4, n. 1, p. 139-160, dez. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12020>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2011. p. 269-279.

MOTT, Luiz. **Era Zumbi Homossexual?** Disponível em: <https://luizmottblog.wordpress.com/artigos-em-revistas-e-jornais-12/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

MOTT, Luiz; OLIVEIRA, Domingos; REIS, Toni. **Relatório 2021: mortes violentas de LGBT no Brasil**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2022. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/02/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.

MOUTINHO, Mário Canova. EVOLVING DEFINITION OF SOCIOMUSEOLOGY: proposal for reflection. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 28, n. 28, p. 39-44, jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/510>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MULLER, Karla Maria; RADDATZ, Vera Lucia Spacil; BOMFIM, Ivan. Mídia local nas páginas da web: fronteiras culturais no espaço das fronteiras nacionais. **Comunicação Midiática**, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 58-74, ago. 2013. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/232>. Acesso em: 25 abr. 2021.

N. 28, Rio de Janeiro, Esquina Editora, setembro de 1980, pp. 6-7.

NASCIMENTO, Larissa Silva. **Autoras Periféricas em Mídias Alternativas**. 2018. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Literatura, Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35125>. Acesso em: 15 dez. 2020.

NEIS, Fabiano Pretto; CERQUEIRA, Fábio Vergara. PARADA GAY DE PELOTAS NAS PÁGINAS DO NUANCES: imprensa, visibilidade e política. **Métis: HISTÓRIA & CULTURA**, Caxias do Sul, v. 13, n. 26, p. 101-119, jun. 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/2789>. Acesso em: 11 jan. 2022.

NONATO, Murillo N. A imprensa gay no Brasil: um reforço do comportamento heteronormativo e produção de corpos abjetos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 1., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: Ufm, 2013. p. 1-19. Disponível em: https://www.academia.edu/4934602/A_imprensa_gay_no_Brasil_um_reforço_do_comportamento_heteronormativo_e_produção_de_corpos_abjetos. Acesso em: 08 jan. 2022.

OLIVEIRA, Augusta da Silveira de. **Jornal do Nuances: fora do armário e nas ruas de porto alegre**. fora do armário e nas ruas de Porto Alegre. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nphdigital/exposicoesonline/exposicao-jornal-nuances/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.1996.111579. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579>. Acesso em: 17 set. 2022.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos** [online]. 2014, v. 20, n. 42 [Acessado 17 Setembro 2022], pp. 377-391. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>>. Epub 24 Nov 2014. ISSN 1806-9983. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe. DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossiê-sobre-lesbocídio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil: da militância ao consumo**. São Paulo: Publifolha, 2011.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Direito à Comunicação Comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, v. 1, n. 1, 5 jun. 2007.

_____. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009

_____. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea: comunicação e cultura**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 138-158, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980/6087> Acesso em: 29 jan. 2022.

_____. La comunicación en los movimientos sociales y el Derecho a la Comunicación: señales de un derecho de ciudadanía de quinta generación. Commons. **Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2016a. Disponível em: <https://revistas.uca.es/index.php/cayp/article/view/3234>. Acesso em: 29 ene. 2022.

_____. Cicilia Peruzzo e as Vozes das Classes Subalternas da América LATINA. [Entrevista cedida a] Alexandre Barbosa. **Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación**, São Paulo, n. 25, jul. 2016b. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/849> Acesso em: 29 jan. 2022.

PRIMO, Judite. O Social como objeto da Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.L.], p. 05-28, 2014. Department of Museology - Lusophone University. <http://dx.doi.org/10.36572/csm.2014.vol.47.01>. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4529>. Acesso em: 10 fev. 2022. PRIMO, Judite. Museologia e patrimônio: documentos fundamentais. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 15, n. 15, 1999.

PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário. Sociomuseologia e Decolonialidade: contexto e desafios para uma releitura do mundo. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (ed.). **Teoria e prática da Sociomuseologia**. Lisboa: Ulht, 2021. p. 22-63. Disponível em: <http://www.museologia-portugal.net/apresentacao/livro2021-teoria-pratica-sociomuseologia>. Acesso em: 03 nov. 2021.

Price, Richard. Meditação em torno dos usos da narrativa na antropologia contemporânea. **Horizontes Antropológicos** [online]. 2004, v. 10, n. 21 [Acessado 19 Setembro 2022] , pp.

293-312. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832004000100013>>. Epub 04 Ago 2004. ISSN 1806-9983. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832004000100013>.

QUEIROZ, Breno Agnes Silva. **LGBteen!:** a revista mix doidinha pra sair do armário. 2010. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Comunicação Social-Jornalismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/155619>>.

QUINTILIANO, M. **Redes afro-indígenaafetivas:** uma autoetnografia sobre trajetórias, relações e tensões entre cotistas da pós-graduação stricto sensu e políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

RECHENA, Aida Maria Dionísio. **Sociomuseologia e gênero: imagens da mulher em exposições de museus portugueses.** Tese de Doutorado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011.

REDAÇÃO (Bahia) (ed.). **Editorial. O Tiraninho.** Salvador, p. 01-01. fev. 1977. Disponível em: <https://tiraninho.tumblr.com/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

REDE DE INFORMAÇÃO UM OUTRO OLHAR (São Paulo) (ed.). **Editorial. Boletim Ousar Viver,** São Paulo, v. 2, n. 1, p. 01-01, out. 1995. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12491167/oc-icar-v-iv-er-centro-de-documentacao-e-pesquisa-vergueiro>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RESENDE, Douglas. Revista Aimé chega às bancas para leitores gays masculinos. **O Tempo.** Belo Horizonte, p. 1-1. 09 maio 2008. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/revista-aime-chega-as-bancas-para-leitores-gays-masculinos-1.299369>. Acesso em: 23 jan. 2022.

REVISTA DO MUF. Rio de Janeiro: Museu de Favela, 2014. Disponível em: <https://www.museudefavela.org/sobre-o-muf/nossas-publicacoes/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

RODRIGUES, Ian da Silveira *et al.* Comunicação e tecnologias móveis: produção e distribuição de conteúdo para uma Comunicação Colaborativa. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Intercom, 2019. p. 01-15. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sul2019/resumos/R65-0712-1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

RODRIGUES, Jorge Cêe. **Impressões de identidade:** Um olhar sobre a imprensa gay no Brasil. Niterói: EDUFF, 2010.

RODRIGUES, Jorge Luís P.. O design gráfico como assinatura na Revista Sui Generis. **Revista Gênero,** Niterói, v. 12, n. 1, p. 129-155, jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31133>. Acesso em: 23 jan. 2022.

RÚSSIO, Waldisa. A interdisciplinaridade em Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri:** textos e contextos de uma trajetória profissional. v.1. São Paulo:Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010. p.123-126.

RÚSSIO, Waldisa. Museologia e Museu. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri:** textos e contextos de uma trajetória profissional. v.1. São Paulo:Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2010. p.78-85.

SANTOS, Suzy da Silva. **Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: Estudo exploratório de possibilidades museológicas**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SARMENTO, Manuel Jacinto (2011) “O Estudo de Caso Etnográfico em Educação” In N. Zago; M. Pinto de Carvalho; R. A. T. Vilela (Org.) **Itinerários de Pesquisa - Perspectivas Qualitativas em Sociologia da Educação** (137 - 179). Rio de Janeiro: Lamparina (2ª edição)

SELEM, Maria Célia Orlato. **A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbicas**. 2007. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2397/1/Dissert_MariaCeliaOrlatoSelem.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

SILVA, Carlos Esquiavel Gomes da; PINTO, Rita de Cássia Santos; LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. **Circuito das Casas-Tela: Caminhos de Vida no Museu de Favela**. Rio de Janeiro: Museu de Favela, 2012.

SILVA, Cleber Ferreira; CADORSO, Teresa Ludimila de Castro. MEL - MOVIMENTO DO ESPÍRITO LILÁS: uma tentativa de gestão documental entre as cores do arco-íris. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 8., 2018, João Pessoa. **Anais Eletrônicos**. João Pessoa: Revista Analisando em Ciência da Informação, 2018. p. 465-482. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT05_0465-0482.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.

SILVA, Marcello Henrique Santos Corrêa da. **O que é jornalismo colaborativo? Um estudo de caso: The Guardian 2013**. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1168/1/MSilva.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

SILVA, Sérgio Gomes da. Preconceito no Brasil contemporâneo: as pequenas diferenças na constituição das subjetividades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 2-5, jun. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932003000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/FKwf9jHS6HxwsWkvhswSqrC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 fev. 2022.

SILVA, Carmen Lúcia da. **Sobreviventes do extermínio: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade xetá**. 1998. 306 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77661>. Acesso em: 19 set. 2022.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009

SODRÉ, M. Sobre a episteme comunicacional. **MATRIZES**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 15-26, 2007. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v1i1p15-26. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38174>. Acesso em: 28 dez. 2020.

SOLIVA, Thiago Barcelos. **A confraria gay**: um estudo de sociabilidade, homossexualidade e amizades na Turma OK. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUKI, L. G. A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, p. 39-58, 21 dez. 2006.

SUZINA, Ana Cristina. Ruptura digital e processos de participação em mídias populares no Brasil. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, [S.L.], v. 42, n. 3, p. 61-76, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201933>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442019000300061. Acesso em: 28 dez. 2020.

TAVARES, Frederico de M. B.; LIMA, Gabriel Rodrigues de; MATTOS, Igor Pereira. Revista EsQuina e a experiência de uma releitura editorial queer. **Revista Brasileira de Ensino do Jornalismo**, Brasília, v. 10, n. 26, p. 110-127, jun. 2020. Disponível em: <http://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/338>. Acesso em: 09 jan. 2022.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. *As bases sociológicas nos estudos das Teorias da comunicação*. P. 271-298. **Revista Comunicação: Veredas**. Revista do Programa de pós-graduação da Universidade de Marília – Unimar. v. 4, n. 4, 2005.

_____. Comunicação e o Jornalismo: fundamentos para o debate conceitual. *In: SEMINÁRIO DE EPISTEMOLOGIA E PESQUISA EM COMUNICAÇÃO*, 1., 2009, São Leopoldo. **Anais eletrônicos [...]**. São Leopoldo: Unisinos, 2009. Disponível em: http://www.projeto.unisinos.br/midiaticom/conteudo/artigos/2009/Seminario_sl_Procad_2009.pdf. Acesso em: 29 jan. 2022.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da comunicação**. 2. ed. Uberlândia: Edufu, 2009. 205 p.

ULLRICH, D.R. et al. Reflexões teóricas sobre confiabilidade e validade em pesquisas qualitativas: em direção à reflexividade analítica. Theoretical reflections on reliability and validity in qualitative research: towards analytical reflexivity. **Análise**. 23, 1, 19-30, Jan. 2012.

VARGAS ESCOBAR, Geanine. Por uma Museologia Lésbica Negra. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 61, n. 17, p. 5-41, 29 Abr. 2021.

VIÉGAS, L. de S. (2007). Reflexões sobre a pesquisa etnográfica em Psicologia e Educação. **Revista Diálogos Possíveis**, no. 5, 103-123, jan-jun

WICHERS, Camila de Azevedo Moraes. **Museus e Antropofagia do Patrimônio**: (des)caminhos da prática brasileira. Tese de Doutorado em Museologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. 2010.

WICHERS, Camila de Azevedo Moares. Museologia, Feminismo e suas ondas de renovação. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 138–154, 2018. DOI: 10.26512/museologia.v7i13.17781. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17781>. Acesso em: 18 out. 2022

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**: de coleridge a orwell. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015. 290 p.